



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

**CNPJ/MF 83.878.892/0001-55**

## **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004**

**Demonstrações Contábeis**  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004

**Sumário**

Relatório Anual da Administração.....	1
Balancos Patrimoniais do Ativo.....	30
Balancos Patrimoniais do Passivo.....	31
Demonstração dos Resultados.....	32
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	33
Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.....	34
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	35
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	36
1. Contexto Operacional.....	36
2. Desverticalização.....	36
3. Das Concessões.....	38
4. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.....	39
5. Principais Práticas Contábeis.....	39
6. Aplicações no Mercado Aberto.....	42
7. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.....	43
8. Títulos a Receber.....	45
9. Tributos a Compensar.....	45
10. Estoques.....	45
11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	46
12. Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA.....	47
13. Ativo Regulatório – PIS/PASEP e COFINS.....	48
14. Outros Créditos.....	49
15. Contas a Receber do Estado de Santa Catarina.....	50
16. Investimentos Temporários.....	50
17. Investimentos.....	51
18. Imobilizado Líquido.....	52
19. Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas.....	54
20. Fornecedores.....	56
21. Taxas Regulamentares.....	57
22. Entidade de Previdência Privada.....	57
23. Benefício Pós-Emprego.....	58
24. Tributos e Contribuições Sociais.....	60
25. Programa Paes.....	60
26. Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio.....	61
27. Obrigações Estimadas.....	61
28. Outras Contas a Pagar.....	61
29. Provisão para Contingências.....	62
30. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.....	63
31. Patrimônio Líquido.....	64
32. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica.....	65
33. Outras Receitas Operacionais.....	66
34. Custos e Despesas Operacionais.....	66
35. Resultado Financeiro.....	68
36. Instrumentos Financeiros.....	68
37. Transações com Partes Relacionadas.....	69
38. Imposto de Renda e Contribuição Social – Taxa Efetiva.....	69
39. Resultado Não Operacional.....	70
40. Seguros.....	70
41. Segregação do Resultado por Atividades.....	71
42. Ajuste de Exercícios Anteriores.....	72
43. Resumo das Diferenças entre as Práticas Contábeis Adotadas No Brasil (“Princípios Contábeis Brasileiros”) e o U.S. GAAP.....	73
Parecer dos Auditores Independentes.....	87
Manifestação do Conselho de Administração.....	89
Parecer do Conselho Fiscal.....	90

## **Relatório Anual da Administração**

Senhores Acionistas,

A Diretoria Executiva da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, em cumprimento à Lei das Sociedades Anônimas e das prerrogativas do Nível 2 de Governança Corporativa, apresenta o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis relativas ao Exercício de 2005, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, da Manifestação do Conselho de Administração e do Parecer do Conselho Fiscal. Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas encontra-se à disposição dos interessados e se coloca, desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessários.

### **1. O Perfil da Empresa**

A Celesc é uma concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica, que tem como acionista controlador o Estado de Santa Catarina. Reconhecida como uma das melhores empresas do Setor Elétrico Nacional, a Celesc é responsável pela prestação dos serviços de energia elétrica para 92% do território catarinense, atendendo mais de dois milhões de unidades consumidoras, em baixa e alta tensão. Sua área de concessão se estende por 257 municípios em Santa Catarina, e o município de Rio Negro, situado no Estado do Paraná. A Celesc também presta seus serviços a outros 25 municípios de forma parcial, por meio de suprimento de energia, e 11 municípios por meio de venda de energia para cooperativas de eletrificação rural.

O mercado da Celesc é pródigo, de economia bastante diversificada. No Sul do País, é a que atende à fatia de mercado com o melhor índice médio de consumo por consumidor. O atendimento à área rural exhibe um dos melhores índices nacionais, reflexo da pujança da economia rural catarinense. Historicamente, também, é a que apresenta os melhores índices de crescimento de consumo no País.

Para garantir o atendimento e a qualidade exigidos por demanda tão sofisticada, a Celesc investe firmemente na expansão e manutenção do sistema elétrico e no atendimento comercial prestado aos seus consumidores, com adoção de modernas tecnologias. Em 50 anos de história, completados em 2005, a Celesc tem marca consolidada como uma das concessionárias de serviço público mais eficientes do País.

### **2. Apresentação**

A Celesc passa, atualmente, por mudanças estruturais, visando se alinhar à atual legislação do Setor Elétrico Brasileiro, que obriga a desverticalização das atividades de geração, transmissão e distribuição. Focada em manter sua eficácia em ambiente competitivo, a Celesc se engajou na implementação de um Novo Modelo de Gestão, priorizando a profissionalização gerencial e a gestão compartilhada. Neste sentido, a Celesc adotou práticas típicas da iniciativa privada, que priorizam a eficiência operacional e os resultados financeiros, para garantir excelentes níveis de retorno aos acionistas, ao mesmo tempo em que mantém a sua responsabilidade de fornecer serviços com qualidade e tarifas competitivas.

As premiações recebidas pela Celesc em 2005 atestam o alto nível de qualidade dos serviços. Dentre elas, vale destacar a conquista do Prêmio Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee, de Melhor Distribuidora do Sul do Brasil na categoria acima de 400 mil consumidores, pela segunda vez consecutiva, e do Prêmio CIER 2005, categoria Ouro, por ter apresentado os mais altos valores para o Índice de Satisfação do Consumidor com a Qualidade Percebida, em pesquisas realizadas entre os consumidores das maiores empresas de energia elétrica da América Latina.

Outro destaque no ano foi à conquista, pela segunda vez consecutiva, do Prêmio Procel Cidade Eficiente em Energia Elétrica, concedido pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás. A eficiência energética da adutora que abastece toda região da Grande Florianópolis com água potável foi escolhida como o melhor projeto nacional na categoria Sistemas de Saneamento. Pelo Programa Celesc de Eficiência Energética – proCeleficiência, foram garantidos R\$5,30 milhões dos R\$7,47 milhões necessários para a obra. O sistema triplicou a capacidade de adução de água bruta e ainda proporciona redução de 13.651MWh/ano.

## **2.1. Política de Governança Corporativa**

A Celesc foi a primeira Empresa do Setor Elétrico a ingressar nas Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa de Nível 2 da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa e, desde então, têm investido em melhorias da gestão interna, assegurando transparência em todos seus negócios. Os resultados práticos do Nível 2 são crescentes e têm repercutido no mercado.

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2004, que atestam o saneamento das finanças da Celesc, foram classificadas entre as melhores do Setor Elétrico, durante o XXI Encontro Nacional dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – Enconsel, realizado no mês de novembro de 2005, no Rio de Janeiro. O Balanço Social, parte integrante das Demonstrações, que reúne informações sobre projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade em geral, ficou em 1<sup>o</sup> lugar, na avaliação feita pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados em Tecnologias e Habilidades Gerenciais Ltda. – Inpev, sediado em Brasília.

A Celesc adota o *Tag Along* de 100%, em que, na alienação do controle acionário, os acionistas minoritários terão direito a vender sua participação pelo mesmo valor do acionista controlador, prática essa exigida por empresas que ingressam no Novo Mercado da Bovespa.

O Índice de Governança Corporativa – IGC, criado em janeiro de 2001, já valorizou 260% desde sua implantação. Em 2005, a valorização foi de 43,76%. Esse índice, apurado pela Bovespa, serve para medir o desempenho das Empresas que adotam as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

## **3. Gestão**

Com ações baseadas nos princípios da profissionalização, governança corporativa, transparência da informação, extensão de direitos aos sócios minoritários e blindagem política às decisões empresariais, a Celesc busca constante aprimoramento da eficiência operacional e dos resultados financeiros, assim como a satisfação do público interno, provando aos potenciais investidores que, apesar do controle estatal, a Celesc é gerida com clara orientação para o mercado.

Nesse contexto, destacamos alguns fatos ocorridos em 2005. O primeiro deles, foi à desvinculação entre a Presidência do Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Celesc. Desde novembro, o Diretor Presidente da Celesc deixou de acumular a cadeira de Presidente do Conselho de Administração, o que confirma o caráter independente das decisões daquele fórum. Da mesma forma, foram encaminhadas mudanças para a composição do Conselho Fiscal da Celesc, que passará a contar com dois membros independentes.

Ainda no contexto interno, a Celesc deu início à estruturação do seu Departamento de Relações com Investidores, incorporando as Divisões de Atendimento a Acionistas e Investidores, e criando a Divisão de Governança Corporativa. A Celesc também contratou o Banco Itaú S.A. para a prestação de serviços de escrituração e custódia de ações, visando oferecer mais agilidade no atendimento aos acionistas.

### **3.1. Contrato de Gestão, Contratos de Resultados e Planejamento Estratégico**

O novo modelo de gestão implantado em 2003, voltado para resultados de eficiência e eficácia, também começou a mostrar sua viabilidade. Na avaliação do desempenho nas diversas metas estipuladas dentro do Contrato de Resultados, referente ao período dos primeiros doze meses sob o novo regime, encerrado em junho de 2005, se verificou a superação das metas previstas.

A fase mais crítica, de assimilação da proposta por parte do corpo funcional, foi vencida com muito debate, ajustes e melhorias de processos para o alcance das metas estipuladas. Passado o período, no mês de outubro, a partir do acordo coletivo entre a Celesc e os Sindicatos representantes das diversas categorias, ficou definido que a Participação nos Lucros e Resultados passará a ser estruturada com base nos objetivos e metas do Contrato de Gestão. Dessa feita, o Contrato passa a ser o principal instrumento de planejamento da Celesc, aliando-se metas e objetivos empresariais.

No ano, outro fato importante visando à adoção das melhores práticas de Governança Corporativa e a disseminação da Missão, Visão e Valores da Empresa, foi à aprovação do Código de Ética da Celesc. Após longo debate interno, com a participação de empregados, diretores e conselheiros, o Código de Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião do dia 06 de janeiro de 2006.

#### **3.1.1. Recursos Humanos**

O investimento constante em tecnologia, a introdução de um novo modelo de gestão voltado para a obtenção de resultados, a condução de uma política de treinamento do quadro técnico e o Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, têm contribuído para a diminuição do quadro de empregados da Celesc nos últimos anos. Em dezembro de 2005, a Celesc contava com 3.590 empregados. Atenta à necessidade de ampliação ou reposição de seu quadro funcional em áreas específicas para o aprimoramento da qualidade dos serviços foi admitido, por meio de concurso público, 187 novos empregados. No ano, a Celesc também definiu nova política de terceirização e remodelou o seu programa de estágio.

### **3.2. Reestruturação Societária e Patrimonial**

O novo modelo institucional do Setor Elétrico nacional, instituído pelo Governo Federal em 2004, impõe novas normas legais para as concessões de serviços públicos de geração e distribuição de energia elétrica. A Celesc e as demais concessionárias devem se adequar às novas regras, promovendo o descruzamento societário e jurídico para a desverticalização das atividades de geração e distribuição. A reestruturação das atividades visa à organização dos negócios, com melhor identificação e integração dos processos produtivos, apropriação dos custos e contabilização por atividade, administração dos recursos financeiros separadamente e melhores definições no posicionamento estratégico.

Para se adequar ao novo modelo, a Celesc decidiu efetuar a alienação dos ativos que compõem sua atividade de geração e das participações acionárias em investimentos não afetos à atividade de distribuição de energia elétrica. Seguindo cronograma aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, o leilão dos ativos deverá ocorrer até o dia 30 de maio, e a desverticalização das atividades da Celesc, até 30 de junho de 2006.

### **3.3. Reestruturação Organizacional**

Paralelo ao processo de desverticalização, a Celesc também está estruturando duas novas Diretorias: a Comercial e a Jurídico-Institucional. As novas Diretorias terão como objetivo adequar a Celesc às necessidades criadas pelo novo marco regulatório do Setor Elétrico brasileiro. A Diretoria Comercial terá o objetivo de criar e implantar uma política de comercialização para atender a um mercado cada vez mais aberto e competitivo. A Diretoria Jurídico-Institucional servirá para atender às demandas crescentes de processos quanto aos direitos e às garantias de natureza trabalhista e árbitra, bem como promover o acompanhamento da regulação setorial, cada vez mais complexa. A Celesc tem como meta implantar as duas Diretorias nos primeiros meses de 2006.

## **4. Conjuntura Econômica**

O Produto Interno Bruto – PIB do Brasil cresceu apenas 2,3% em 2005 em relação a 2004, quando chegou a 5,2%. O desempenho foi impulsionado pelo incremento de 3,1% no consumo das famílias, praticamente o dobro das taxas de investimentos e de gastos de governo, que ficaram em 1,6%. As exportações se mantiveram em alta, aumentando a participação no resultado do PIB de 27% para 40%. No ano, elas responderam por 0,9 ponto percentual – pp, frente a 1,4 pp dos gastos do governo, dos investimentos e do consumo das famílias.

Em 2005, a conjuntura internacional foi mais uma vez favorável, contudo, o País apresentou o pior desempenho entre as economias emergentes e as principais da América Latina. Uma das justificativas foi à política de juros elevados e também o processo de valorização do real frente ao dólar, cuja desvalorização também afetou outras economias, não apenas o Brasil.

Devido às características próprias, a indústria catarinense foi prejudicada por essa conjuntura e apresentou um crescimento de apenas 0,1% na produção física, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Alguns setores tiveram índices mais favoráveis: papel e celulose com 6,4%; têxtil com 5,1% e alimentos com 2,2%.

O índice nacional foi beneficiado pela alta nos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais, itens que não são relevantes na exportação de Santa Catarina, que tem um perfil mais industrial. Com isso, o Estado passou da 6ª para a 8ª posição no *ranking* das exportações brasileiras. Mesmo assim, o saldo da balança comercial catarinense em 2005 fechou em US\$3,40 bilhões.

Já o comércio teve o impacto positivo do aumento da massa salarial de 6,8% e do salto das operações de crédito de pessoas físicas, que cresceram 38,5% em 2005. Com uma elevação de 3,3%, em nível nacional, o comércio alavancou o setor de serviços, que cresceu 2,2%. As vendas dos supermercados catarinenses aumentaram 2,09% no ano de 2005 em relação a 2004, já descontada a inflação, conforme pesquisa da Associação Catarinense de Supermercados – Acats, junto às principais empresas do setor em todas as regiões do Estado. Em termos nominais, o faturamento do segmento foi de R\$4,45 bilhões, cerca de 9% superior ao de 2004.

Na área rural, o PIB registrou o pior resultado desde 1997, quando o desempenho do setor caiu 0,83%. O crescimento em 2005, relativo ao desempenho de 2004, foi de apenas 0,8%. Arroz, fumo, milho, café, laranja e algodão tiveram quebras. Cana-de-açúcar, soja e mandioca cresceram. Em Santa Catarina, entre esses cultivos, aparece fumo, arroz e milho.

#### **4.1. Perspectivas**

As perspectivas econômicas apresentam uma tendência positiva para 2006. O Fundo Monetário Internacional – FMI, prevê um crescimento da economia mundial de 4,3%. O PIB deve crescer em torno de 3,5% no ano.

Em termos cambiais, o real tende a permanecer no mesmo patamar em relação ao dólar, sem mudanças bruscas nesse cenário, indicando perspectiva de maior dificuldade para a colocação de produtos agrícolas e industriais do País no mercado internacional.

Por outro lado, o ano eleitoral não trará alterações significativas na condução da política de juros no País. As taxas devem continuar caindo de forma gradual, favorecendo o aquecimento da economia interna e trazendo boas perspectivas para um aumento da demanda de energia elétrica, especialmente, da indústria.

O aquecimento da economia, com o crescimento da renda, também poderá ter um impacto positivo no consumo das Classes Residencial e Comercial, com incremento na aquisição de bens de consumo e eletrodomésticos. Isso abre a perspectiva de elevação da demanda na área de concessão da Celesc, aumentando o faturamento da Empresa.

A Celesc passa por uma ampla renovação de processos, que vão desde a modernização tecnológica até a profissionalização da gestão, incluída aí a renovação do quadro funcional, com a admissão de novos empregados, admitidos via concurso público. Prevista para maio de 2006, a venda dos ativos de geração e outras participações da Celesc também significarão um importante aporte de recursos, a ser utilizado na área da distribuição de energia elétrica, sua atividade-fim.

## 5. A Empresa no Mercado Financeiro

### 5.1. Desempenho das Ações e Remuneração aos Acionistas

O Índice Bovespa, que mede o desempenho das empresas no mercado acionário, valorizou 27,71% em 2005, ocasionado principalmente pelo crescimento da liquidez no mercado internacional, pela estabilização da economia, redução gradativa dos juros, valorização da moeda local e pelo declínio do risco-país. Já o Índice das Empresas de Energia Elétrica – IEE, teve variação expressiva de 42,88%. Na mesma trajetória, as ações Celesc apresentaram valorização de 29,20%. O desempenho foi provocado pela consolidação do novo modelo do Setor Elétrico, bem como a implementação da reestruturação societária da Celesc, com a possibilidade da venda dos ativos de geração e das participações em outros investimentos. Além disso, a aprovação do orçamento empresarial, com aumento significativo no nível de investimento, refletiu positivamente no mercado financeiro.

### 5.2. Comportamento das Ações e dos Índices Celesc

Ação/Índice	2005	2004	%
Celesc PN – R\$	1,46	1,13	29,20
Celesc ON – R\$	1,23	1,04	18,27
Ibovespa – pontos	33.456	26.196	27,71
Índice das Empresas de Energia Elétrica – IEE pontos	9.930	6.950	42,88
Índice de Governança Corporativa – IGC pontos	3.659	2.545	43,77

### 5.3. Distribuição de Juros sobre o Capital Próprio

Na reunião do Conselho de Administração de 31 de outubro de 2005, foi aprovada a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio, no valor de R\$40,38 milhões, referente ao lucro líquido do exercício de 2005 sendo que o pagamento aos acionistas foi aprovado para o dia 16 de janeiro de 2006 na reunião do Conselho de Administração de 19 de dezembro de 2005. Dessa distribuição, foram repassados R\$49,38713 por lote de mil ações ordinárias nominativas e R\$54,32584 por lote de mil ações preferenciais nominativas da classe A e B.

### 5.4. Composição Acionária

O Estado de Santa Catarina controla a Celesc com 50,18% das ações ordinárias e 20,20% das ações totais.

## 6. A Celesc e seu Mercado

### 6.1. O Mercado

#### 6.1.1. Consumidores

A Celesc ultrapassou a barreira de 2 milhões de consumidores em 2005, quando foram realizadas 64.285 novas ligações, totalizando, ao final do ano, 2.014.560 unidades consumidoras. Em relação a 2004 o crescimento foi de 3,29%. A Classe Residencial participou com 77,70% do mercado e agrupou 1.564.770 unidades consumidoras. Na Classe Industrial, a Celesc somou 57.531 consumidores e, na Comercial, outros 160.305. A Classe Rural abrangeu 213.942 consumidores, e as demais classes totalizaram 18.434.

### 6.1.2. Distribuição por Classe

Residencial	1.564.770
Industrial	57.531
Comercial	160.305
Rural	213.942
Poder Público	16.025
Empresa de Serviço Público	1.667
Iluminação Pública	315
Suprimento	5

### 6.1.3. Consumo

No ano de 2005, o total de energia elétrica fornecida pela Celesc diretamente a seus consumidores totalizou 13.702GWh. O volume representa um decréscimo de 0,8%, em relação ao total fornecido no ano de 2004, refletindo a redução do número de consumidores enquadrados nas tensões de 69KV e 138KV, alguns em 13,8KV e 23KV, que optaram pela compra de energia no mercado livre. Sem a migração desses consumidores, o fornecimento teria chegado a 14.953GWh, e a Celesc registraria acréscimo de 4,7% no consumo de energia elétrica em sua área de concessão, em relação ao desempenho de 2004. Os consumidores livres totalizaram 34 unidades em 2005, assim distribuídos: 31 unidades na Classe Industrial; 01 unidade na Classe Comercial e 02 unidades na Classe Rural. Em 2004, eles somavam 18 unidades, todos na Classe Industrial.

As indústrias que compraram energia da Celesc consumiram o total de 5.842GWh, ou seja, 42,6% do consumo total. O volume foi 8,7% menor que o registrado em 2004. Não fosse a saída dos consumidores livres, o consumo da classe chegaria a 7.086GWh e teria representado acréscimo de 3,1% sobre o registrado em 2004.

A Classe Residencial, responsável por 24,3% do consumo total, cresceu 5,9%, totalizando 3.325GWh. O consumo da Classe Comercial, 2.069GWh, evoluiu 8,4% em relação ao ano anterior, atingindo uma participação de 15,1%. Acrescido do consumo daqueles consumidores que optaram pelo mercado livre no período, o total de consumo da classe seria de 2.071GWh, e o acréscimo seria de 8,6% sobre o consumo em 2004. O consumo da Classe Rural, 1.523GWh, e a participação de 11,1% no total, evoluiu 7,0%. Não fosse a migração de alguns consumidores para o mercado livre, a classe teria chegado ao consumo de 1.528GWh, o que representaria um crescimento de 7,4% sobre o consumo do ano anterior.

O consumo das demais classes, totalizando uma participação de 6,9%, apresentou a seguinte evolução:

- Poder Público, 277GWh, evoluiu 4,4%;
- Iluminação Pública, 428GWh, praticamente se manteve estável, com decréscimo de 0,2% em relação ao registrado em 2004;
- Serviço Público, 224GWh, reduziu 3,3% em relação ao ano anterior;
- Consumo Próprio, 14GWh, evoluiu 2,3% em relação ao ano de 2004.

#### 6.1.4. Estratégia de Venda

Para minimizar os efeitos do mercado livre, a Celesc lançou, em 2004, os Programas de Fidelização e de Venda de Energia Especial, com o objetivo de manter o faturamento da parcela de energia com seus consumidores aptos a comprar energia de outros fornecedores. Mais de 400 grandes consumidores aderiram aos Programas, que ofereceram descontos especiais para os consumidores que optaram por ampliar seus contratos com a Celesc até agosto de 2007, e para os consumidores que compraram energia elétrica utilizada no horário de ponta em substituição a geradores e para acréscimos de consumo.

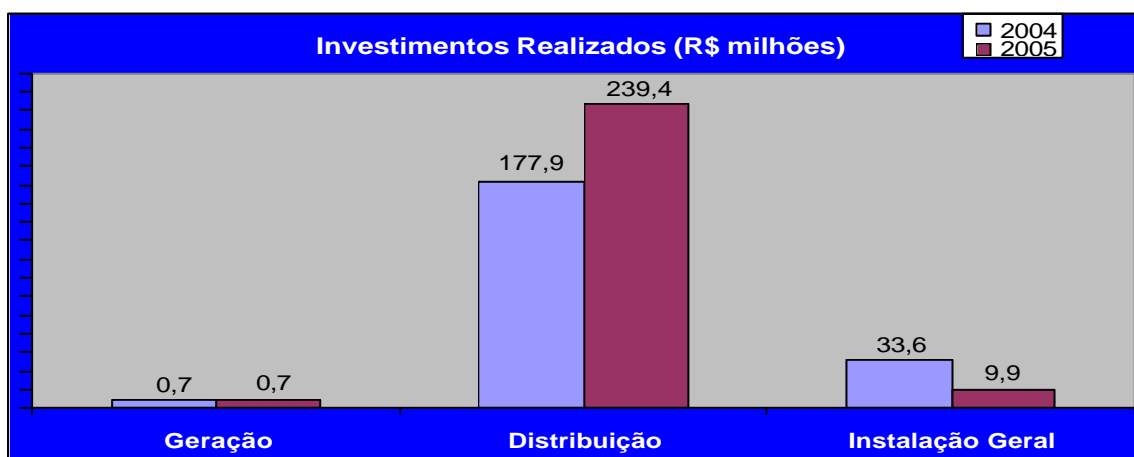
Durante o ano de 2005, o resultado do Programa Venda de Energia Especial apresentou um crescimento de 35% em relação a 2004. No total, o montante financeiro gerado pelo Programa durante o ano foi de R\$27,8 milhões. Pela venda de 121MWh, que foram consumidos por 564 consumidores, representando um preço médio de venda de R\$229,52/MWh. Se essa energia fosse vendida no mercado *spot*, geraria uma receita de R\$4,1 milhões, correspondente a um preço médio de venda de R\$34,01/MWh.

### 6.2. Investimentos

#### 6.2.1. Expansão e Qualidade

Os investimentos realizados pela Celesc no ano de 2005 foram de R\$250 milhões, sendo 17,82% superior ao ano anterior, conforme mostrado no quadro abaixo:

INVESTIMENTOS	2005 (R\$ mil)	(%)	2004 (R\$ mil)	(%)	2005/2004 (%)
Geração	742	0,30	691	0,33	7,38
Distribuição	239.370	95,74	177.942	83,86	34,52
Instalação Geral	9.900	3,96	33.564	15,82	(70,50)
<b>Total Geral</b>	<b>250.012</b>	<b>100</b>	<b>212.197</b>	<b>100</b>	<b>17,82</b>



A infra-estrutura de distribuição da Celesc compreende 23 subestações de distribuição (das quais 10 teleassistidas) e 96 subestações de transmissão (das quais 77 telecontroladas), mais de 119 mil quilômetros de redes de distribuição, 127 mil transformadores e 1,7 milhão de postes.

Em 2005, a Celesc investiu R\$239,4 milhões na atividade de distribuição em obras e ações focadas em assegurar a expansão e a qualidade no fornecimento de energia elétrica na sua área de concessão.

Os Programas de Universalização do Atendimento e de Eletrificação Rural, que têm por objetivo levar a energia elétrica às áreas urbana e rural, receberam investimentos da ordem de R\$63,0 milhões. No ano, os dois Programas beneficiaram mais de 21.100 consumidores.

Outra grande parte dos recursos foi aplicada na construção, ampliação e melhoria de subestações, linhas e redes de distribuição. No ano, o investimento em subestações chegou a R\$46,7 milhões, incluídos os investimentos destinados para a construção de sete novas unidades. Destas, duas estavam em fase final de construção no mês de dezembro e outras quatro com energização prevista para o primeiro semestre de 2006. Para a malha elétrica que abastece as áreas urbanas, foram destinados recursos na ordem de R\$55,2 milhões. Na construção de novas linhas de distribuição, os investimentos foram de R\$9,6 milhões.

Em projetos na área da supervisão e controle do sistema, os valores investidos chegaram a R\$1,5 milhão, e na melhoria do sistema de rádio e ampliação da planta de telecomunicação foram investidos outros R\$4,1 milhões.

### 6.2.2. Melhorias para o Atendimento

Com o objetivo de melhorar a qualidade do atendimento da Celesc, diversas ações e investimentos foram realizados. Entre as ações, destaque para:

- **Melhor Desempenho Operacional** – Os principais indicadores de qualidade do fornecimento de energia elétrica são os índices de Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor – DEC e Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor – FEC. Com a finalidade de reduzir esses índices, em 2005, foi autorizada a construção de novos alimentadores e a compra de materiais pelas Agências Regionais, e emitidas ordens de serviços para a execução de obras de melhoria do sistema e isso trouxe resultados: DEC caiu 10,67%, fechando com um índice de 16,33 e o FEC teve uma redução de 4,67%, com o índice de 12,85.
- **Pesquisa & Desenvolvimento** – Vinte projetos foram selecionados, em abril, para integrar o novo ciclo do Programa de Pesquisa & Desenvolvimento – P&D, da Celesc. Eles concorreram com outros 80 projetos inscritos e vão receber investimentos de R\$5,7 milhões. O processo de escolha considerou a capacidade das pesquisas para aumentar a confiabilidade do sistema, gerar novas receitas, melhorar os processos, reduzir os custos e eliminar desperdícios. A maioria das pesquisas classificadas como prioritárias, ou seja, que receberam aprovação da Comissão Interna de Avaliação, tem como meta melhorar a distribuição de energia. Entre elas, um sistema de monitoramento de contaminação em isoladores e um sistema de medição para faturamento de energia elétrica e detecção de fraude. Em dezembro, a Celesc aguardava a avaliação da ANEEL para iniciar a execução do ciclo. A Celesc desenvolve programas de P&D, em parceria com instituições de ensino e pesquisa, há seis anos. No ano passado, destaque para a finalização do projeto Metodologia de Identificação de Limites das Unidades de Conservação Ambiental da Ilha de Santa Catarina, desenvolvido durante dois anos pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. As áreas naturais protegidas por Lei Estadual são muitas na Ilha, mas seus limites não eram conhecidos. Com o trabalho, além de orientar a expansão da rede elétrica nessas áreas, viabilizaram uma série de ferramentas para uso de inúmeros órgãos públicos, gestores das Áreas Legalmente Protegidas – ALPs: Inventário das ALPs; Bases Técnicas para Representação dos Limites das ALPs; Mapa Geral de Limites; Conjunto de Mapas Individuais dos Limites; Guia Metodológico para Delimitação das ALPs e Propostas para as ALPs do Estado de Santa Catarina.

- **Maior Envolvimento Empresarial** – Em 2005, foi elaborado treinamento específico para preparar os profissionais da Celesc para o melhor relacionamento com os consumidores. A proposta básica é promover um padrão de excelência no atendimento prestado ao consumidor, fora do âmbito dos atendentes comerciais e de *Call Center*. Participarão dos cursos, que serão desenvolvidos em 2006: eletricitas, despachantes, projetistas, profissionais da área de faturamento, secretárias de chefias, entre outros.
- **Ampliação do Call Center** – Em 2005, também foi ampliado o número de atendentes do *Call Center* da Celesc. A medida possibilitou que os atendimentos passassem de 5 mil para 12 mil/dia.
- **Inovação** – Numa das iniciativas mais recentes na área da responsabilidade social, a Celesc lançou o *site* Celesc Inclusão, elaborado segundo padrões internacionais de acessibilidade para oferecer aos deficientes visuais as mesmas comodidades disponíveis na versão tradicional. A iniciativa da Celesc foi inédita entre as distribuidoras brasileiras de energia elétrica. No endereço eletrônico [www.celesc.com.br/acessibilidade](http://www.celesc.com.br/acessibilidade), estão disponíveis serviços como emissão de segunda via da conta de luz, informações sobre eficiência energética e simulador de consumo, além dos direitos e deveres do consumidor de energia elétrica.

## 7. Balanço Energético

A energia elétrica necessária para o atendimento do mercado da Celesc, em 2005, foi de 15.126GWh, o que significou um decréscimo de 0,7% sobre o ano anterior. Esta queda foi resultado principalmente da saída de consumidores industriais para o mercado livre. A maior parte dessa energia (14.624GWh, ou 96,7% da necessidade total) foi adquirida de terceiros, especialmente da Tractebel Energia S.A. A Celesc adquire, compulsoriamente, 21,2% do total da energia da Itaipu Binacional. No ano de 2005, a geração própria da Celesc atingiu o total de 502GWh, respondendo por 3,3 % das necessidades do mercado.

Os consumidores cativos absorveram 90,6% do total da energia requerida pela Celesc em 2005, ou seja, 13.702GWh. Para o atendimento das empresas supridas foi destinado 215GWh, o equivalente a 1,4% do total de energia requerida pela Celesc. As perdas técnicas e comerciais somaram 1.209GWh, representando uma fatia de 7,7% do total.

### 7.1. Compra de Energia em Leilão

Em abril, a Celesc adquiriu 11,8 milhões de MWh no leilão de energia velha realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O volume corresponde a 12,7% do total negociado, o maior percentual entre as 34 empresas compradoras. O preço médio dos contratos firmados no leilão foi de R\$83,13, um deságio de 16,03% em relação ao preço inicial de R\$99,00 fixado pela CCEE. Os contratos são válidos para oito anos, com entrega a partir de 2008.

Nos leilões de nºs 3 e 4, realizados em outubro, a Celesc adquiriu 51,5MW médios por três anos, com início em 2008, ao preço médio de R\$62,95/MWh e mais 668,8MW médios por oito anos, com início em 2009, ao preço médio de R\$94,91/MWh.

Em dezembro, no leilão de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a Celesc adquiriu os seguintes volumes de energia para início em 2008, 2009 e 2010, conforme as fontes térmicas e hidráulicas, abaixo discriminadas:

Ano	Térmica – MW médios	Hidráulica – MW médios	Total – MW médios
2008	14,0	110,5	124,5
2009	4,0	75,0	79,0
2010	62,3	60,2	122,5
Total	80,3	245,7	326,0

Os preços médios resultantes a serem contratados por todas as empresas que participaram do leilão, foram os seguintes: para início em 2008, R\$127,15/MWh; início em 2009, R\$127,81/MWh; início em 2010, R\$117,25/MWh. Os contratos de energia de fontes térmicas têm duração de 15 (quinze) anos, enquanto os de origem hidráulica são de 30 anos.

## 7.2. Geração

A atividade de geração de energia elétrica da Celesc é constituída por 12 Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs e por participação na Machadinho Energética S.A. – Maesa. No total, as PCHs possuem potência instalada de 81,31MW. Na Maesa, a participação da Celesc, de 14,63%, corresponde a uma potência instalada de 138MW.

Em 2005, as PCHs da Celesc geraram 502GWh, a maior quantidade de energia já produzida. Essa energia teve a seguinte destinação:

- 144GWh para atender ao mercado da Celesc, em atendimento aos contratos iniciais;
- 94GWh foram vendidos em leilão, realizado em dezembro de 2004;
- 39GWh foram vendidos como energia destinada à otimização do sistema;
- 225GWh foram vendidos no mercado de curto prazo.

A energia produzida pela Maesa, 489GWh, teve como destino o mercado estabelecido na área de concessão da Celesc.

Registramos ainda, no ano, a expedição das Licenças Ambientais de Operação – LAO das 12 PCHs da Celesc, válidas até dezembro de 2008.

## 7.3. Tarifas

O reajuste médio das tarifas de energia elétrica comercializada pela Celesc foi de 14,75% em 2005. O reajuste incidiu de forma diferenciada sobre as diversas classes de consumidores da Celesc, conforme diretrizes do Decreto nº 4.667 de 04 de abril de 2003. O Decreto, que trata de política tarifária, estabeleceu o processo de realinhamento das tarifas, visando eliminar gradualmente os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Dessa forma, os consumidores ligados em baixa tensão (residências, por exemplo) tiveram reajuste médio de 10,56%. Para as tarifas pagas pelas indústrias e outros consumidores ligados em alta tensão, o reajuste médio chegou a 21,10%.

Para determinar o índice, a ANEEL considerou a variação de custos que a Celesc teve desde agosto do ano passado. A fórmula de cálculo inclui custos gerenciáveis, sobre os quais incide parcialmente o Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, e custos não gerenciáveis, que somam a maior parte do reajuste, como energia comprada das geradoras, Conta de Consumo Combustível – CCC, Reserva Global de Reversão – RGR, Taxa de Fiscalização e Encargos de Transmissão da Energia Elétrica.

## 8. Desempenho Econômico-Financeiro

### 8.1. Ingresso de Recursos

Houve ingressos de recursos, em 2005, da ordem de R\$135.722 mil, sendo R\$85.663 mil provenientes do contrato de financiamento, mediante a abertura de crédito, firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica (Lei Federal nº 10.762 de 11 de novembro de 2003), R\$46.766 mil referentes ao Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica – Luz para Todos (Decreto nº 4.873 de 11 de novembro de 2003), provenientes do Governo Federal (R\$32.259 mil) e do Governo do Estado de Santa Catarina (R\$14.507 mil) para execução do atendimento com energia elétrica de 100% dos domicílios rurais na área de concessão da Celesc e R\$3.292 mil por meio de financiamento da Eletrobrás, referente ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz.

Ingresso de Recursos (R\$ mil)					
Programa	Governo Federal (CDE)	Governo Estado	Eletrobrás (RGR)	BNDES	Total
Emergencial	-	-	-	85.663	85.663
Luz para Todos	17.225	14.507	15.034	-	46.766
Reluz	-	-	3.292	-	3.292
<b>TOTAL</b>	<b>17.225</b>	<b>14.507</b>	<b>18.326</b>	<b>85.663</b>	<b>135.721</b>

### 8.2. Ações da Empresa para Redução de Custos

#### 8.2.1. Combate a Fraudes e Irregularidades

Por ser tratar de um assunto considerado grave no Setor Elétrico, fraudes e irregularidades precisam ser combatidos por todas as concessionárias, em todo o País. Na Celesc, os trabalhos para recuperação da receita em caso de roubo de energia, foram intensificados a partir de 2004. Como resultado da operação, a Celesc recuperou R\$12,5 milhões. Somente em 2005, foram feitas 422.741 inspeções. Os casos de fraudes chegaram a 3.252, e os medidores com defeito, 33.046. No ano, a receita recuperada pela Celesc foi de R\$8,5 milhões.

#### 8.2.2. Redução da Inadimplência

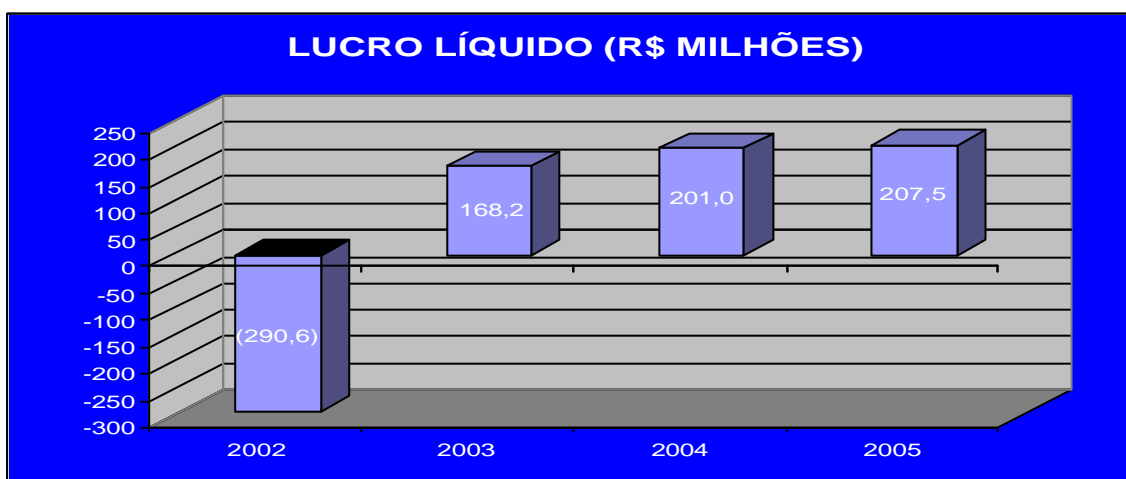
Para o combate à inadimplência, em 2005 a Celesc deu continuidade ao intenso trabalho interno para a realização de cobrança de consumidores com contas vencidas há menos de 60 dias e, via escritório de cobrança administrativa, para consumidores com contas vencidas há mais de 60 dias. Também foi firmado convênio junto à Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL para inclusão no cadastro Serviço de Proteção ao Crédito – SPC, de pessoa física e jurídica com parcelamento em conta de energia em atraso. No ano o total recuperado foi de R\$40,0 milhões.

### 8.2.3. Pregão Eletrônico

O sistema de Pregão Eletrônico, adotado em julho de 2004, continua sendo uma importante ferramenta para a redução de custos na Celesc. Em 2005, os pregões propiciaram redução média de 11% dos preços de equipamentos e serviços adquiridos, com ganhos financeiros de aproximadamente R\$19 milhões. Em alguns casos, a redução dos custos da compra chegou a ser de 45% em relação ao praticado pelo mercado. O Pregão Eletrônico também tem a vantagem de reduzir o tempo do processo de licitação. Uma concorrência, pelo método tradicional, dura, em média, 120 dias. Na compra feita via Pregão, o prazo do processo cai para 45 dias.

### 9. Resultado do Exercício

A Celesc encerrou o Exercício Social de 2005 com Lucro Líquido de R\$207,4 milhões, valor superior em 3,2%, se comparado ao ano anterior (R\$200,9 milhões). Esta elevação ocorreu em consequência do aumento da Receita Operacional Líquida.



No quadro a seguir pode-se visualizar, pelos principais indicadores econômicos, o desempenho da Celesc em 2005 em relação a 2004.

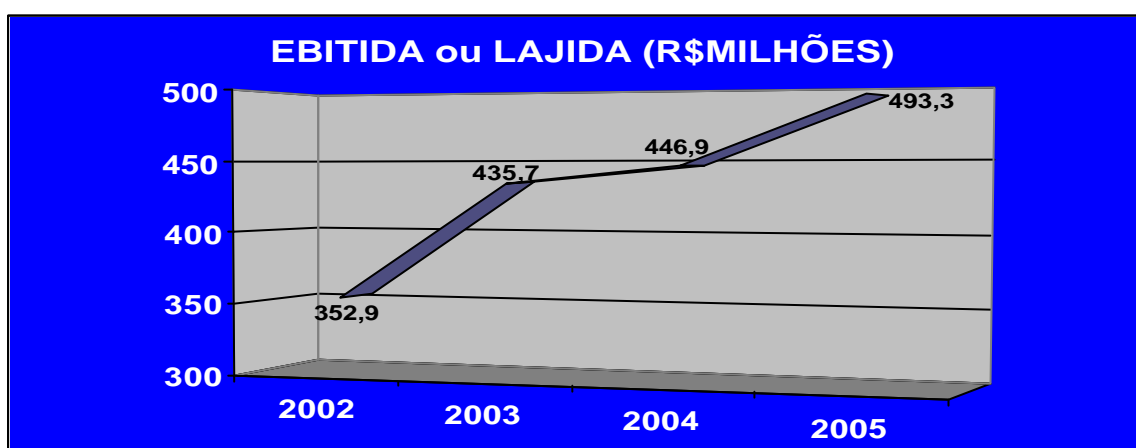
Índices Econômicos	2005	2004
Patrimônio Líquido	1.043.075	921.016
Resultado do Exercício	207.478	200.969
Receita Operacional Líquida	2.994.460	2.644.660
Resultado do Serviço	315.501	187.356
Resultado Financeiro	(14.367)	4.465
EBITDA ou LAJIDA	493.258	446.867
Margem de Serviço (RS / ROL)	10,5%	7,1%
Margem Operacional Líquida (LL / ROL)	6,9%	7,6%
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (LL / (PL - LL))	24,8%	27,9%

A Receita Operacional Líquida, em 2005, atingiu o montante de R\$2.994,5 milhões, superando em 13,23% o valor de 2004 (2.644,6 milhões). Dentre os fatores que influenciaram este crescimento destaca-se a Revisão Tarifária de 2004 (Resolução Homologatória ANEEL nº 193 de 05 de agosto de 2004), Complementação da Revisão Tarifária de 2004 e Reajuste Tarifário de 2005 (Resolução Homologatória ANEEL nº 158 de 1º de agosto de 2005).

O Resultado do Serviço apresentou um valor positivo de R\$315,5 milhões, tendo um acréscimo de 68,4% quando comparado ao ano anterior. Obteve-se este resultado devido ao aumento da Receita Operacional Líquida, citado no parágrafo anterior, e queda nos encargos intra-setoriais.

O Resultado Financeiro apresentou valor negativo de R\$14,3 milhões, representando uma queda de 421,7% em relação ao exercício de 2004, ocasionado pelo aumento nas atualizações de débitos fiscais (Parcelamento Especial - Paes) e queda nas atualizações dos valores da “Parcela A”.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e provisões, incluindo a provisão do benefício pós-emprego (R\$35 milhões), que equivale ao conceito de uma aproximação de geração de caixa operacional da Empresa, atingiu o valor de R\$493,2 milhões em 2005, contra R\$446,9 milhões em 2004. A variação positiva de 10,4% foi decorrente do aumento no Resultado dos Serviços.



O resultado do lucro por lote de mil ações foi de R\$268,95 (R\$260,51 no exercício de 2004).

## 10. Responsabilidade Social Empresarial

É a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da Empresa com todos os públicos com os quais se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Hoje, a Responsabilidade Social Empresarial é um instrumento fundamental para o Estado, como fomentador de Políticas Públicas, e, para as empresas, uma estratégia de mercado, pois em tempos de mundialização do capital, o diferencial é a atuação da Empresa na comunidade onde ela se insere.

É de fundamental importância que se tenha clara a diferença entre ações assistenciais (pontuais, não planejados, táticos, aleatórios e não includentes) e ações socialmente responsáveis (permanentes, planejadas, estratégicas, coordenadas), que buscam a elevação da qualidade de vida e a inclusão social a médio e longo prazo. Portanto, torna-se política permanente da Empresa.

Sintonizado com os princípios da Governança Corporativa da Bovespa, onde foi a primeira Empresa do Setor Elétrico a atingir o Nível 2, o Programa Celesc de Responsabilidade Social faz parte da estratégia de negócios da Empresa. Consciente de seu importante papel nas políticas de desenvolvimento do Estado, e aberta ao diálogo com seus públicos, a Celesc reconhece a urgência dos oito Objetivos do Milênio e prioriza quatro deles, capazes de garantir a sustentabilidade do planeta e melhorar as condições gerais de vida das populações.

Ao completar 50 anos, a Celesc busca a modernidade e qualifica a transparência e a democracia como estratégias importantes para a gestão de seus negócios. Pela primeira vez em sua história, em 2005, as funções do Presidente do Conselho de Administração foram dissociadas das atribuições do Presidente da Diretoria Executiva. Foi um avanço significativo em relação à desconcentração do poder.

Ao corpo funcional coube a “tarefa” de indicar seu representante para a alta administração e para os foros de definição e contratação das metas empresariais. No Conselho de Administração tem assento um empregado eleito por voto direto, e metade dos membros do Comitê Gestor e das Comissões de Gestão e Resultados, nas 16 Agências Regionais e nos Departamentos da Administração Central, são escolhidos pelos empregados.

No último trimestre do ano, a Celesc continuou as mudanças societárias e de gestão, iniciadas em 2002. Um dos grandes avanços é o reconhecimento do direito dos empregados em eleger o titular da Diretoria Comercial, uma nova estrutura no organograma empresarial, aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC.

O Código de Ética, construído coletivamente ao longo de 2005, qualifica e baliza ações nos espaços internos e objetiva aperfeiçoar as relações externas. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração na reunião do dia 06 de janeiro de 2006. Após ampla divulgação em todos os fóruns da Empresa para que o maior número de trabalhadores contribuísse com suas idéias e sugestões. Valores como respeito ao meio ambiente e à diversidade, a concorrência leal, as relações de trabalho e a transparência com todos os públicos estão contempladas no código.

Na seqüência, apresentaremos projetos e programas que demonstram concretamente o comprometimento da Celesc com os pilares e preceitos da Responsabilidade Social Empresarial.

### **10.1. Indicadores Sociais Internos**

A Celesc reafirma seu compromisso com a construção da cidadania e com a elevação da qualidade de vida, fiscalizando e recomendando a seus fornecedores e prestadores de serviços o respeito à legislação e aos trabalhadores.

O Programa Celesc de Responsabilidade Social segue as orientações do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, e do Instituto Ethos de Responsabilidade Social. A Celesc inseriu o Programa na sua Missão, Visão e Valores, e internalizou o conceito de desenvolvimento sustentável em seus negócios. O mercado reconheceu a seriedade da proposta e concedeu a Celesc um lugar de destaque no Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa.

Nesse contexto, a Celesc procura manter os direitos históricos dos trabalhadores, garantidos ao longo dos anos pelos Acordos Coletivos, que vão além do determinado pela Social Accountability 8000 e pelas convenções da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Responsabilidade Social Empresarial não pode prescindir de diálogo e de relações transparentes entre os Empregados e a Diretoria Executiva da Celesc, garantidos pelas organizações classistas, pelo representante dos empregados no Conselho de Administração e pelas Comissões e Grupos de Trabalhados Internos da Celesc, que atuam como suporte à estrutura formal.

A Celesc vem concedendo, por meio de Acordos Coletivos, participação aos empregados em seus resultados anuais, além de outros benefícios como auxílio-creche, contribuição paritária para a previdência privada, auxílio-alimentação, auxílio-excepcional/deficiente físico, vale-transporte, seguro de vida e auxílio-funeral. Ao mesmo tempo, tem honrado sua quota na manutenção dos planos de saúde dos empregados, que atende em torno de 22 mil pessoas, dentre os empregados da ativa, aposentados, pensionistas e dependentes. Em 2005, foram realizados 195 mil exames, 95 mil consultas e 3.700 internações, a um custo de 24 milhões/ano, a Celesc participa com parte desses recursos.

A Celesc investe na capacitação e no desenvolvimento profissional, em Programas de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como em alguns programas especiais, como o de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo e Outras Dependências Químicas – PPTAD, e o Vivendo e Valorizando a Aposentadoria – VIVA. Em 2005, foram dados os passos iniciais para implantação do Programa de Pesquisa de Clima Organizacional, buscando maior qualidade no ambiente e nas relações de trabalho.

O VIVA, é direcionado aos empregados aptos à aposentadoria no prazo de 5 (cinco) anos, situação atestada pela Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS. A proposta é integrar esse público, e seus cônjuges, aos empregados já aposentados. É uma forma de contribuir para a criação de condições harmoniosas de vivência após a aposentadoria. Em 2005, o VIVA implementou a Instrução Normativa que embasa legalmente e normatiza os procedimentos do Programa.

A Celesc participa da Comissão de Acompanhamento do Protocolo de Intenções e da Declaração de Compromissos para a Realização do Plano de Integração de Ações Governamentais e Não Governamentais da Política do Idoso. O objetivo é estimular a implementação de preparação à aposentadoria nos moldes do programa VIVA junto às Secretarias Estaduais. O Programa VIVA atendeu a 230 empregados no decorrer de 2005, em todo o Estado.

O PPTAD, implantado há mais de 10 (dez) anos, procura reinserir o empregado no contexto social do trabalho e da família. Por isso, inclui o cônjuge e os filhos no tratamento. O PPTAD procura ainda difundir conhecimentos sobre dependência química, obter comprometimento entre chefias e empregados e proporcionar a extensão do atendimento aos aposentados e familiares.

O Programa investe nas equipes, por meio de cursos, seminários, jornadas, para que estejam sempre atualizadas, buscando assim alternativas que possam melhorar o atendimento aos participantes.

O PPTAD, desde 2004, deu ênfase à prevenção, agregando ao tratamento outras terapias preventivas, bem como terapias holísticas, entre elas, fitoterapia, reiki, shiatsu, no local de trabalho, visando à integração entre homem, saúde e ambiente. Nesse contexto, foram prestados aproximadamente 2.500 atendimentos. Desde então, conseguiu-se reduzir o índice de recidivas. O programa mantém convênios com clínicas e centros de recuperação. O assistido é incentivado a participar de psicoterapias, dos Grupos de Ajuda Mútua – GAM e/ou de grupos da comunidade como Alcoólicos Anônimos – AA, e Narcóticos Anônimos – NA, e grupos de familiares.

Em 2005, o PPTAD prestou 1.514 atendimentos psicoterápicos, incluindo a participação em GAM, e 12 internações em clínicas conveniadas. Foram atendidas 139 pessoas, entre empregados, aposentados, pessoas oriundas do PDVI e familiares.

As ações da área de Segurança e Medicina do Trabalho, no ano de 2005, objetivaram a adequação da política de segurança e saúde do trabalho à nova realidade do Setor Elétrico e à Norma Regulamentadora 10 – NR 10, do Ministério do Trabalho e Emprego.

Com o objetivo de prevenir e reduzir o número de acidentes estão sendo implementados programas como o "Diálogo Diário de Segurança", no qual se reforçam padrões e normas preventivas. O Departamento de Recursos Humanos/Divisão de Segurança e Saúde Ocupacional – DPRH/DVSS, de modo geral, atuou muito próximo às Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPA. A CIPA da Administração Central, em parceria com o Serviço Social da Indústria – Sesi, promoveu, durante a Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho – SIPAT, campanha de prevenção contra o colesterol e a diabetes, com realização de exames e encaminhamento médico. Na SIPAT, também foram realizadas, em parceria com a Associação Beneficente dos Empregados da Celesc – Abecelesc, e com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar, palestras sobre alimentação segura e preventiva, bem como contra o desperdício.

O DPRH/DVSS continua os estudos objetivando a implantação de um Sistema de Gestão em Segurança e Saúde no Trabalho, baseado no conceito existente nas Normas BS 8800 e OHSAS 18001.

O projeto Prevenção as DST/HIV/AIDS no Local de Trabalho, retomado em 2005, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância em Saúde, tem como objetivo a implantação efetiva de um programa próprio de prevenção e combate as DST/HIV/AIDS. Além de palestras, oficinas, orientações médicas, distribuição de preservativos, realização gratuita de exames e orientações psicológicas, o programa garante a distribuição de medicamentos que visam ao tratamento dessas doenças. Também estão incluídas campanhas de vacinação contra difteria, tétano, caxumba entre outras.

Em novembro passado, foram realizadas oficinas sobre DST/HIV/AIDS, com o objetivo de fornecer informações atualizadas com dados epidemiológicos, bem como a prevenção e o tratamento. Assim, foram apresentados os Programas Sexo Seguro e Redução de Danos, realizados pela Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância em Saúde, além da proposta de implementação do programa na Celesc.

No dia 1<sup>o</sup> de dezembro de 2005, Dia Mundial de Luta Contra a AIDS, foram realizadas coletas de sangue para os testes de HIV/AIDS/hepatite e VDRL, aconselhamento, distribuição de preservativos, mostra de cinema sobre o tema, incluindo o filme Cazusa.

A participação de empregados no Programa, em 2005, totalizou 252 atendimentos e participações nas oficinas.

Em relação à educação do trabalhador, a Celesc renovou parceria com a Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, para que os empregados com nenhuma ou baixa escolaridade fossem contemplados pelo programa de Educação de Jovens e Adultos, incentivando a qualificação profissional e a elevação da auto-estima. Ressaltamos que esse é um Programa Estadual e que beneficia também moradores do entorno, além de ser estendido também ao trabalhador terceirizado.

Em 2005, a Celesc investiu significativamente na capacitação profissional. Foram realizados 279 treinamentos, estendidos a 5.420 profissionais, e 103 capacitações externas. A Celesc ainda abrigou programas e projetos de capacitação com cunho comunitário.

O espaço de trabalho também é um espaço de atividades culturais. Durante o ano de 2005, foram promovidas exposições de filmes do Projeto Cinema na Favela – Favela no Cinema, atividades musicais, incluindo Orquestra Sinfônica de Santa Catarina – OSSCA, e Canto Coral, apresentação de grupos de dança e mostras de pintura e debates com temas como desarmamento e questões ambientais.

## 10.2 Indicadores Sociais Externos

Para a Celesc, é necessário e urgente construir alternativas que possibilitem oportunidades reais de desenvolvimento humano e social das comunidades de baixa renda. Só assim, será possível assegurar direitos básicos como alimentação, moradia, saúde, educação, trabalho, renda, lazer e cultura.

Fiel à sua natureza pública, a Celesc acredita que deva exercer atividades fomentadoras entre os que se encontram à margem dos processos de desenvolvimento espontâneo. Por isso, desenvolve e apóia os projetos e programas que descrevemos a seguir:

### 10.2.1. Programa de Eficiência Energética – proCeleficiência

Os seguintes projetos tiveram continuidade nesse exercício:

- **Escola + Clara** – o projeto integra o Programa Celesc de Eficiência Energética – proCeleficiência – ciclo 2003/2004 e constitui-se da melhoria da eficiência energética do sistema de iluminação das escolas com redução de consumo e de demanda de energia. O programa, em implantação, beneficiará 136 escolas da rede pública estadual com investimentos da Celesc no valor de R\$3,0 milhões, melhorando o sistema de iluminação das salas de aula que atendem a 104 mil alunos da 1ª a 8ª séries.

Além do benefício de redução de 20% do consumo de energia e da melhoria do nível de iluminação, tem o caráter educativo, semeando no meio estudantil a cultura do uso racional da energia elétrica como instrumento de preservação do meio ambiente. O trabalho está sendo desenvolvido em conjunto com a Secretaria de Estado de Educação, Ciência e Tecnologia.

- **Aquecimento Solar para Substituição do Chuveiro Elétrico em Creches, Asilos, Orfanatos e Assemelhados** – o projeto beneficia 30 entidades do terceiro setor, com um custo total de R\$376,0 mil.
- **Iluminação Pública** – o projeto em 2005, concluiu obras de efficientização energética em 52 municípios catarinenses, totalizando investimentos da ordem de R\$19,0 milhões.
- **Celesc nas Escolas** – pelo segundo ano consecutivo, o programa proCeleficiência promoveu *workshop* em Florianópolis para valorizar os melhores resultados do Celesc nas Escolas. Treze escolas apresentaram seus trabalhos. Nesse ano, com a mediação da Celesc, o Governo do Estado firmou 117 convênios para troca de experiências no desenvolvimento desse programa na rede pré-escolar estadual. Das redes municipal e estadual de ensino, foram capacitados 909 professores de 117 escolas de ensino fundamental e médio. Foram envolvidos 59.534 alunos nas atividades.

Em 2005, o Celesc nas Escolas aprimorou dois projetos especiais: capacitação de professores da Associação de Pais e Amigos dos Surdos, de São Miguel do Oeste, e da Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, de Florianópolis.

Iniciativa pioneira da Celesc entre as concessionárias brasileiras de distribuição de energia elétrica foi lançado o *site* Celesc Inclusão, elaborado segundo os padrões internacionais de acessibilidade, estabelecendo pontes para aproximação da Celesc com a comunidade dos deficientes visuais. O projeto recebeu assessoria especial da ACIC, sediada em Florianópolis, e apoio técnico da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Ao digitar o endereço eletrônico [www.celesc.com.br/acessibilidade](http://www.celesc.com.br/acessibilidade), os deficientes visuais têm a disposição todos os serviços oferecidos virtualmente pela Celesc: emissão de segunda via da conta de luz, informações sobre eficiência energética, simulador de consumo, e direitos e deveres descritos no contrato de adesão.

Em 2005, foram viabilizados quatro projetos para o Setor Educacional, concebidos para aumentar a oferta de profissionais especializados na utilização racional da energia elétrica. São laboratórios de Eficiência Energética e de Teste de Coletores Solares no Centro Tecnológico da UFSC, Eficiência Energética para Conforto Ambiental na Universidade do Sul de Santa Catarina – Unisul, e para Produção Industrial na Universidade do Vale do Itajaí – Univali. Os laboratórios permitem a implantação da disciplina Eficiência Energética nesses centros de ensino superior.

- **Instalações da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan** – no primeiro semestre de 2005 foi concluído o Projeto Instalações da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan, da adutora que abastece toda região da Grande Florianópolis. A Celesc destinou R\$5,3 milhões. A obra triplicou a capacidade de adução de água bruta, beneficiando toda a região. A redução do consumo de energia é da ordem de 13.651MWh/ano, 1.700kW na demanda de ponta e R\$238,0 mil na conta mensal da Casan. Por conta desse projeto, a Celesc e o município de Palhoça dividiram, no início de dezembro de 2005, o Prêmio Cidades Eficientes, concedido pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM.

O projeto apresenta ainda os seguintes dados positivos referentes ao impacto ambiental:

- redução de 39,08% no consumo de água para lavagem de filtros;
- redução de 57,14% no uso de coagulantes;
- redução de 69,39% de deposição de alumínio.

O custo total da obra é de R\$7,47 milhões.

### 10.2.2. Programa Luzes Para a Juventude

Este Programa tem seu foco em jovens e mulheres, por compreender a carência de políticas públicas para esses segmentos sociais. O Luzes Para a Juventude abrange quatro subprogramas:

- **Tá Ligado???** – dá oportunidade a jovens, regularmente matriculados em escolas de ensino médio e universitário, de aplicar teorias e assimilar práticas importantes para a capacitação ao mercado de trabalho. Em 2005, o programa beneficiou 460 jovens em todo o Estado. Além dos aspectos funcionais, o grupo teve a oportunidade de conviver com os princípios éticos e morais de uma grande corporação.
- **Tô Ligado!!! – Consórcio Social Para a Juventude** – parceria da Celesc com o Ministério do Trabalho e Emprego e com a Organização Não Governamental Escrava Anastácia, entidade âncora do programa no Estado, capacita para o primeiro emprego jovens com idade entre 16 e 24 anos, empobrecidos e com pouca escolaridade. Estão sendo capacitados 21 jovens para o ofício de eletricitista predial. Além da capacitação específica, os jovens recebem formação em ética e cidadania, educação ambiental e informática básica, elevação de escolaridade, cultura e atividades esportivas coletivas e individuais. Os jovens recebem material didático-pedagógico, alimentação e transporte. De forma ousada, a Celesc está construindo parceria com prestadores de serviços, buscando a contratação desses jovens. A proposta é a consolidação de uma nova cultura empresarial, baseada na sustentabilidade, no respeito mútuo e na responsabilidade coletiva.

O conteúdo programático e a capacitação específica estão sendo redirecionados para o programa Se Liga, Mane! – Guarda-Parque Juvenil, visto que a idade dos jovens não está em consonância com o perfil de eletricitista. O convívio dos adolescentes com os celesquianos do Centro de Formação e Aperfeiçoamento – Cefa, também exigiu tratamento especial pelo ineditismo e especificidades.

- **Sementes do Amanhã – Menor Aprendiz** – em implantação, esse projeto vai absorver 55 jovens nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Criciúma, Lages e Joaçaba, observando a legislação vigente e preparando os jovens aprendizes para o mercado de trabalho. Como nos programas anteriores, além da formação específica, os jovens aprendem noções de ética e cidadania, educação ambiental, *marketing* pessoal, relações humanas, informática básica, reforço de escolaridade, atividades esportivas e culturais. É o jovem sendo trabalhado na perspectiva da integridade.

- **Se Liga, Mané! – Guarda-Parque Juvenil** – em parceria com o Corpo de Bombeiros, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – Ibama, a Fundação Catarinense do Meio Ambiente – Fatma, o Comitê de Empresas Públicas e Privadas no Combate a Fome – Coep, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, o Consórcio Social para a Juventude e a Secretaria Municipal de Turismo, a Celesc ancorou o programa capacitando 15 jovens, com idade entre 16 e 24 anos, para a atividade de guia turístico com o enfoque sócio-ambiental. O objetivo é aliar a conservação do meio ambiente à geração de emprego e renda, combatendo assim a desigualdade social. Dos 15 jovens atendidos pelo programa, 10 já estão no mercado de trabalho. Para 2006, o objetivo é qualificar o Programa, inserindo o ensino de idiomas estrangeiros e da história do município de Florianópolis. Também se trabalha pela construção de uma associação e, posteriormente, de uma cooperativa formada por esses jovens, vislumbrando autonomia financeira.

### **10.2.3. Programa Energia que Alimenta – Padaria Comunitária de Vila Aparecida**

Esse programa foi iniciado em 2003, em parceria com o Coep e a empresa MonReal, que presta serviços para a Celesc. A MonReal foi responsável pela reforma do Centro Comunitário e de suas dependências, que abriga uma creche para 160 crianças, e revitalizou a padaria comunitária, desativada desde 2000.

Nesse bojo, foram capacitadas 19 pessoas, em sua maioria mulheres jovens, com idade entre 18 e 24 anos, para o ofício de padeiro. O objetivo é a produção de 1.200 pães por dia a um custo de R\$0,10 a unidade, a serem comercializados na comunidade. Em 2005, continuamos atuando naquela comunidade, transportando os insumos necessários para a fabricação do pão e assessorando a Associação de Moradores na manutenção da padaria comunitária.

É importante ressaltar que, mesmo cumprindo o objetivo inicial de fabricar e vender pão aos moradores da Vila Aparecida, o programa precisa ser revisto e reestruturado, pois a comunidade não atingiu o objetivo da auto-sustentação. Por isso, para 2006, estão previstas ações para capacitação de membros da associação, objetivando ampliar a oferta para 3.000 pães/dia e melhorar a nutrição das crianças da comunidade pelo incremento de nutrientes.

### **10.2.4. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso de Energia Elétrica – Luz para Todos**

O Programa, instituído pelo Decreto nº 4873 de 11 de novembro de 2003, é uma parceria entre o Governo Federal (Eletrobrás), o Governo do Estado e Celesc. Esse esforço conjunto é feito para oferecer à família rural infra-estrutura que lhe permita viver com conforto e dignidade. Em 2005, por intermédio do Programa, foram eletrificadas mais de 6.500 propriedades rurais. Este Programa é de vital importância, visto que, com a disponibilidade de energia elétrica em suas propriedades, a família tem melhoria na sua produção, com reflexos nas suas condições básicas de vida, como educação, informação, saúde, lazer, conforto e bem-estar. Além disso, assegura aos catarinenses da área rural os insumos necessários para a geração de riquezas, contribuindo para desestimular o êxodo rural.

### **10.2.5. Programa de Incentivo à Cultura – Luzes da Cultura**

Em 2005, a população catarinense teve acesso a grandes momentos de encanto no mundo da cultura e das artes. Utilizando-se dos benefícios do Incentivo Fiscal Federal à Cultura – Lei Federal nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 – Lei Rouanet, Incentivo Fiscal Federal à Atividade Audiovisual – Lei Federal nº 8.685 de 20 de julho de 1993 – Lei do Audiovisual, e Incentivo Fiscal Estadual à Cultura – Lei nº 10.029 de 23 de setembro de 1998, cujo valor doado é deduzido nos tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ; Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS devidos. A Celesc investiu R\$1,57 milhões na produção e divulgação de bens culturais, bem como na preservação do patrimônio histórico estadual. Escritores, artistas e produtores culturais tiveram oportunidade de ver suas obras concretizadas por intermédio desse importante apoio institucional. Com essas ações, a Celesc quer ser parceira na democratização da cultura. Os projetos beneficiados buscaram atender às várias regiões do Estado, seguindo a política da descentralização para garantir oportunidade de acesso à cultura a todos os cidadãos catarinenses. A seguir destacamos os projetos apoiados:

#### **Incentivo Fiscal Federal à Cultura – Lei Rouanet**

- Coloninha na Avenida – Florianópolis
- Santa Catarina Iluminada – Florianópolis
- II Feira do Livro de Joinville – Joinville
- Cinema na Favela – Favela no Cinema – Florianópolis
- A Arte de Zumblick – Florianópolis
- Noite Brava – Florianópolis
- Centro Musical – Nova Trento
- Liga Independente das Escolas de Samba – Joaçaba
- Obras de Arte do Acervo da Fundação Hassis – Florianópolis
- Música para Todos – Jaraguá do Sul
- Manutenção da Casa da Arte Quilombo – Quilombo

#### **Incentivo Fiscal Federal à Atividade Audiovisual – Lei do Audiovisual**

- Segurança Nacional – Criciúma

#### **Incentivo Fiscal Estadual à Cultura**

- Tubo de Ensaio
- Aleixo Garcia
- Itajaí em Circuito
- Memórias em Canto

- Cantar com a Gente
- Primeiro Festival de Artes Plásticas de Piratuba
- Restauração da Casa Carboni
- Recitais de Interação Musical
- Restauração da Casa Marcon
- A Dupla Face da Vida
- XII Festa da Cultura Açoriana de Santa Catarina
- Inventário da Cultura Imaterial dos Luso-Brasileiros

Com a publicação das Leis Estaduais nº 13.333 de 22 de fevereiro de 2005 e nº 13.336 de 08 de março de 2005, a Celesc realizou aporte ao Fundo Social, Fundesporte, Funcultural e Funturismo, aproveitando como incentivo fiscal na apuração do ICMS devido, totalizando R\$38,33 milhões no ano de 2005, assim distribuídos:

- Fundosocial: R\$32,97 milhões
- Fundesporte: R\$1,20 milhões
- Funcultural: R\$2,16 milhões
- Funturismo: R\$2,00 milhões

#### **10.2.6 Programa Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA**

Pensando na integridade da criança e do jovem catarinense a Celesc apoiou em 2005, ações de lazer, esporte, saúde e cultura por intermédio do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA, Lei Federal nº 8.494 de 09 de abril de 1994. As doações efetuadas ao FIA são realizadas mediante Incentivo Fiscal Federal com aproveitamento nos tributos devidos. Foram beneficiados os Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente. As doações realizadas foram no valor de R\$250 mil, para os Fundos Municipais de São José, São Francisco do Sul, Mondaí, Tubarão e Florianópolis.

#### **10.2.7 Programa Ação Social e Cidadania – Campanha Sou do Bem, Você Também**

Programa desenvolvido em 2005, objetivando a prestação de serviços básicos à população. A campanha aconteceu nas cidades de Florianópolis, Blumenau, Joinville, Itajaí, Lages, Criciúma, Tubarão e Palhoça, municípios que abrigam número expressivo de empobrecidos. Aproximadamente 200 mil pessoas foram beneficiadas pelos serviços. Os investimentos totalizaram R\$16 mil.

#### **10.2.8. Programa Baixa-Renda**

Em parceria com o Governo Federal, a Celesc atende, desde a sua implementação, quase 250 mil famílias, levando energia mais barata a populações empobrecidas.

### **10.2.9. Programa Cinema na Favela – Favela no Cinema**

Objetiva propiciar o acesso à cultura a comunidades sob risco social, aliado a debates acerca de temas cotidianos como drogas, violência, sexualidade, saúde, gravidez na adolescência, educação, inclusão social, entre outros. Participaram dos quatro eventos realizados aproximadamente 120 jovens, entre moradores da comunidade e jovens oriundos do Projeto Tá Ligado?!?.

O Programa Cinema na Favela – Favela no Cinema, parceria entre a Celesc e a ONG Nação Hip Hop, a partir da exibição de filmes alternativos e debates põe em pauta assuntos polêmicos e dolorosos como violência sexual infanto-juvenil e discriminação racial. Nas atividades, participam representantes de várias áreas, com temas abordados nos filmes ou debates, com o intuito de apropriar o jovem da cidadania.

### **10.2.10. Programa Clube Ecológico Canforeira**

Iniciativa da Agência Regional de Mafra, por meio de seus empregados e outros parceiros, trabalha desde 1993 a perspectiva preservacionista. Atuando sob a ótica da educação ambiental, objetiva despertar a consciência ecológica de crianças, jovens e adultos. O grupo trabalha com a produção de mudas de árvores que são doadas ou vendidas a escolas e à população para serem plantadas ao longo dos rios e nas praças do município.

### **10.2.11. Programa Celesc Amiga da Comunidade – Brincando na Praça**

Este Programa, em parceria com as prefeituras e associações comunitárias e comerciais dos municípios de Tubarão e Mafra, visa melhorar a qualidade de vida de populações empobrecidas. A Celesc repassa materiais em desuso, como postes ou carretéis de madeira, para a fabricação de equipamentos em praças, jardins e parques infantis capazes de devolver às crianças as práticas lúdicas, incrementando a socialização e o desenvolvimento completo.

### **10.2.12. Programa Celesc Amiga da Comunidade – Capacitando Lideranças Comunitárias**

A Celesc apoiou e sediou pela terceira vez consecutiva o curso de Capacitação de Lideranças Comunitárias, desenvolvido pela União Florianopolitana de Associações Comunitárias – Ufeco, entidade que representa 160 associações de moradores da Grande Florianópolis, e pelo Núcleo de Estudos Sociais e Organização Popular da UFSC – NESOP, buscando fortalecer e democratizar a relação entre Empresa e comunidade.

### **10.2.13. Programa Energia do Futuro – Aquecimento Solar com Descartáveis**

A Celesc instalou um aquecedor solar, elaborado com materiais recicláveis como garrafa *pet* e caixas *tetrapak*, na Casa Familiar do Mar, em Laguna. A instituição capacita 30 jovens para a profissão de pescador, em período integral, estimulando a permanência na comunidade e a preservação de valores culturais locais.

#### **10.2.14. Programa Censo do Idoso**

Este Programa é de autoria do Centro Universitário de Jaraguá do Sul – UNERJ e da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul. Objetiva identificar o perfil e as condições de vida dos idosos de Jaraguá do Sul, de modo a fornecer subsídios para elaboração de políticas públicas destinadas à melhoria da qualidade de vida da população idosa. A Celesc é parceira do programa e disponibilizou dois empregados e um veículo para a pesquisa e supervisão dos trabalhos. Segundo os números do IBGE, estima-se que a população idosa de Jaraguá do Sul (com 60 anos ou mais) seja atualmente de 10.300 pessoas.

#### **10.2.15. Programa Energia do Lixo**

O Programa consiste na separação de todos os materiais recicláveis na Agência Regional de Rio do Sul, com o apoio dos empregados terceirizados. Quanto ao lixo orgânico, é utilizado em horta comunitária dentro da Agência. O objetivo é despertar a consciência sócio-ambiental e melhorar a relação entre homem e meio ambiente.

#### **10.2.16. Programa Energia do Saber – Alfabetização de Mulheres**

A Agência Regional de São Miguel do Oeste, em parceria com a Abecelesc local, e com a contribuição do Centro de Ciências de Educação da Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc desenvolve, desde 1999, o Programa de Alfabetização de Mulheres de 20 a 80 anos, objetivando o resgate da cidadania por meio da alfabetização, além de propiciar o desenvolvimento da auto-estima, a construção de oportunidades, o conhecimento de direitos, entre outros, contribuindo, assim, para a diminuição do preconceito de gênero.

#### **10.2.17. Programa de Prevenção e Tratamento do Alcoolismo e Outras Dependências Químicas para a Comunidade**

O Programa é estendido à comunidade por meio de visitas hospitalares semanais, levando informações e orientações sobre alcoolismo e dependência química e locais de ajuda permanente, na região de Concórdia. Já na Agência Regional de Rio do Sul, o projeto priorizou ações com as escolas do município de Ituporanga, capacitando 42 educadores da rede municipal de ensino, para a prevenção e combate ao alcoolismo e outras drogas.

#### **10.2.18. Programa Verde Vida**

Programa realizado no âmbito da Agência Regional de Chapecó em que são repassados materiais recicláveis (papéis, plásticos etc.) com a finalidade de, após o processo de reciclagem, serem comercializados e os recursos, utilizados em oficinas sócio-educativas.

#### **10.2.19. Programa Meio Ambiente – Responsabilidade de Todos**

O Programa procura despertar na comunidade de Joinville a preocupação com a preservação da água. Baseado no método do "Pensar Global e Agir Local", estabelece metas e ações que visam respeitar a natureza como um bem do Planeta e dar continuidade à preservação das espécies, da flora nativa e do plantio de vegetação.

Para isso, a Agência Regional de Joinville participa de reuniões com os líderes da Fundação Municipal do Meio Ambiente atuando diretamente no planejamento, execução e avaliação na conferência das bacias hidrográficas da região e nas oficinas de: fotografia na lata; história em quadrinhos; poesias; papel reciclado; aproveitamento integral de alimentos; produção de mudas; tear manual; mosaico e reciclagem de garrafa *pet*.

#### **10.2.20. Comissão Regional do Idoso**

A Celesc, por meio da Agência Regional de Joinville, participa da Comissão Regional do Idoso e é companheira dos programas que buscam melhorar as condições de vida dessa população. Os programas desenvolvidos pela Comissão, com o apoio da Agência Regional de Joinville, objetivam resgatar os direitos, deveres e benefícios desse público por meio da capacitação de trabalhadores daquela Regional, para atuarem junto à 3ª idade em reuniões com as lideranças comunitárias dos municípios pertencentes à Regional, visando, também à capacitação dos líderes comunitários.

#### **10.2.21. Seminário Sesc & Você – 59 Anos – Educação Ambiental como Processo de Inclusão**

A Agência Regional de Jaraguá do Sul em parceria com o Serviço Social do Comércio – Sesc promoveu, nos dias 12 a 16 de setembro de 2005, o Seminário Sesc & Você – 59 Anos – Educação Ambiental como Processo de Inclusão, com realização de palestras, feiras, oficinas e passeios com ênfase na educação ambiental.

#### **10.2.22. Programa de Lixo Reciclável**

Programa da Agência Regional de Jaraguá do Sul, desenvolvido em parceria com a Abecelesc local, busca estimular a reciclagem do lixo doméstico. Os empregados trazem materiais (lata, papel, plástico e vidro) que são armazenados em latões disponibilizados no depósito da Agência e, posteriormente, vendidos para a Associação dos Recicladores de Jaraguá do Sul. A renda é revertida em favor da Abecelesc.

Estes Programas e Projetos só tiveram vida e sucesso porque foram abraçados e acolhidos pelos nossos parceiros de jornada e de esperança, que acreditaram que é possível construir outros caminhos pela via da solidariedade e do respeito.

### **10.3. Indicadores Ambientais**

As diretrizes de Política Ambiental da Celesc, em vias de implantação, contribuirão para a desejada conformidade sócio-ambiental, mediante a incorporação das boas práticas do gerenciamento ambiental, para diferentes aspectos, na construção de linhas de distribuição e subestações, na operação e manutenção do sistema, com vistas ao aperfeiçoamento contínuo na minimização de impactos oriundos de suas atividades.



## Balço Social

1 - BASE DE CALCULO	2005			2004		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	2.994.460			2.644.660		
- Resultado Operacional (RO)	301.134			191.821		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	331.170			316.246		
<b>2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS</b>	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	10.777	3	0	7.784	2	0
- Encargos Sociais Compulsórios	69.071	21	2	62.770	20	2
- Previdência Privada	15.564	5	1	14.370	5	1
- Saúde	5.624	2	0	5.561	2	0
- Segurança e Medicina no Trabalho	902	0	0	1.281	0	0
- Educação	1	0	0	1	0	0
- Cultura	150	0	0	30	0	0
- Capacitação e Desenv. Profissional	3.542	1	0	3.352	1	0
- Creches ou Auxílio-Creche	632	0	0	518	0	0
- Participação nos Lucros ou Resultados	8.626	3	0	7.976	3	0
- Outros	795	0	0	1.548	0	0
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>115.684</b>	<b>35</b>	<b>4</b>	<b>105.191</b>	<b>33</b>	<b>4</b>
<b>3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS</b>	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	346	0	0	98	0	0
- Cultura	3.435	1	0	2.172	1	0
- Saúde e Saneamento	68	0	0	50	0	0
- Esporte	1.200	0	0	50	0	0
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	67	0	0	31	0	0
- Outros	113.238	38	4	42.431	22	2
<b>Total das Contribuições p/ a Sociedade</b>	<b>118.354</b>	<b>39</b>	<b>4</b>	<b>44.832</b>	<b>23</b>	<b>2</b>
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1.404.697	466	47	1.211.607	632	46
<b>Total - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>1.523.051</b>	<b>506</b>	<b>51</b>	<b>1.256.439</b>	<b>655</b>	<b>48</b>
<b>4 - INDICADORES AMBIENTAIS</b>	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.o/ a Produção/Operação da Empresa	877	0	0	81	0	0
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	15.958	5	1	11.478	6	0
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>16.835</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>11.559</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	( ) não possui metas (x) cumpre de 51 a 75 %			( ) não possui metas (x) cumpre de 51 a 75 %		
	( ) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre de 76 a 100 %			( ) cumpre de 0 a 50 % ( ) cumpre de 76 a 100 %		
<b>5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL</b>						
- Nº de empregados ao final do período		3590		3.609		
- Nº de admissões durante o período		187		207		
- Nº de empregados terceirizados		1905		2.108		
- Nº de estagiários		340		336		
- Nº de empregados acima de 45 anos		1496		1.380		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa		530		527		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres		16		15		
- Nº de negros que trabalham na empresa		69		79		
- % de cargos de chefia ocupados por negros		1		1		
- Nº de portadores de deficiência ou neces. especiais		2		6		
<b>6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL</b>		<b>2005</b>		<b>Metas 2006</b>		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa		21		15		
- Número total de acidentes de trabalho		51		0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos+ Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos os empregados	<input checked="" type="checkbox"/> todos+ Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados	<input type="checkbox"/> serão sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
- Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
- Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na Empresa 75.597	no Procon 663	na Justiça 568	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 100%	no Procon 85%	na Justiça 8,50%	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	<b>Em 2005: 2.474.317</b>			<b>Em 2004: 2.232.018</b>		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76% governo 2% acionistas	11% colaboradores 5% terceiros	13% colaboradores 6% retido	74% governo 2% acionistas	12% colaboradores 5% terceiros	14% colaboradores 7% retido
<b>7 - OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	<p>Coordenação: Viviani Bleyer Remor - Fone: (48) 3231-5149 E-mail: vivianibr@celesc.com.br</p> <p>CNPJ: 83.878.892/0001-55 UF: SC</p> <p>Setor Econômico: Serviço Público de Energia Elétrica</p> <p>Contador: José Braulino Stähelin - Fone: (48) 3231-6030 E-mail: jbraulinos@celesc.com.br CRC/SC - 018.996/O-8</p>					
<p>"ESTA EMPRESA NÃO UTILIZA MÃO-DE-OBRA INFANTIL OU TRABALHO ESCRAVO, NÃO TEM ENVOLVIMENTO COM PROSTITUIÇÃO OU EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA OU ADOLESCENTE E NÃO ESTÁ ENVOLVIDA COM CORRUPÇÃO" "NOSSA EMPRESA VALORIZA E RESPEITA A DIVERSIDADE INTERNA E EXTERNAMENTE!"</p>						

## Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado – DVA foi elaborada com base nos parâmetros definidos no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/ nº 01 de 25 de fevereiro de 2005 e no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>Receitas</b>		
Venda de Energia e Serviços	4.365.189	3.919.315
Provisão p/ Créditos Liquidação Duvidosa	(53.450)	(91.287)
Resultado Não Operacional	<u>(45.767)</u>	<u>14.679</u>
	<b>4.265.972</b>	<b>3.842.707</b>
<b>(-) Insumos Adquiridos de Terceiros</b>		
Energia Elétrica e Uso da Rede	(1.679.719)	(1.469.057)
Serviços de Terceiros	(114.647)	(110.934)
Materiais	(36.652)	(37.487)
Outros Insumos Adquiridos	<u>(26.303)</u>	<u>(77.569)</u>
	<b>(1.857.321)</b>	<b>(1.695.047)</b>
<b>(=) Valor Adicionado Bruto</b>	<b>2.408.651</b>	<b>2.147.660</b>
(-) Quotas de Reintegração	(96.131)	(86.476)
<b>(=) Valor Adicionado Líquido</b>	<b>2.312.520</b>	<b>2.061.184</b>
<b>(+) Valor Adicionado Transferido</b>		
Receitas Financeiras	161.797	170.834
<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<b>2.474.317</b>	<b>2.232.018</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>		
<b>Pessoal e Administradores</b>		
Remunerações	132.785	128.063
Décimo Terceiro Salário	14.312	13.347
Férias	32.578	34.842
Encargos Sociais (exceto INSS)	16.298	14.580
Participação nos Lucros ou Resultados	8.626	7.976
Benefícios Assistenciais	18.238	15.689
Benefício Pós-Emprego	35.589	47.087
Contencioso Trabalhista	6.882	100
Outros	<u>13.089</u>	<u>6.372</u>
	<b>278.397</b>	<b>268.056</b>
<b>Governo</b>		
<b>Federal</b>		
PIS e COFINS	396.211	310.516
CPMF	17.250	14.533
Imposto de Renda e Contribuição Social	88.264	53.031
INSS (s/ folha de pagamento)	52.773	48.190
	<b>554.498</b>	<b>426.270</b>
<b>Estadual</b>		
ICMS	892.175	826.041
IPVA	383	341
	<b>892.558</b>	<b>826.382</b>
<b>Municipal</b>		
ISS	110	58
IPTU	657	643
	<b>767</b>	<b>701</b>
<b>Encargos Intra Setoriais</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	14.309	7.657
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	190.795	184.997
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	109.377	64.298
Taxa de Fiscalização ANEEL	7.256	4.559
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética	26.769	11.178
Programa de Incentivo as Fontes Alternativas - Proinfra	2.897	-
Compensação Financeira na Utilização de Rec Hídricos	2.753	2.232
Encargo de Capacidade Emergencial	67.924	126.534
Encargo Aquisição F. E. Emergencial	-	3.849
	<b>422.080</b>	<b>405.304</b>
	<b>1.869.903</b>	<b>1.658.657</b>
<b>Financiadores</b>		
Juros e Variações Monetárias	96.132	106.219
Outros	<u>22.407</u>	<u>(1.883)</u>
	<b>118.539</b>	<b>104.336</b>
<b>Acionistas</b>		
Juros sobre Capital Próprio	40.375	47.500
Dividendos Propostos	8.901	230
Lucros Retidos	<u>158.202</u>	<u>153.239</u>
	<b>207.478</b>	<b>200.969</b>
<b>Valor Adicionado Total Distribuído</b>	<b>2.474.317</b>	<b>2.232.018</b>
<b>Valor Adicionado (médio) por Empregado</b>	<b>655,48</b>	<b>532,59</b>

## **11. Auditores Independentes**

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02 de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o auditor independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados a atividades de auditoria externa.

## **Agradecimentos**

Ao comemorar 50 anos, a Celesc agradece o esforço e a dedicação de seus colaboradores e fornecedores, que tiveram um papel fundamental na história de sucesso da Empresa. Os crescentes desafios foram superados com o apoio dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. O esforço de todos merece o reconhecimento dos consumidores e alavanca a proposta de engrandecimento da Celesc para suas ações em prol do desenvolvimento social e econômico do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 28 de março de 2006.

A Administração.

### Balancos Patrimoniais do Ativo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Circulante</b>		
Numerário Disponível	113.433	73.323
Aplicações no Mercado Aberto	90.745	102.305
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	934.103	720.274
Títulos a Receber	111.322	127.989
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(199.955)	(153.181)
Tributos a Compensar	17.762	28.604
Serviços em Curso	47.594	41.685
Estoques	13.259	9.714
Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA	88.666	133.459
Despesas Pagas Antecipadamente	-	81
Ativo Regulatório – PIS/PASEP e COFINS	6.466	-
Outros Créditos	22.735	29.303
	<b>1.246.130</b>	<b>1.113.556</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>		
Títulos a Receber	158.038	71.049
Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	30.988	36.298
Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA	41.927	107.525
Investimentos Temporários	31.448	86.537
Tributos a Compensar	23.273	19.944
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	370.848	357.075
Depósitos Judiciais	61.358	35.277
Ativo Regulatório – PIS/PASEP e COFINS	46.409	43.834
Outros Créditos	3.698	234
	<b>767.987</b>	<b>757.773</b>
<b>Permanente</b>		
Investimentos	88.519	90.392
Imobilizado Líquido	1.256.117	1.156.129
	<b>1.344.636</b>	<b>1.246.521</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>3.358.753</b>	<b>3.117.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Balancos Patrimoniais do Passivo

Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	266.642	289.166
Folha de Pagamento e Encargos Sociais	9.707	8.010
Encargos de Dívidas	1.026	14
Empréstimos e Financiamentos	83.275	52.068
Taxas Regulamentares	135.340	83.713
Entidade de Previdência Privada	35.664	33.206
Benefício Pós-Emprego	46.099	25.789
Tributos e Contribuições Sociais	122.367	122.854
Programa – Paes	4.692	2.325
Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio	46.323	44.453
Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA	13.262	7.937
Obrigações Estimadas	63.114	51.109
Outras Contas a Pagar	19.988	20.946
	<b>847.499</b>	<b>741.590</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>		
Empréstimos e Financiamentos	137.993	137.067
Entidade de Previdência Privada	427.470	429.996
Benefício Pós-Emprego	571.645	594.956
Provisão para Contingências	168.894	172.653
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	96.765	92.627
Programa - Paes	30.892	17.628
Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA	31.858	7.655
Outras Contas a Pagar	2.662	2.662
	<b>1.468.179</b>	<b>1.455.244</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>		
Capital Social	696.200	696.200
Reservas de Lucros	346.875	224.816
	<b>1.043.075</b>	<b>921.016</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>3.358.753</b>	<b>3.117.850</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Demonstração dos Resultados**  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
(valores expressos em milhares de reais)

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>4.365.189</b>	<b>3.919.315</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	4.104.063	3.589.576
Suprimento de Energia Elétrica	14.320	14.027
Disponibilização da Rede Elétrica	77.795	33.023
Encargo de Capacidade Emergencial	99.471	184.995
Encargo de Aquisição Energia Elétrica Emergencial	-	5.652
Energia Elétrica de Curto Prazo	(48)	49.359
Arrendamento e Aluguéis	34.392	17.618
Outras Receitas	35.196	25.065
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(1.370.729)</b>	<b>(1.274.655)</b>
ICMS sobre Energia Elétrica	(892.175)	(826.041)
PIS/PASEP	(72.541)	(54.477)
COFINS	(323.670)	(256.039)
ISS	(110)	(58)
Reserva Global de Reversão – RGR	(14.309)	(7.657)
Encargo de Capacidade Emergencial	(67.924)	(126.534)
Encargo de Aquisição Energia Elétrica Emergencial	-	(3.849)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>2.994.460</b>	<b>2.644.660</b>
<b>Custo do Serviço de Energia Elétrica</b>	<b>(1.980.712)</b>	<b>(1.763.023)</b>
<b>Custo com Energia Elétrica</b>	<b>(1.679.719)</b>	<b>(1.469.057)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.450.131)	(1.288.813)
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	(229.588)	(180.244)
<b>Custo de Operação</b>	<b>(299.662)</b>	<b>(293.849)</b>
Pessoal e Administradores	(157.773)	(151.747)
Entidade de Previdência Privada	-	(2)
Material	(22.324)	(23.956)
Serviço de Terceiros	(34.284)	(35.374)
Depreciação	(83.437)	(79.058)
Outras Despesas	(1.844)	(3.712)
<b>Custo do Serviço Prestado a Terceiros</b>	<b>(1.331)</b>	<b>(117)</b>
<b>Lucro Operacional Bruto</b>	<b>1.013.748</b>	<b>881.637</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(698.247)</b>	<b>(694.281)</b>
Despesas com Vendas	(130.845)	(179.200)
Despesas Gerais e Administrativas	(221.579)	(190.900)
Outras Despesas Operacionais	(345.823)	(324.181)
<b>Resultado do Serviço</b>	<b>315.501</b>	<b>187.356</b>
<b>Receitas (Despesas) Financeiras</b>	<b>(14.367)</b>	<b>4.465</b>
Renda de Aplicações Financeiras	13.508	4.439
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios sobre Energia Vendida	40.807	44.497
Variações Monetárias, Cambiais e Acréscimos Moratórios sobre Energia Comprada	2.880	(13.499)
Encargos de Dívidas	(59.041)	(54.053)
Atualização “Parcela A” – CVA	25.680	69.910
Juros sobre o Capital Próprio	(40.375)	(47.500)
Variações Monetárias líquidas	27.104	(26.011)
Outras Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	(24.930)	26.682
<b>Resultado Operacional</b>	<b>301.134</b>	<b>191.821</b>
<b>Receita Não Operacional</b>	<b>14.831</b>	<b>13.406</b>
<b>Despesa Não Operacional</b>	<b>(60.598)</b>	<b>1.273</b>
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>255.367</b>	<b>206.500</b>
Provisão para Imposto de Renda	(54.332)	(31.125)
Provisão para Contribuição Social	(20.874)	(12.479)
Imposto de Renda Diferido	(9.295)	(17.250)
Contribuição Social Diferido	(3.763)	7.823
<b>Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio</b>	<b>167.103</b>	<b>153.469</b>
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	40.375	47.500
<b>Lucro do Exercício</b>	<b>207.478</b>	<b>200.969</b>
<b>Lucro por Lote de Mil Ações em Reais</b>	<b>268,95</b>	<b>260,51</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Subtotal	Recursos Destinados a Futuro Aum. de Capital	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2003</b>	<b>696.200</b>	<b>70.591</b>	-	<b>766.791</b>	<b>10.986</b>	<b>777.777</b>
Estorno Programa Luz no Campo	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Baixa Programa Viva Luz	-	986	-	986	(986)	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	200.969	200.969	-	200.969
Destinação do Lucro Líquido:						
Constituição de Reserva Legal	-	10.048	(10.048)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(47.500)	(47.500)	-	(47.500)
Dividendos Propostos	-	-	(230)	(230)	-	(230)
Retenção de Lucros	-	143.191	(143.191)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>696.200</b>	<b>224.816</b>	-	<b>921.016</b>	-	<b>921.016</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	(36.143)	(36.143)	-	(36.143)
Reversão de Reserva de Lucros	-	(36.143)	36.143	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	207.478	207.478	-	207.478
Destinação do Lucro Líquido:						
Constituição de Reserva Legal	-	10.374	(10.374)	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio	-	-	(40.375)	(40.375)	-	(40.375)
Dividendos Propostos	-	-	(8.901)	(8.901)	-	(8.901)
Retenção de Lucros	-	147.828	(147.828)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>696.200</b>	<b>346.875</b>	-	<b>1.043.075</b>	-	<b>1.043.075</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<b>ORIGENS DOS RECURSOS</b>		
<b>Das Operações:</b>		
Resultado do Exercício	207.478	200.969
Itens que não Afetam o Capital Circulante Líquido:		
Depreciação e Amortização	96.169	86.476
Custo das Baixas do Ativo Permanente	9.783	17.633
Contingências Fiscais de Longo Prazo	4.138	8.795
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(3.759)	46.560
Provisão/Reversão para Desvalorização de Investimentos Temporários	57.089	(5.011)
Ativo Regulatório	(13.292)	(40.646)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(36.143)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(13.773)	(22.924)
Atualizações Monetárias de Longo Prazo	28.036	54.749
<b>Total das Origens das Operações</b>	<b><u>335.726</u></b>	<b><u>346.601</u></b>
<b>De Acionistas:</b>		
Baixa p/ Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	(10.000)
<b>Total das Origens dos Acionistas</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(10.000)</u></b>
<b>De Terceiros:</b>		
Financiamentos Obtidos (Longo Prazo)	61.158	6.974
Repasse de Convênios	31.731	9.716
Adições em Obrigações Especiais	12.379	3.484
Baixa de Depósitos Judiciais	17.910	12.137
Parcelamento de Tributos – Paes	-	17.628
Baixa de Itens do Realizável a Longo Prazo	20.982	123.174
Entidade de Previdência Privada	-	24.328
Benefício Pós-Emprego	35.589	47.087
Variação de Custos da “Parcela A” – CVA	39.373	4.192
Realizável a Longo Prazo Transferido para Circulante	149.704	114.350
<b>Total das Origens de Terceiros</b>	<b><u>368.826</u></b>	<b><u>363.070</u></b>
<b>TOTAL DAS ORIGENS</b>	<b><u>704.552</u></b>	<b><u>699.671</u></b>
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		
Em Depósitos Judiciais	43.991	23.561
Em Outros Itens do Realizável a Longo Prazo	25.123	59.605
No Investimento	200	2.035
No Imobilizado	250.012	212.197
Juros sobre Capital Próprio	40.375	47.500
Dividendos Propostos	8.901	230
Variação de Custos da “Parcela A” – CVA	61.291	25.831
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	161.005	88.891
Parcelamento de Consumidores	86.989	70.551
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES</b>	<b><u>677.887</u></b>	<b><u>530.401</u></b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b><u>26.665</u></b>	<b><u>169.270</u></b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		
<b>Ativo Circulante</b>		
No Início do Exercício	1.113.556	868.391
No Fim do Exercício	1.246.130	1.113.556
	<b><u>132.574</u></b>	<b><u>245.165</u></b>
<b>Passivo Circulante</b>		
No Início do Exercício	741.590	665.695
No Fim do Exercício	847.499	741.590
	<b><u>105.909</u></b>	<b><u>75.895</u></b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>	<b><u>26.665</u></b>	<b><u>169.270</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Demonstração do Fluxo de Caixa**  
Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<b>Lucro do Período</b>	207.478	200.969
<b>Itens que não afetam o caixa:</b>		
Depreciação e Amortização	96.169	86.476
Ajuste de Exercícios Anteriores	(36.143)	-
Custo das Baixas do Ativo Permanente	9.783	17.633
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	46.774	95.280
Provisão / Reversão para Desvalorização de Investimentos Temporários	57.089	(5.011)
Contingências Fiscais de Longo Prazo	4.138	8.795
Ativo Regulatório	(9.910)	(40.646)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(13.773)	(22.924)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(3.759)	46.560
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	28.036	(18.062)
	<u><b>385.882</b></u>	<u><b>369.070</b></u>
<b>Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>		
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(213.829)	(152.280)
Títulos a Receber	(70.322)	(37.075)
Tributos a Compensar	7.620	11.582
Serviços em Curso	(5.909)	(27.970)
Estoques	(3.545)	2.720
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	117.576	115.190
Despesas Antecipadas	81	1.123
Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina	8.327	14.435
Depósitos Judiciais	(26.081)	(11.424)
Outras Contas a Receber	3.104	261
	<u><b>(182.978)</b></u>	<u><b>(83.438)</b></u>
<b>Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>		
Fornecedores	(22.524)	(36.777)
Taxas Regulamentares	51.627	39.201
Entidade de Previdência Privada	(13.770)	(10.306)
Benefício Pós-Emprego	(3.001)	14.569
Tributos e Contribuições Sociais + Paes	(2.812)	9.759
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	25.469	(74)
Obrigações Estimadas + Salários e Encargos Sociais	13.702	8.600
Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio	1.870	18.423
Outras	(958)	12.471
	<u><b>49.603</b></u>	<u><b>55.866</b></u>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<u><b>252.507</b></u>	<u><b>341.498</b></u>
<b>Atividades de Investimentos</b>		
Investimentos	(200)	(2.035)
Imobilizado	(250.012)	(212.197)
Obrigações Especiais	12.379	3.484
<b>Total das Atividades de Investimento</b>	<u><b>(237.833)</b></u>	<u><b>(210.748)</b></u>
<b>Atividades de Financiamento</b>		
Empréstimos e Financiamentos - Líquido	31.421	1.857
Repasso de Convênios	31.731	9.716
Baixa de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	(10.000)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(49.276)	(47.730)
<b>Total das Atividades de Financiamento</b>	<u><b>13.876</b></u>	<u><b>(46.157)</b></u>
<b>Total dos Efeitos de Caixa</b>	<u><b>28.550</b></u>	<u><b>84.593</b></u>
Saldo Inicial	175.628	91.035
Saldo Final	204.178	175.628
<b>Variação no Caixa</b>	<u><b>28.550</b></u>	<u><b>84.593</b></u>

## **Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

Exercícios Findos em 31 de Dezembro  
(valores expressos em milhares de reais)

### **1. Contexto Operacional**

A Celesc, Sociedade Anônima de Capital Aberto, é uma concessionária do Serviço Público de Energia Elétrica, tendo como acionista controlador o Estado de Santa Catarina, que detém 50,18% das ações ordinárias.

A Celesc tem por objetivos: executar a política de energia formulada pelo Estado de Santa Catarina; realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comercialização de energia, principalmente a elétrica, bem como serviços correlatos; operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia, particularmente a elétrica; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração, distribuição e comercialização de energia, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos; realizar pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos de produção energética, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos.

### **2. Desverticalização**

A Celesc explora concessões de geração e de distribuição de energia elétrica, além de possuir participações acionárias diretas em outras empresas. Para adequação às exigências legais, no prazo estabelecido pela ANEEL, a Celesc deverá proceder à desvinculação da concessão de distribuição de outras atividades estranhas ao objeto da mesma até 30 de junho de 2006. Para isso, a Celesc está efetuando a alienação dos ativos que compõem a geração e das participações acionárias em outros investimentos. Essa alienação permitirá que a Celesc mantenha sua concessão de prestadora de serviço público de distribuição de energia elétrica e preserve a estrutura da composição acionária atual.

Por decisão do Acionista Controlador, foi rejeitada a opção de desverticalização das atividades da Celesc – modelo  *Holding*, em função dos custos tributários expressivos que afetariam o equilíbrio econômico-financeiro da Celesc. Dessa forma, optou-se pela segregação das atividades por meio de alienação dos ativos mencionados.

Diante disso, o Acionista Controlador realizou uma reunião com a Diretoria Geral da ANEEL, em 11 de agosto de 2005, na qual solicitou a procrastinação do prazo para a desverticalização das atividades. Logo em seguida, por recomendação da mesma, a Celesc enviou documentação para análise prévia, caracterizando a impossibilidade de cumprimento das disposições pertinentes, em face de situações supervenientes e extraordinárias que nos amparavam, e um cronograma para a alienação dos ativos.

A ANEEL, pela Resolução Autorizativa nº 317 de 14 de setembro de 2005, prorrogou o prazo até 30 de junho de 2006 para que a Celesc implemente a segregação de atividades conforme estabelece a Lei Federal nº 10.848 de 15 de março de 2004.

Em 23 de novembro de 2005, o Governador do Estado de Santa Catarina sancionou a Lei Estadual nº 13.570, que autoriza o chefe do Poder Executivo a promover a reorganização administrativa, técnica e societária da Celesc, prevendo duas alternativas:

- Constituição de duas subsidiárias de geração e distribuição;
- Alienação dos ativos de geração e das participações em outros investimentos.

O quadro a seguir apresenta os ativos que serão alienados:

#### Usinas:

Usinas	Município de Localização	Capacidade Instalada (MW)	Termo Final da Concessão
UHE Palmeiras	Rio do Cedros – SC	24,40 MW	07/11/2016
UHE Bracinho	Schroeder – SC	15,00 MW	07/11/2016
PCH Garcia	Angelina – SC	8,90 MW	07/07/2015
PCH Cedros	Rio dos Cedros – SC	8,40 MW	07/11/2016
PCH Salto	Blumenau – SC	6,30 MW	07/11/2016
PCH Gov. Celso Ramos	Faxinal dos Guedes – SC	5,40 MW	23/11/2021
PCH Pery	Curitibanos – SC	4,40 MW	09/07/2017
PCH Caveiras	Lages – SC	3,83 MW	10/07/2018
PCH Ivo Silveira	Campos Novos – SC	2,60 MW	07/07/2015
PCH Piraí	Joinville – SC	0,78 MW	07/11/2016
PCH Rio do Peixe	Videira – SC	0,52 MW	(*)
PCH São Lourenço	Mafra – SC	0,42 MW	(*)
<b>TOTAL</b>		<b>81,31 MW</b>	

(\*) Estas usinas de potência inferior a 1MW estão dispensadas de ato de concessão pelo MME desde 1999.

#### Participações Societárias em Outras Empresas:

Empreendimento	Participação (%)
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan	19,30%
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40,00%
Machadinho Energética S.A. – Maesa	14,63%
Dona Francisca Energética S.A. – Dfesa	23,03%
Campos Novos Energia S.A. – Enercan	2,03%
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	20,00 %
Outras (*)	

(\*) Pequenas Participações em Empresas de Telecomunicações e Outras.

Conforme o cronograma de reestruturação societária aprovado pela ANEEL, para que a Celesc se adapte às disposições previstas na Lei Federal nº 10.848 de 15 de março de 2004, estão previstos, primeiramente, eventos para alienação das participações acionárias e subseqüentemente, dos ativos de geração, com previsão de conclusão das alienações até 31 de maio de 2006.

### 3. Das Concessões

O Estado de Santa Catarina possui 293 municípios e a área de concessão da Celesc abrange 257 desses municípios, bem como um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Além disso, 25 municípios são atendidos parcialmente, através de suprimento de energia, e 11 municípios por meio de venda de energia a cooperativas de eletrificação rural. A Celesc atende a um total de 2.014.560 consumidores (1.950.709 em 31 de dezembro de 2004).

Em 22 de julho de 1999, foi firmado com a ANEEL o Contrato de Concessão nº 56, no qual foram estabelecidas as condições para a exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina pelo prazo de 16 (dezesesseis) anos, cuja vigência dar-se-á até 07 de julho de 2015. Conforme o referido Contrato, as tarifas de energia serão reajustadas anualmente, com base no Índice de Reajuste Tarifário - IRT.

Na mesma data, foi firmado o Contrato de Concessão nº 55, por meio do qual a Celesc obteve a formalização da concessão para geração de energia elétrica das seguintes centrais geradoras:

Hidrelétricas Rio	Município	Contrato Concessão ANEEL nº 55	Potência Usina	Data da	Data de	
			Ajustada	Concessão	Vencimento	
		Potência (MW)	Teste Performance			
Bracinho	Bracinho	Schroeder	16,50	15,00	03.11.1966	07.11.2016
Caveiras	Caveiras	Lages	4,30	3,83	08.07.1968	10.07.2018
Cedros	dos Cedros	Rio dos Cedros	7,40	8,40	03.11.1966	07.11.2016
Celso Ramos	Chapecozinho	Faxinal dos Guedes	5,30	5,40	22.11.1971	23.11.2021
Garcia	Garcia	Angelina	8,60	8,90	12.03.1957	07.07.2015
Ivo Silveira	Santa Cruz	Campos Novos	2,50	2,60	30.10.1964	07.07.2015
Palmeiras	dos Cedros	Rio dos Cedros	24,40	24,40	03.11.1966	07.11.2016
Pery	Canoas	Curitibanos	4,40	4,40	06.07.1967	09.07.2017
Pirai	Pirai	Joinville	1,40	0,78	03.11.1966	07.11.2016
Salto	Itajaí – Açú	Blumenau	6,30	6,30	03.11.1966	07.11.2016

Por terem capacidade abaixo de 1MW, as Usinas Rio do Peixe e São Lourenço estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização (art. 8º, da Lei Federal nº 9.074 de 07 de julho de 1995).

#### **4. Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas, consoantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, que eliminou a adoção de qualquer sistema de correção monetária de balanço para fins societários a partir de 1º de janeiro de 1996, pela Lei Federal nº 9.457 de 06 de maio de 1997 e pela Lei Federal nº 10.303 de 31 de outubro de 2001); emanadas com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as aplicáveis às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica (Ofício Circular emitido pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL nº 2.218 de 23 de dezembro de 2005).

#### **5. Principais Práticas Contábeis**

##### **5.1. Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico**

###### **a) Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica**

A Celesc adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, estabelecido pela Resolução ANEEL nº 444 de 26 de outubro de 2001 e alterado pela Resolução ANEEL nº 668 de 26 de dezembro de 2001, que contém o Plano de Contas revisado, inclusive com acréscimo de instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas e financeiras, bem como de responsabilidade social.

###### **b) Custos Indiretos de Obras em Andamento**

Parte dos gastos da administração central é apropriada às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente e corresponde aos gastos com pessoal próprio e mão-de-obra de terceiros aplicados em projetos de investimento.

###### **c) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA**

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na Conta de Compensação da Variação dos Valores de Itens da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. Referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116 de 25 de outubro de 2001 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares do Órgão Regulador. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

#### **d) Encargo de Capacidade Emergencial**

Constitui-se de adicional tarifário específico, cobrado dos consumidores na fatura mensal e repassado a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE. Destina-se à cobertura dos custos da CBEE, inclusive os de natureza operacional, tributária e administrativa, relativos à aquisição de energia elétrica, e a contratação de capacidade de geração ou potência. A cobrança deste encargo foi extinta pela Resolução Normativa ANEEL nº 204 de 23 de dezembro de 2005.

#### **e) Exclusão do PIS/PASEP e da COFINS**

Em decorrência da mudança da sistemática de apuração do PIS/PASEP e da COFINS, pelas Leis Federais nºs 10.637 de 30 de dezembro de 2002 e 10.833 de 29 de dezembro de 2003 respectivamente, a ANEEL excluiu tais tributos do cálculo das tarifas de energia elétrica. A partir do reajuste tarifário de 07 de agosto de 2005, pela Resolução Homologatória ANEEL nº 161 de 01 de agosto de 2005, a Celesc foi autorizada a cobrar separadamente o PIS/PASEP e a COFINS dos consumidores. Desde então, o montante desses tributos está sendo destacado nas faturas de energia elétrica.

#### **f) Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica**

Contempla os pagamentos efetuados por consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, registrados pelos valores originais das contribuições alocadas aos empreendimentos.

Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Celesc, conforme disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em virtude de sua natureza, essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

### **5.2. Práticas Contábeis Gerais**

#### **a) Numerário Disponível e Aplicações no Mercado Aberto**

Contempla o saldo de aplicações financeiras que são registradas pelos valores originais aplicados, atualizadas até 31 de dezembro de 2005, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. Contempla, também, o saldo mantido em conta corrente bancária e os valores arrecadados e ainda não repassados pelos agentes arrecadadores.

#### **b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias**

Refere-se aos serviços medidos e faturados aos consumidores pendentes de recebimento até 31 de dezembro de 2005. Contempla as receitas decorrentes do fornecimento de energia elétrica ainda não faturadas, contabilizadas com base no consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês.

**c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

Está constituída conforme determina o Órgão Regulador pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

**d) Títulos a Receber**

Correspondem a créditos derivados da venda de energia, negociados parceladamente, acrescidos de multas calculadas até a data da negociação, conforme determina o Órgão Regulador, e de juros remuneratórios calculados até 31 de dezembro de 2005.

**e) Estoques**

Refere-se a materiais destinados à manutenção das operações e contabilizados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso e avaliados pelo custo histórico.

**f) Contas a receber do Estado de Santa Catarina**

Corresponde a dívidas do Estado de Santa Catarina assumidas junto a Celesc, acrescidas, quando aplicável, de juros e atualizações monetárias, calculadas mensalmente segundo as disposições estabelecidas nos contratos firmados, conforme demonstrado na nota 15.

**g) Investimentos**

Representados por participações em outras sociedades e registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável, conforme demonstrado nas notas 16 e 17.

**h) Imobilizado Líquido**

Apresenta-se registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da cota de depreciação calculada, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815 de 30 de novembro de 1994.

Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativas aos financiamentos obtidos junto a terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão registrados neste subgrupo como “Custo”, conforme demonstrado na nota 18.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão estão demonstradas como retificadoras do Imobilizado e referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

#### i) Fornecedores

Contempla, além das dívidas contraídas junto aos fornecedores de energia, materiais e serviços, o custo da energia de curto prazo adquirida no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE), conforme demonstrado na nota 20.

#### j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Referidos tributos são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, contabilizados no Ativo Realizável a Longo Prazo e Passivo Exigível a Longo Prazo, decorrem das diferenças intertemporais consideradas no momento de sua apuração, saldos de prejuízos fiscais compensáveis (Imposto de Renda) e base de cálculo negativa (Contribuição Social). Tais valores foram calculados com base na alíquota efetiva correspondente a cada tributo, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273 de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, conforme demonstrado nas notas 11 e 30.

#### k) Demais Ativos e Passivos

Os Ativos e Passivos sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados na data dos balanços. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

#### l) Obrigações Pós-Emprego

Em atendimento à Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

#### m) Demonstração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

### 6. Aplicações no Mercado Aberto

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxas %</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Banco do Brasil S.A.	CDB	Diversos	99,5% CDI	35.297	28.012
Banco do Brasil S.A.	Fundo CDI	Indeterminado	Taxa Flutuante	144	166
Caixa Econômica Federal	CDB	Diversos	99,0% CDI	11.379	9.412
Caixa Econômica Federal	Fundo Fif Prático	Indeterminado	Taxa Flutuante	315	-
Bradesco	CDB/RDB	Diversos	98,7% CDI	4.056	5.048
BESC	Fundo Prime	Diversos	99,17% CDI	51.114	48.107
<b>Total</b>				<b>102.305</b>	<b>90.745</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais, remuneradas na sua maior parte com base na variação do CDI, em condições e taxas normais de mercado.

## 7. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Consumidor/Concessionárias/ Permissionárias	Vencidos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Créditos Liquidação Duvidosa (d)		Saldo	
					2005	2004	2005	2004
Residencial	83.134	46.378	13.730	143.242	(17.608)	(12.529)	125.634	98.538
Industrial	101.491	52.793	106.773	261.057	(85.863)	(81.462)	175.194	138.828
Comércio, Serviços e Outras Atividades	36.219	17.925	18.183	72.327	(20.123)	(15.423)	52.204	42.714
Rural	22.507	3.339	7.141	32.987	(4.802)	(3.562)	28.185	23.578
Poder Público	6.826	6.923	16.624	30.373	(18.626)	(15.394)	11.747	13.028
Iluminação Pública	3.234	307	12.182	15.723	(11.030)	(10.662)	4.639	3.695
Serviço Público	4.343	9.050	65.247	78.640	(41.860)	(14.149)	36.780	36.122
Ajuste Financeiro da Revisão Tarifária (a)	91.342	-	-	91.342	-	-	91.342	-
Fornecimento Não Faturado	125.048	-	-	125.048	-	-	125.048	120.269
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>474.144</b>	<b>136.715</b>	<b>239.880</b>	<b>850.739</b>	<b>(199.912)</b>	<b>(153.181)</b>	<b>650.827</b>	<b>476.772</b>
Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE (b)	39.791	-	-	39.791	-	-	39.791	53.262
Suprimentos (c)	24.035	370	1.489	25.894	-	-	25.894	25.086
Leilão de Energia	1.286	-	-	1.286	-	-	1.286	-
Outros Créditos	16.393	-	-	16.393	-	-	16.393	11.973
<b>Total</b>	<b>555.649</b>	<b>137.085</b>	<b>241.369</b>	<b>934.103</b>	<b>(199.912)</b>	<b>(153.181)</b>	<b>734.137</b>	<b>567.093</b>

### a) Ajuste Financeiro da Revisão Tarifária

A Resolução Homologatória ANEEL nº 158, de 1º de agosto de 2005, aprovou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Celesc.

Pela Resolução Homologatória ANEEL nº 193, de 05 de agosto de 2004, foi definido o reposicionamento tarifário de forma provisória a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica em 4,50%.

Para atender ao princípio da modicidade tarifária e a condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, as tarifas foram reposicionadas de forma definitiva em 9,89% pela Resolução Homologatória ANEEL nº 158 de 1º de agosto de 2005.

Da diferença entre 4,50% e 9,89% constituiu-se um ativo regulatório, que será compensado no período de 07 de agosto de 2005 a 06 de agosto de 2006.

O ativo regulatório homologado pela ANEEL corresponde a um acréscimo de receita no valor de R\$138.977. Em 31 de dezembro de 2005, o saldo deste ativo regulatório foi de R\$91.342.

### b) Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE – Energia Livre

O crédito constituído pela Celesc refere-se à energia elétrica disponibilizada no âmbito da CCEE, durante o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica – PERCEE.

No ano de 2001 foi implementado o “Acordo Geral do Setor Elétrico” entre as concessionárias geradoras, distribuidoras e o Governo Federal. O acordo assumido foi operacionalizado pela ANEEL, que estabeleceu os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do PERCEE.

A ANEEL pela Resolução nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89 de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para recuperação e repasse aos geradores e distribuidores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre.

O montante de energia livre foi homologado pelas Resoluções ANEEL nº 001 de 12 de janeiro de 2004 e nº 45 de 03 de março de 2004, que conferem a Celesc o direito ao reembolso de energia livre na proporção de 1,6540% do total homologado, o que corresponde a R\$46.945 (valor histórico), com prazo de realização estimado em 72 meses.

A atualização monetária do saldo de energia livre vem sendo apurada a partir de fevereiro de 2003, com base na taxa Selic, acrescida de juros de 1% a.a.

Os créditos para a Celesc, após a conclusão do processo de liquidação em julho de 2003, estão demonstrados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Saldo Inicial	53.262	47.468
Remuneração Financeira	8.433	7.971
Valor Recebido	(21.904)	(2.177)
<b>Saldo Final</b>	<b><u>39.791</u></b>	<b><u>53.262</u></b>

#### c) **Suprimentos**

O crédito mantido pela Celesc refere-se a transações de venda de energia para concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, localizadas no Estado de Santa Catarina.

#### d) **Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD**

A partir de uma análise criteriosa da perspectiva real de recebimento, combinada com as ações implementadas pela Celesc para a recuperação dos montantes em atraso e conforme determina a ANEEL, foi constituída a provisão para os valores dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- faturas da classe residencial vencidas há mais de 90 dias;
- faturas da classe comercial vencidas há mais de 180 dias;
- faturas das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outros, vencidas há mais de 360 dias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, no período, foi a seguinte:

	<b>R\$</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004</b>	<b><u>153.181</u></b>
Provisões Constituídas no Período	53.450
Reversão de Provisões	(6.676)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b>	<b><u>199.955</u></b>
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	199.912
Títulos a Receber	43

## 8. Títulos a Receber

Correspondem a créditos derivados da venda de energia elétrica e outros, oriundos de débitos em atraso, os quais foram objeto de negociação mediante contratos de parcelamentos, acrescidos de encargos de mora até a data de consolidação dos débitos.

<u>Descrição</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<b>Montante negociado (atualizado)</b>	<b>269.317</b>	<b>199.038</b>
(-)Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(43)	-
<b>Total</b>	<b><u>269.360</u></b>	<b><u>199.038</u></b>
Parcela de Curto Prazo	111.322	127.989
Parcela de Longo Prazo	158.038	71.049

A Celesc continua implementando gestões nas várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público nas suas diversas esferas, para a diminuição dos saldos em atraso. Os encargos a receber por atraso são calculados de acordo com as condições contratuais estabelecidas com os consumidores.

## 9. Tributos a Compensar

A Celesc procedeu ao registro das retenções, recuperações e antecipações para futuras compensações com os tributos devidos, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2005</u>		<u>2004</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>	<u>Circulante</u>	<u>Longo prazo</u>
Imposto de Renda s/ Aplicação Financeira	909	-	318	-
ICMS – Transferência de Crédito	7.438	-	117	-
ICMS a Recuperar CIAP	7.758	23.273	6.806	14.583
PIS/PASEP – Crédito Fiscal	326	-	3.288	-
COFINS – Crédito Fiscal	1.331	-	14.606	-
Tributos Federais Retidos s/ Órgão Públicos	-	-	1.336	-
IRPJ – Saldo Negativo	-	-	1.646	-
CSLL – Saldo Negativo	-	-	485	-
Finsocial a Recuperar	-	-	-	5.361
Outros	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b><u>17.762</u></b>	<b><u>23.273</u></b>	<b><u>28.604</u></b>	<b><u>19.944</u></b>

## 10. Estoques

Referem-se ao almoxarifado de materiais necessários à manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica e estão registrados ao custo médio de aquisição. Em 31 de dezembro de 2005 apresentam os seguintes valores:

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Almoxarifado	13.001	8.979
Destinados a Alienação	243	699
Alugados/Emprestados	15	36
<b>Total</b>	<b><u>13.259</u></b>	<b><u>9.714</u></b>

## 11. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

O registro de ativo refere-se ao Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculado sobre provisões temporariamente indedutíveis, bem como dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, controlados na “Parte B” do Livro de Apuração do Lucro Real – Lalur. A realização desses valores ocorrerá pela efetivação das despesas provisionadas ou pela reversão das provisões.

Para o prejuízo fiscal e base negativa, a realização é limitada em 30% do lucro ajustado. Os saldos diferidos foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Celesc e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios.

O quadro a seguir demonstra as bases para a constituição e os respectivos cálculos do IRPJ e CSLL Diferidos, considerando os períodos estimados para sua realização:

Descrição	Períodos Estimados de Realização						Total
	2006	2007	2008	2009	2010 a 2012	2013 a 2015	
<b>Contingências Trabalhistas</b>	<b>4.361</b>	<b>5.233</b>	<b>6.280</b>	<b>7.536</b>	<b>22.607</b>	<b>18.364</b>	<b>64.381</b>
Imposto de Renda	1.090	1.308	1.570	1.884	5.652	4.591	16.095
Contribuição Social	392	471	565	678	2.035	1.653	5.794
<b>Contingências Cíveis</b>	<b>9.406</b>	<b>11.287</b>	<b>13.545</b>	<b>16.254</b>	<b>17.879</b>	<b>16.204</b>	<b>84.574</b>
Imposto de Renda	2.352	2.822	3.386	4.064	4.469	4.051	21.143
Contribuição Social	847	1.016	1.219	1.463	1.609	1.458	7.612
<b>Benefício Pós-Emprego</b>	<b>46.099</b>	<b>55.319</b>	<b>66.383</b>	<b>79.659</b>	<b>163.536</b>	<b>206.749</b>	<b>617.744</b>
Imposto de Renda	11.525	13.830	16.596	19.915	40.883	51.687	154.436
Contribuição Social	4.149	4.979	5.974	7.169	14.718	18.607	55.596
<b>Pesquisa &amp; Desenvolvimento</b>	<b>12.450</b>	<b>13.695</b>	<b>15.065</b>	<b>16.571</b>	<b>8.940</b>	-	<b>66.720</b>
Imposto de Renda	3.113	3.424	3.766	4.143	2.234	-	16.680
Contribuição Social	1.121	1.233	1.356	1.491	805	-	6.006
<b>Provisão p/ Desval. – Casan</b>	<b>81.280</b>	-	-	-	-	-	<b>81.280</b>
Imposto de Renda	20.320	-	-	-	-	-	20.320
Contribuição Social	7.315	-	-	-	-	-	7.315
<b>Prejuízo Fiscal</b>	<b>79.860</b>	-	-	-	-	-	<b>79.860</b>
Imposto de Renda	19.965	-	-	-	-	-	19.965
<b>Base Negativa Contrib. Social</b>	<b>63.726</b>	-	-	-	-	-	<b>63.726</b>
Contribuição Social	5.735	-	-	-	-	-	5.735
<b>Outras Provisões</b>	<b>13.425</b>	<b>16.110</b>	<b>19.332</b>	<b>23.198</b>	<b>28.378</b>	-	<b>100.443</b>
Imposto de Renda	3.356	4.028	4.833	5.800	7.094	-	25.111
Contribuição Social	1.208	1.450	1.740	2.088	2.554	-	9.040
<b>Base de Cálculo</b>	<b>310.607</b>	<b>101.644</b>	<b>120.604</b>	<b>143.218</b>	<b>241.340</b>	<b>241.317</b>	<b>1.158.730</b>
<b>Imposto de Renda</b>	<b>61.721</b>	<b>25.412</b>	<b>30.151</b>	<b>35.805</b>	<b>60.332</b>	<b>60.329</b>	<b>273.750</b>
<b>Contribuição Social</b>	<b>20.767</b>	<b>9.149</b>	<b>10.854</b>	<b>12.889</b>	<b>21.721</b>	<b>21.718</b>	<b>97.098</b>

## 12. Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

A Portaria Interministerial nº 25 de 24 de janeiro de 2002, dos Ministérios de Estado da Fazenda e de Minas e Energia, estabeleceu a Conta de Compensação de Variações de Custos da “Parcela A” – CVA, destinada a registrar as variações nos custos não gerenciáveis ocorridas no período entre reajustes tarifários. Os saldos e os respectivos períodos de apuração estão discriminados no quadro a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Período de 01.01.2001 a 25.10.2001	-	61.140
Período de 08.08.2002 a 07.08.2003	51.891	126.396
Período de 08.08.2003 a 07.08.2004	-	18.735
Período de 08.08.2004 a 07.08.2005	23.514	19.121
Período de 08.08.2005 a 31.12.2005	10.069	-
<b>Total</b>	<b>85.474</b>	<b>225.392</b>

A partir do reajuste nas tarifas de fornecimento de energia elétrica, ocorrido em 07 de agosto de 2005, a Celesc passou a recuperar os valores da CVA resultante da apuração realizada no período entre agosto de 2004 a agosto de 2005, e também os 50% remanescentes do saldo da CVA apurada no período de agosto de 2002 a agosto de 2003, em conformidade com a Portaria Interministerial nº 116 de 04 de abril de 2003.

A recuperação desses valores vem ocorrendo pelo adicional tarifário, estabelecido pela ANEEL em 4,16%, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica durante o período compreendido entre agosto de 2005 e julho de 2006.

O quadro a seguir demonstra a movimentação da CVA durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005:

<u>Descrição</u>	<u>CVA</u>						<u>2005</u>
	<u>2004</u>	<u>Adição</u>	<u>Baixa</u>	<u>Atualiz.</u>	<u>Transf.</u>	<u>Amortiz.</u>	
<b>ATIVO</b>							
Conta de Consumo Combustíveis – CCC	63.729	17.192	-	9.581	-	(53.738)	36.764
Repasso Potência de Itaipu	74.539	-	-	7.118	-	(61.677)	19.980
Repasso Potência de Itaipu – Adicional	6.125	-	-	775	-	(4.385)	2.515
Conta de Desenv. Energético – CDE	31.118	20.667	-	6.003	-	(30.656)	27.132
Energia Comprada p/ Revenda	30.189	23.578	(6.198)	2.497	-	(24.885)	25.181
Encargos de Serviço do Sistema	22.579	3.311	-	2.684	-	(19.642)	8.932
Uso da Rede Básica	5.472	7.774	-	1.615	-	(5.722)	9.139
Rede Básica Machadinho	931	-	-	117	-	(666)	382
Transporte de Energia de Itaipu	341	439	-	75	-	(419)	436
Taxa de Fiscalização ANEEL	77	-	-	3	-	(80)	-
Comp. Financ. Utiliz. Rec. Hídricos	77	164	-	28	-	(137)	132
Encargos de Conexão	5.807	-	(5.760)	2	-	(49)	-
<b>Total no Ativo</b>	<b>240.984</b>	<b>73.125</b>	<b>(11.958)</b>	<b>30.498</b>	<b>-</b>	<b>(202.056)</b>	<b>130.593</b>
Parcelas Classif. no Ativo Circulante	133.459	(124)	-	23.313	134.074	(202.056)	88.666
Parcelas Classif. no Ativo Realiz. LP	107.525	73.249	(11.958)	7.185	(134.074)	-	41.927
<b>PASSIVO</b>							
Repasso Potência de Itaipu	9.643	24.255	-	4.963	-	(9.353)	29.508
Reserva Global de Reversão – RGR	2.215	-	-	82	-	(2.297)	-
Energia Comprada p/ Revenda	-	15.118	-	493	-	-	15.611
Uso da Rede Básica	3.734	-	-	192	-	(3.926)	-
<b>Total no Passivo</b>	<b>15.592</b>	<b>39.373</b>	<b>-</b>	<b>5.730</b>	<b>-</b>	<b>(15.576)</b>	<b>45.119</b>
Parcelas Classif. no Passivo Circulante	7.937	-	-	1.672	19.229	(15.576)	13.262
Parcelas Classif. no Passivo Exig. LP	7.655	39.373	-	4.059	(19.229)	-	31.858
<b>Total Geral</b>	<b>225.392</b>	<b>33.752</b>	<b>(11.958)</b>	<b>24.768</b>	<b>-</b>	<b>(186.480)</b>	<b>85.474</b>

A atualização monetária dos valores registrados nessa conta vem sendo apurada com base na taxa de juros Selic.

### 13. Ativo Regulatório – PIS/PASEP e COFINS

Pelas Leis Federais nº 10.637 de 30 de dezembro de 2002, nº 10.833 de 29 de dezembro de 2003 e nº 10.865 de 30 de abril de 2004, foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS. Em função dessas alterações, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica tiveram um acréscimo nas despesas com PIS/PASEP e COFINS.

A ANEEL, conforme correspondência encaminhada a Celesc, reconhece o direito ao ressarcimento das despesas adicionais com o PIS/PASEP incorridas no período entre dezembro de 2002 e julho de 2005, e nas despesas com a COFINS de fevereiro de 2004 até julho de 2005.

De acordo com os procedimentos definidos pela SFF/ANEEL no Ofício Circular nº 190 de 1º de fevereiro de 2005, ratificado pelo Ofício Circular nº 302 de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc apurou os créditos relativos aos custos adicionais incorridos nos respectivos períodos no montante de R\$56.379, os quais foram consignados contabilmente em rubricas específicas do Ativo.

A partir do reajuste nas tarifas de fornecimento de energia elétrica, ocorrido em 07 de agosto de 2005, a Celesc passou a recuperar parcialmente os custos diferidos com PIS/PASEP e COFINS. Neste reajuste foi estabelecido um adicional tarifário de 0,33%, projetando a recuperação de R\$9.870. De acordo com a Nota Técnica nº 225 de 25 de julho de 2005, emitida pela Superintendência de Regulação Econômica – SER da ANEEL, os valores considerados são preliminares.

Apresenta-se a seguir quadro demonstrativo com a movimentação do saldo:

Descrição	Ativo Regulatório - PIS/COFINS					31/12/2005
	31/12/2004	Adições	Atualiz.	Transf.	Amortiz.	
PIS/PASEP	12.159	420	(167)	-	(1.022)	11.390
COFINS	31.675	12.872	(702)	-	(2.360)	41.485
<b>Total</b>	<b>43.834</b>	<b>13.292</b>	<b>(869)</b>	<b>-</b>	<b>(3.382)</b>	<b>52.875</b>
Ativo Circulante	-	-	-	9.848	(3.382)	6.466
Ativo Realizável L.P.	43.834	13.292	(869)	(9.848)	-	46.409

## 14. Outros Créditos

Correspondem aos demais saldos de direitos a receber, incluindo a rubrica Tarifa Social de Baixa Renda, sendo assim constituídos:

	2005		2004	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Rescisão Contratual com a Tupy	8.645	-	-	-
Rendas a Receber (a)	5.420	-	10.569	-
Adiantamentos a Empregados	1.024	-	1.286	-
Programa Reluz (b)	1.207	3.647	9.918	183
Pessoal a Disposição	741	-	1.062	-
Tarifa Social de Baixa Renda (c)	1.027	-	4.355	-
Outros Créditos a Receber	4.671	51	2.113	51
<b>Total</b>	<b>22.735</b>	<b>3.698</b>	<b>29.303</b>	<b>234</b>

### a) Rendas a Receber

São créditos referentes a receitas auferidas pela concessionária, provenientes de aluguel de postes.

### b) Programa Reluz

Refere-se ao Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de Iluminação Pública nos municípios, pela substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

### c) Tarifa Social de Baixa Renda

O Governo Federal, pela Lei Federal nº 10.438 de 26 de abril de 2002, determinou às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a ampliação da Tarifa Social de Baixa Renda com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Celesc promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246 de 30 de abril de 2002 e nº 485 de 29 de agosto de 2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538 de 23 de dezembro de 2002 estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda será custeado por subvenção econômica (Lei Federal nº 10.604 de 17 de dezembro de 2002). A ANEEL, pelo Ofício Circular nº 155 de 24 de janeiro de 2003, emitido pela SFF, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados, cujo saldo está assim representado:

	<b>R\$</b>
<b>Saldo até 31 de dezembro de 2004</b>	<b>4.355</b>
Faturamento Baixa Renda	8.599
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(11.927)
<b>Total a Receber do Baixa Renda em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>1.027</b>

## 15. Contas a Receber do Estado de Santa Catarina

Descrição	2004	Juros	Amortizações	2005
<b>ATIVO</b>				
Empréstimos para o Tesouro Estadual (a)	32.036	3.017	(8.327)	26.726
Programa Rede Subterrânea (b)	4.262	-	-	4.262
<b>Total do Ativo</b>	<b>36.298</b>	<b>3.017</b>	<b>(8.327)</b>	<b>30.988</b>

### a) Empréstimo para o Tesouro Estadual

Os valores contabilizados referem-se a empréstimos concedidos pela Celesc ao Tesouro Estadual entre os anos de 1985 e 1986, atualizados até 31 de dezembro de 2005 mediante a aplicação de juros de 10% ao ano e capitalizados trimestralmente, conforme contrato firmado com o Estado de Santa Catarina em abril de 1998.

### b) Programa Rede Subterrânea

Refere-se ao Convênio nº 007 de junho de 1995, firmado entre a Celesc, o Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis, referente à cooperação financeira para a implantação do “Programa Rede Subterrânea”, com a finalidade de substituir a rede aérea de distribuição de energia elétrica e a iluminação pública da cidade de Florianópolis por rede subterrânea. Os recursos, inicialmente orçados no montante de R\$3.908 para custeio do referido programa, considerava a seguinte participação: Estado de Santa Catarina (47,4%); Município de Florianópolis (47,4%) e a Celesc (5,2%).

Adicionalmente, foram firmados ainda mais dois termos aditivos ao citado Convênio ratificando os valores até então firmados, cujo montante final foi de R\$6.915, cabendo aos participantes a alocação dos recursos conforme os percentuais estabelecidos.

O programa foi quitado com o Município de Florianópolis mediante a compensação da Taxa de Iluminação Pública – TIP. Permanece registrada a parte do Estado de Santa Catarina, incluindo nesse montante os reajustes previstos pelo convênio.

## 16. Investimentos Temporários

Descrição	2005	2004
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan	110.728	110.728
(-) Provisão para Desvalorização	(81.280)	(24.191)
PCH - Fundo de Investimento	2.000	-
<b>Total</b>	<b>31.448</b>	<b>86.537</b>

A participação societária junto à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan originou-se pela negociação do débito existente em dezembro de 1999, no valor de R\$90.730. Durante o ano de 2000, a Celesc procedeu à capitalização complementar de recursos no montante de R\$10.000 em numerário e mais R\$9.998 com negociação de débitos, passando o saldo do investimento para R\$110.728. O investimento corresponde a 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, todas ao valor de R\$1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas, representando 19,3% do Capital Social da Casan.

Em atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA-1/nº 20 de 25 de abril de 2002, que determinou o refazimento e a republicação das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2001, a Celesc calculou e consignou em seus registros contábeis, provisão para desvalorização no referido investimento.

Tendo em vista a Casan não possuir ações negociadas em Bolsa de Valores, bem como as dificuldades para se obter o seu valor de mercado, e visando ainda, refletir com maior propriedade o valor de realização do referido investimento, a Celesc decidiu estabelecer através de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação de seus investimentos temporários, adotando o método do Fluxo de Caixa Descontado. Desta Forma, a Celesc complementou a provisão para Desvalorização do Investimento Casan no valor de R\$57,0 milhões com base nas informações econômico-financeiras da investida.

## 17. Investimentos

Os investimentos da Celesc estão representados, substancialmente, por participações societárias em outras empresas, registradas pelo custo de aquisição e, quando aplicável, é constituída provisão para desvalorização. Estão assim representados:

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
PCH – Fundo de Investimentos	-	2.035
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (a)	3.353	3.353
Machadinho Energética S.A. – Maesa (b)	49.738	49.738
Dona Francisca Energética S.A. – Dfesa (c)	15.338	15.338
Campos Novos Energia S.A. – Enercan (d)	7.907	7.907
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE (e)	8.419	8.419
Outros Investimentos	3.806	3.846
(-) Provisão para Desvalorização de Investimentos	(42)	(244)
<b>Total</b>	<b>88.519</b>	<b>90.392</b>

### a) Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

A Celesc possui 40,0% de participação no empreendimento.

### b) Machadinho Energética S.A. – Maesa

A Celesc e as empresas integrantes do Consórcio Maesa, em conjunto com a Tractebel Energia S.A., em 15 de julho de 1997, firmaram o Contrato de Concessão nº 009 para construção da Usina Hidrelétrica de Machadinho, com potência instalada de 1.140MW. A quota de participação no empreendimento pertencente a Celesc é de 14,63%.

**c) Dona Francisca Energética S.A. – Dfesa**

O saldo de R\$15.338 refere-se ao investimento realizado no Consórcio Dona Francisca. A Celesc obtém participação no referido Consórcio de 23,03%. A potência instalada da Usina é de 125MW.

O direito de exploração é da Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE, a qual é responsável pela operação da Usina, recebendo dos demais consorciados o reembolso dos custos pagos na proporção de suas participações no consórcio.

**d) Campos Novos Energia S.A. – Enercan**

A Campos Novos Energia S.A. – Enercan, empresa constituída para a exploração de aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado, assinou com a ANEEL, em 29 de maio de 2000, o Contrato de Concessão nº 43. A potência instalada é de 800MW. A Celesc possui 2,03% de participação no empreendimento.

**e) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE**

A Celesc possui 20,0% de participação no empreendimento.

**18. Imobilizado Líquido**

Por atividade, o Imobilizado está constituído da seguinte forma:

	Tx. Anuais médias de depreciação (%)	2005			2004	
		Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	(-) Obrigações vinculadas a concessão	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>						
Geração	2,98	53.101	(25.201)	-	27.900	26.415
Distribuição	4,62	1.986.003	(819.229)	(226.264)	940.510	901.362
Administração	11,15	152.349	(73.801)	(42)	78.506	54.035
<b>Total em Serviço</b>		<b>2.191.453</b>	<b>(918.231)</b>	<b>(226.306)</b>	<b>1.046.916</b>	<b>981.812</b>
<b>Em Curso</b>						
Geração		2.285	-	-	2.285	1.976
Distribuição		268.719	-	(62.614)	206.105	145.393
Administração		811	-	-	811	26.948
<b>Total em Curso</b>		<b>271.815</b>	<b>-</b>	<b>(62.614)</b>	<b>209.201</b>	<b>174.317</b>
<b>Total</b>		<b>2.463.268</b>	<b>(918.231)</b>	<b>(288.920)</b>	<b>1.256.117</b>	<b>1.156.129</b>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20 de 03 de fevereiro de 1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado na conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

<b>Taxas anuais de depreciação por macroatividade e principais equipamentos</b>					
<b>Geração</b>	<b>(%)</b>	<b>Distribuição</b>	<b>(%)</b>	<b>Administração</b>	<b>(%)</b>
Edificações	2,0	Banco de Capacitores	6,7	Edificações	4,0
Turbina Hidráulica	2,5	Chave de Distribuição	6,7	Equipamento Geral	10,0
Gerador	3,3	Condutor do Sistema	5,0	Veículos	20,0
		Estrutura do Sistema	5,0		
		Regulador de Tensão	4,8		
		Transformador de Distribuição	5,0		

O imobilizado em curso refere-se, praticamente, às obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

### 18.1. Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

Em atendimento às disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193 de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Encargos Financeiros Totais	2.137	597
(-) Transferências para o Imobilizado em Curso	-	(106)
<b>Líquido apropriado no exercício</b>	<b>2.137</b>	<b>491</b>
Efeitos Inflacionários e Cambiais Totais	-	-
(-) Transferência para o Imobilizado em Curso	-	-
Líquido Apropriado no Exercício	-	-
<b>Total</b>	<b>2.137</b>	<b>491</b>

### 18.2. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pela ANEEL para Concessões de Geração e Distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da Concessão.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Participação da União	18.801	1.187
Participação do Estado de Santa Catarina	38.630	24.124
Participação dos Consumidores	231.447	219.458
Outros	42	42
<b>Total</b>	<b>288.920</b>	<b>244.811</b>
Imobilizado em Serviço	226.306	214.472
Imobilizado em Curso	62.614	30.339

## 19. Empréstimos, Financiamentos e Encargos de Dívidas

Os saldos dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas apresentam a seguinte composição:

<b>Descrição</b>	<b>Encargos da Dívida</b>	<b>Circulante</b>	<b>Longo Prazo</b>	<b>2.005</b>	<b>2.004</b>
<i>Em Moeda Nacional</i>					
Eletrobrás (a)	115	4.294	25.228	29.637	13.514
BNDES (b)	-	56.262	39.427	95.689	32.775
Celos (c)	902	21.761	73.338	96.001	106.282
	<b>1.017</b>	<b>82.317</b>	<b>137.993</b>	<b>221.327</b>	<b>152.571</b>
<i>Em Moeda Estrangeira</i>					
Eletrobrás (a)	9	958	-	967	36.578
<b>Total</b>	<b>1.026</b>	<b>83.275</b>	<b>137.993</b>	<b>222.294</b>	<b>189.149</b>

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>
2007	64.409
2008	28.727
2009	25.266
2010	13.356
Após 2010	6.235
<b>Total</b>	<b>137.993</b>

### a) Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de distribuição, geração, eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

### b) BNDES

O empréstimo contratado destina-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc, decorrente da obrigatoriedade de pagamento da energia livre durante a vigência do PERCEE. O valor contratado de R\$42.251 será amortizado em 60 meses. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante.

Em julho de 2005, a Empresa recebeu recursos provenientes de contrato firmado com o BNDES, no valor de R\$85.663, oriundos do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, estabelecidos em conformidade com a Lei Federal nº 10.762 de 11 de novembro de 2003.

Os recursos foram utilizados para quitar dívidas com a CCEE, no valor de R\$60.213, e com a Eletrobrás, no montante de R\$25.450.

### c) Contratos Celos nºs 09 e 10

A Celesc celebrou os contratos de empréstimos com a Celos, a fim de consolidar as dívidas relativas ao atraso nos recolhimentos das contribuições previdenciárias da patrocinadora, encargos vencidos de atrasos no repasse das contribuições assistenciais, débitos referentes ao atraso de aluguéis, à manutenção do edifício administrativo e aos encargos financeiros, bem como outros débitos da patrocinadora verificados até fevereiro de 2000.

O contrato foi parcelado em 120 quotas mensais e sucessivas, com incidência de 12% a.a. de juros e atualizado pela variação do IGP-M.

Condições contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2005:

Contratos	Moeda	Data Da Assinatura	Objetivo	Juros	Data Vencimento contrato
BNDES	Reais	26/12/2002	Obrigatoriedade de pagamento de energia livre a ela alocada (Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica)	1% a.a. + Selic	Fev/08
BNDES	Reais	26/04/2005	Crédito destinado ao adimplemento de obrigações junto a agentes do setor elétrico (CCEE e Eletrobrás)	1% a.a. + Selic	Jul/07
Celos 09	Reais	11/04/2000	Encargos vencidos incidentes sobre a contribuição previdenciária	12% a.a. + IGP-M	Jul/10
Celos 10	Reais	12/04/2000	Encargos vencidos incidentes sobre as contribuições assistenciais	12% a.a. + IGP-M	Jul/10
Eletrobrás	Dólar	04/08/2004	Repactuação de dívidas	1% a.m.	Jun/06
ECF 1973	Reais	03/02/2000	Luz no Campo	5% a.a.	Mar/07
ECF 2141	Reais	03/07/2002	Luz no Campo	5% a.a.	Fev/10
ECF 2124	Reais	22/07/2002	Luz no Campo	5% a.a.	Dez/08
ECF 2270	Reais	28/04/2003	Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente)	5% a.a.	Dez/09
EFS 007	Reais	27/07/2004	Luz Para Todos	5% a.a.	Nov/16
EFS 0096	Reais	09/09/2005	Luz Para Todos	5% a.a.	Nov/16

A composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador é apresentada no quadro a seguir:

Moeda (equivalente em R\$)/Indexador	2005		2004	
	R\$	%	R\$	%
UFIR/IGP-M	125.638	56,52	119.796	63,33
Selic	95.689	43,05	32.775	17,33
Dólar norte-americano	967	0,44	36.578	19,34
	<b>222.294</b>	<b>100,00</b>	<b>189.149</b>	<b>100,00</b>
Principal	221.268	99,54	189.135	99,99
Encargos	1.026	0,46	14	0,01

A mutação dos empréstimos e financiamentos é apresentada no quadro a seguir:

	<b>Moeda nacional</b>		<b>Moeda estrangeira</b>	
	<b>Curto Prazo</b>	<b>Longo Prazo</b>	<b>Curto Prazo</b>	<b>Longo Prazo</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2003</b>	<b>27.105</b>	<b>124.588</b>	-	-
Ingressos	-	6.974	-	-
Encargos	22.391	288	3.519	-
Variação Monetária e Cambial	(3.197)	15.975	(6.321)	-
Transferências	24.234	(24.234)	62.581	13.476
Amortizações	(41.567)	-	(36.677)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>28.966</b>	<b>123.591</b>	<b>23.102</b>	<b>13.476</b>
Ingressos	42.832	61.158	-	-
Encargos	1.423	353	46	-
Variação Monetária e Cambial	654	1.371	(875)	-
Transferências	48.480	(48.480)	13.476	(13.476)
Amortizações	(40.038)	-	(34.791)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>82.317</b>	<b>137.993</b>	<b>958</b>	-

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

<b>Moeda/Indexador</b>	<b>Taxa Acumulada no Ano (%)</b>	
	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Selic	19,05	16,25
IGP-M	1,21	12,41
Dólar norte-americano	(11,82)	(8,13)

## 20. Fornecedores

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Fornecedores de Energia Elétrica</b>		
Tractebel	76.737	62.856
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	59.367
Eletrobrás	54.042	43.016
Copel Geração S.A.	40.717	29.679
Machadinho Energética S.A.	18.267	27.342
Petrobrás Comercializador	13.361	12.959
Outros	9.976	10.530
<b>Subtotal</b>	<b>213.100</b>	<b>245.749</b>
<b>Encargos de Uso da Rede Elétrica</b>	<b>28.064</b>	<b>25.572</b>
<b>Fornecedores de Materiais e Serviços</b>	<b>25.478</b>	<b>17.845</b>
<b>Total</b>	<b>266.642</b>	<b>289.166</b>

## 21. Taxas Regulamentares

São taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidos em Lei Federal e as obrigações a recolher, derivadas da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos.

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Eficiência Energética	52.507	-
Pesquisa & Desenvolvimento	14.213	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	89	-
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	1.612	2.960
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	769	12.780
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.281	5.571
Encargo de Capacidade Emergencial	57.173	61.904
Taxa de Fiscalização – ANEEL	696	498
<b>Total</b>	<b>135.340</b>	<b>83.713</b>

## 22. Entidade de Previdência Privada

A Celesc, na condição de patrocinadora da Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes, representados basicamente, pelos seus empregados.

A composição das obrigações com a Celos está assim representada:

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>			<b>2004</b>
	<b>Curto Prazo</b>	<b>Longo Prazo</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Reserva Matemática a Amortizar (a)	25.832	408.536	434.368	428.570
Aquisição Prédio Administração Central (b)	3.246	18.934	22.180	24.953
Valores Correntes a Repassar (c)	6.586	-	6.586	9.679
<b>Total</b>	<b>35.664</b>	<b>427.470</b>	<b>463.134</b>	<b>463.202</b>

### a) Reserva Matemática a Amortizar

A Celesc adotou, em 1º de janeiro de 1997, o novo plano de benefícios da Celos, denominado “Plano Misto”, prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para esse novo plano. As regras de transferência entre planos foram definidas em 31 de dezembro de 1998 pela Celesc, e homologadas pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC em 14 de janeiro de 1999, para vigência a partir de 1º de janeiro de 1999. A principal alteração em relação ao plano anterior foi a mudança de “benefício definido” para “contribuição definida” relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. A partir de 1º de abril de 1999, iniciou-se o processo de migração voluntária, com encerramento em 31 de março de 2000 e vigência retroativa a 1º de janeiro de 1999, com migração de 98% dos participantes.

Em decorrência desse processo a Celesc firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas, com a incidência de juros anuais à taxa de 6% a.a. e atualização pela variação do IGP-M.

#### b) Aquisição do Prédio da Administração Central

Em outubro de 2004, a Celesc assinou o contrato de compra do imóvel onde está localizada sua sede administrativa. Esse imóvel está constituído de terreno com área total de 70.283 m<sup>2</sup>, e um bloco de alvenaria com 4 pavimentos, mais ático, com área de 21.069 m<sup>2</sup>. O valor do contrato é de R\$24.328, dividido em 08 (oito) parcelas anuais e sucessivas de R\$3.040, utilizando o Sistema de Prestação Constante (Tabela SAC) e juros de 12% a.a. As parcelas vincendas serão atualizadas monetariamente em novembro de cada ano pelo Índice Geral de Preço ao Mercado – IGP-M, sendo que o vencimento da primeira parcela deu-se em 10 de novembro de 2005.

O valor do contrato está registrado contabilmente em 31 de dezembro de 2005 pelo seu valor histórico, acrescido de juros e atualizações monetárias, calculadas proporcionalmente até aquela data, conforme cláusulas contratuais.

#### c) Valores Correntes a Repassar

Refere à provisão das contribuições mensais de planos de previdência privada, assistência médica e odontológica, empréstimos e outros benefícios, descontados em folha de pagamento dos empregados, bem como a parte que cabe a Celesc, ainda não repassado a Celos.

### 23. Benefício Pós-Emprego

Com relação ao Plano de Aposentadoria, Assistência Médica e Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2002, e para fins de atendimento às determinações contidas nas Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC nº 26 do Instituto Brasileiro de Contadores – Ibracon, em parceria com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC e, aprovada pela Deliberação CVM nº 371 de 13 de dezembro de 2000, a Celesc firmou contrato com a Empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consulting S/C para proceder ao levantamento e cálculo das obrigações relativas aos benefícios pós-emprego de responsabilidade da Celesc. Os valores foram atualizados até 31 de dezembro de 2005.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados com o plano de aposentadoria e plano de assistência médica, em 31 de dezembro de 2005:

<u>Descrição</u>	<u>Plano de Aposentadoria</u>	<u>Plano de Assistência Médica</u>	<u>Total</u>
Valor Presente das Obrigações	1.603.814	197.812	1.801.626
Valor Justo dos Ativos	(1.148.862)	-	(1.148.862)
Ganhos/Perdas	-	(35.020)	(35.020)
<b>Total em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>454.952</b>	<b>162.792</b>	<b>617.744</b>
Passivo Circulante			46.099
Passivo Exigível a Longo Prazo			571.645

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

#### Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	10,24% a.a. (6% real e 4% inflação)
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	10,24% a.a. (6% real e 4% inflação)
Crescimentos Salariais Futuros	5,04% a.a. (1% real e 4% inflação)
Crescimento dos Benefícios da Previdência Social	4% a.a. (0% real e 4% inflação)
Inflação	4% a.a.
Crescimento dos Custos Médicos	7,12% a.a. (3% real e 4% inflação)
Fator de Capacidade dos Salários e Benefícios <sup>1</sup>	98%

<sup>1</sup> O fator de capacidade tem por objetivo refletir a defasagem dos valores monetários observados na data da avaliação, considerando a periodicidade e os índices utilizados para a recuperação das perdas inflacionárias.

#### Hipóteses Biométricas

Tábua de Mortalidade Geral	T 49 <sup>1</sup>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 55
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Média
Tábua de Mortalidade de Ativos	CSO 58
Taxa de Rotatividade Anual	0,80% <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Segregada por Sexo;

<sup>2</sup> Para o Plano Transitório que se encontra em extinção, esta hipótese não foi utilizada.

#### Outras Hipóteses

Idade de Aposentadoria	100% na primeira data de aposentadoria
Diferença de idade entre os cônjuges	4 anos
Probabilidade de estar casado na aposentadoria	95%

A seguir, apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Celesc aos seus empregados:

Descrição	Planos de Aposentadoria		Planos de Assistência Médica	
	Transitório	Misto 001	AMHOR	Odontológico
<b>Participantes Ativos</b>				
Frequência	13	4.121	3.947	3.923
Idade Média (anos)	50,99	44,10	43,73	43,72
Tempo de Serviço Médio	24,43	18,99	19,06	19,12
Salário de Participação Médio (R\$)	4.371,41	4.090,61	3.224,27	3.231,50
<b>Participantes Aposentados (T.S/Esp./Idade)</b>				
Frequência	1.593	827	3.312	2.828
Idade Média (anos)	65,65	56,67	62,10	59,68
Tempo Médio em Benefício (anos)	12,80	3,54	11,66	8,85
Expectativa Média de Vida (anos)	15,10	21,40	-	-
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.867,39	2.253,93	2.939,87	3.113,70
<b>Participantes Aposentados (Invalidez)</b>				
Frequência	152	143	-	-
Idade Média (anos)	60,17	49,98	-	-
Tempo Médio em Benefício (anos)	14,11	3,18	-	-
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.262,19	1.050,56	-	-
<b>Pensionistas</b>				
Frequência de Grupos Familiares	729	72	-	-
Benefício Médio por Grupo Familiar (R\$)	612,53	934,01	-	-
<b>Vesting</b>				
Frequência	2	-	-	-
Benefício Diferido Médio (R\$)	631,44	-	-	-

A Celesc, pela Deliberação nº 243 de 09 de dezembro de 2002, aprovou o PDVI, que foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa conta com a participação de 1.515 empregados, sendo que o saldo do PDVI até 31 de dezembro de 2005 já contemplado no valor presente das obrigações é de R\$349.724 (R\$372.908 no exercício de 2004).

## 24. Tributos e Contribuições Sociais

Os Tributos e Contribuições Sociais devidos pela concessionária, por força da legislação vigente, estão demonstrados a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
ICMS	79.286	71.445
COFINS	15.829	31.629
Imposto de Renda	12.154	5.107
Contribuição Social s/ Lucro	4.868	1.868
PIS/PASEP	3.471	7.647
ICMS nas Transferências de Crédito	4.072	-
INSS Retido na Fonte	731	604
Imposto s/ Serviços	446	460
IRRF Arrendamento e Aluguéis	25	2
IRRF Distribuição de Lucros	271	3.341
IRRF Serviço de Terceiros	44	56
Outros	1.170	695
<b>Total</b>	<b>122.367</b>	<b>122.854</b>

## 25. Programa Paes

A adesão ao Parcelamento Especial – Paes, em 29 de agosto de 2003, teve fatores determinantes às condições vantajosas do programa, tais como o alongamento do prazo de pagamento e a mudança do indexador (Selic para Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP). O débito consolidado do Paes está sendo pago desde agosto de 2003, em 120 parcelas mensais. As regras do programa estabelecem como condição de permanência a obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos e das contribuições federais.

Em 2005, a Secretaria da Receita Federal disponibilizou o extrato consolidado do Paes, a partir do qual foram reconhecidos R\$16.238 mil, relativos a juros e encargos moratórios incidentes sobre os tributos incluídos no parcelamento. Isso porque tais débitos estavam registrados contabilmente pelo seu valor histórico.

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>19.953</b>
(+) Atualização dos Saldos – TJLP	2.980
(+) Encargos Reconhecidos no Período	16.237
(-) Amortizações Realizadas em 2005	(3.586)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>35.584</b>
Parcelas no Passivo Circulante	4.692
Parcelas no Passivo Exigível a Longo Prazo	30.892

## 26. Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio

A Lei Federal nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995 permite a dedutibilidade, para fins de IRPJ e CSLL, dos Juros sobre o Capital Próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da TJLP.

A Celesc, provisionou em outubro de 2005, o valor de R\$40.375 a título de Juros sobre o Capital Próprio, contabilizado como despesa financeira. Esse valor foi, posteriormente, reclassificado para a rubrica “Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio”, no intuito de não afetar o resultado do exercício, conforme determina a Deliberação CVM nº 207, de 13 de dezembro de 1996, e compensado na distribuição de dividendos mínimos obrigatórios. A Celesc registrou ainda o valor de R\$2.840 relativamente ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, dos Juros sobre o Capital Próprio.

Demonstrativo da destinação do Lucro Líquido do Exercício

<b>Descrição das Contas</b>	<b>2.005</b>	<b>2.004</b>
Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	167.103	153.469
(+) Juros sobre Capital Próprio	40.375	47.500
(=) Base de Cálculo para Destinação do Lucro	207.478	200.969
(-) Reserva Legal (5%)	(10.374)	(10.048)
(=) Base de Cálculo para Destinação de Dividendos	197.104	190.921
<b>Total dos Dividendos Mínimos Obrigatórios</b>	<b>49.276</b>	<b>47.730</b>

## 27. Obrigações Estimadas

As provisões e os encargos referentes a férias, gratificações e abonos, devidos aos empregados, estão assim evidenciados:

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Provisão para Licença Prêmio e Encargos	26.383	22.944
Provisão para Férias e Encargos	18.228	13.077
Provisão para Abono Const. de Férias e Encargos	9.513	7.945
Provisão para Gratificação de Férias e Encargos	6.455	5.132
Provisão para Participação nos Lucros ou Resultados	2.535	2.011
<b>Total</b>	<b>63.114</b>	<b>51.109</b>

## 28. Outras Contas a Pagar

<b>Descrição</b>	<b>2005</b>		<b>2004</b>	
	<b>Curto Prazo</b>	<b>Longo Prazo</b>	<b>Curto Prazo</b>	<b>Longo Prazo</b>
Cosip (a)	9.002	-	5.672	-
Repasse Convênios (b)	5.304	-	5.055	-
Faturas Rejeitadas (c)	3.420	-	7.105	-
Juros Empréstimo Compulsório (d)	1.490	-	1.863	-
Outras	772	2.662	1.251	2.662
<b>Total</b>	<b>19.988</b>	<b>2.662</b>	<b>20.946</b>	<b>2.662</b>

**a) Cosip**

São valores devidos às prefeituras municipais referentes à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – Cosip cobradas dos consumidores nas faturas de energia elétrica.

**b) Repasse de Convênios**

São valores devidos a Celos por ocasião de convênios dos empregados e que foram descontados em folha de pagamentos.

**c) Faturas Rejeitadas**

São as obrigações perante consumidores relativas a contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

**d) Juros Empréstimos Compulsórios**

São os adiantamentos efetuados pela Eletrobrás para que a concessionária efetue a liquidação dos juros relativos ao Empréstimo Compulsório. O débito nessa subconta será efetuado com base no valor incluído na conta de energia elétrica, contabilizado, contudo, somente quando esta conta for paga pelo consumidor.

**29. Provisão para Contingências**

A Celesc está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. Na opinião do Departamento Jurídico, existe possibilidade de condenação em diversos desses processos, para os quais foram constituídas provisões. Parte desses processos está garantida por depósitos judiciais, que se encontram registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo. A posição das Provisões para Contingências está resumida a seguir:

	2005		2004	
	Valor da Provisão	Depósitos Judiciais	Valor da Provisão	Depósitos Judiciais
<b>Contingências</b>				
Trabalhistas (a)	64.381	36.834	64.062	23.924
Cíveis (b)	84.573	14.296	94.485	11.353
Regulatória (c)	18.700	10.228	-	-
Tributária (d)	1.240	-	14.106	-
<b>Total</b>	<b>168.894</b>	<b>61.358</b>	<b>172.653</b>	<b>35.277</b>

**a) Trabalhista**

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Celesc e de empresas prestadoras de serviço relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

## b) Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 038 de 27 de fevereiro de 1986, e nº 045 de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominados “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede elétrica, desapropriação e outras.

## c) Regulatória

Refere-se ao provisionamento dos Autos de Infração, emitidas pela ANNEL:

Autos de Infração	Assunto	R\$
SFF nº 002/2001	Desverticalização	2.191
SFF nº 012/2002	Aprovação de Estatuto sem anuência	2.983
SFF nº 004/2003	Celebração do Acordo de Acionistas sem anuência	2.559
SFF nº 016/2003	Não cumprir os níveis de qualidade dos serviços	1.550
SFF nº 001/2004	Não manter e operar satisfatoriamente as instalações e equipamentos correspondentes	7.917
SFF nº 007/2004	Não cumprir prazos dos repasses do Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	616
SFF nº 023/2005	Não cumprir prazos dos repasses do Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	732
SFF nº 002/2006	Dispêndio de recursos para atividade fora do Objeto da Concessão	152
<b>Total</b>		<b>18.700</b>

## d) Tributária

Auto de Infração emitido pela Prefeitura Municipal de Criciúma e Prefeitura Municipal de Rio Negrinho no valor de R\$239, devido ao não-recolhimento do Imposto Sobre Serviço – ISS.

Auto de Infração emitido pela Secretaria da Fazenda Estadual, no valor de R\$1.001, referente ao Imposto de Transmissão e Causas Mortis e Doação – ITCMD.

## 30. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Referem-se ao registro do Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher, calculados sobre a CVA, Ativos Regulatórios, Energia Livre e receita não recebida de Órgãos Públicos, cujo recolhimento foi diferido. Os efeitos financeiros desses passivos fiscais ocorrerão quando da efetiva realização desses valores.

O quadro a seguir demonstra a movimentação no período:

Descrição	2004	Adições	Baixas	2005
IRPJ e CSLL c/ Órgãos Públicos	6.997	5.125	(1.768)	10.354
CSLL s/ Depreciação IPC – BTNF	3.245	-	(3.245)	-
IRPJ e CSLL s/ CVA	51.121	15.848	(43.112)	23.857
IRPJ e CSLL s/ Ativos Regulatórios	14.903	51.476	(17.345)	49.034
IRPJ e CSLL s/ Energia Livre	16.361	2.968	(5.809)	13.520
<b>Total</b>	<b>92.627</b>	<b>75.417</b>	<b>(71.279)</b>	<b>96.765</b>

### 31. Patrimônio Líquido

#### a) Composição Acionária

O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$696.200, mantendo-se o mesmo valor de 31 de dezembro de 2004. As Ações Preferenciais Classe “A” têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não acumulativos, seguidos pelas Ações Preferenciais Classe “B”.

A composição acionária, em número de ações, está representada conforme o quadro abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2005							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	%
	ON	%	PNA	%	PNB	%		
Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,18	3.838	0,01	-	-	155.824.043	20,20
SC Participação e Invest. S.A. – Invesc	91.037.953	29,32	-	-	12.508.762	2,88	103.546.715	13,42
Caixa de Previd. Banco do Brasil – Previ	39.090.810	12,59	-	-	21.275.201	4,90	60.366.011	7,83
Fundação Celesc de Seguridade Social	16.312.847	5,25	-	-	7.000.000	1,61	23.312.847	3,02
Cia. Desenvol. Estado SC – Codesc	1.959.533	0,63	-	-	-	-	1.959.533	0,25
L Parisotto Participações Ltda	1.600.000	0,52	-	-	20.125.000	4,59	21.725.000	2,82
Eletrobrás	84.662	0,03	-	-	82.855.527	19,08	82.940.189	10,75
BNDES Participações S.A. – Brndspar	-	-	25.461.794	95,76	5.696.741	1,31	31.158.535	4,04
Wisteria Holdings LLC	-	-	-	-	27.372.000	6,30	27.372.000	3,55
Maua Fundo de Investimento Múltiplo	-	-	-	-	6.605.403	1,52	6.605.403	0,86
Claritas Long Short Fim Longo PR	-	-	-	-	15.998.600	3,68	15.998.600	2,07
Fundo de Participação Social	-	-	-	-	8.806.704	2,03	8.806.704	1,14
Outros	4.636.724	1,49	1.124.612	4,23	226.054.899	52,05	231.816.235	30,05
<b>Total</b>	<b>310.542.734</b>	<b>100,0</b>	<b>26.590.244</b>	<b>100,0</b>	<b>434.298.837</b>	<b>100,0</b>	<b>771.431.815</b>	<b>100,0</b>

#### b) Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal em 31 de dezembro de 2005

	Ações	Ações		Total
	Ordinárias	Preferenciais		
	ON	PNA	PNB	
<b>CONTROLADOR</b>	<b>265.130.538</b>	<b>3.838</b>	<b>19.508.762</b>	<b>284.643.138</b>
Governo do Estado de Santa Catarina	155.820.205	3.838	0	155.824.043
Santa Catarina Participações e Investimentos S.A.	91.037.953	0	12.508.762	103.546.715
Fundação Celesc de Seguridade Social	16.312.847	0	7.000.000	23.312.847
Companhia de Desenv. do Estado de Santa Catarina	1.959.533	0	0	1.959.533
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>50.001</b>	<b>50.008</b>
<b>DIRETORIA EXECUTIVA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>CONSELHO FISCAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**c) Ações em circulação em 31.12.2005**

	Quantidade de Ações (unidade)				
	Ordinárias	Preferenciais Classe "A"	Preferenciais Classe "B"	Total	Percentual
Capital Social (ações)	310.542.734	26.590.244	434.298.837	<b>771.431.815</b>	<b>100,00%</b>
Ações em Circulação	45.412.196	26.586.399	414.740.074	<b>486.738.669</b>	<b>63,10%</b>

**d) Reserva de Lucros**

Correspondem à Reserva Legal (art.193, da Lei Federal nº 6.404) constituída para compensação de prejuízos ou aumento de capital e à Reserva de Retenção de Lucros (art.196, da Lei Federal nº 6.404), que compreende a parcela a ser aplicada no programa de investimentos da Celesc, integrante do orçamento aprovado pela Assembléia Geral Ordinária – AGO.

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Lucro Líquido do Exercício	207.478	200.969
(-) Prejuízos Acumulados	-	-
<b>(=) Lucro Líquido Ajustado</b>	<b><u>207.478</u></b>	<b><u>200.969</u></b>
(-) Reserva Legal (5%)	10.374	10.048
(-) Dividendos Propostos	8.901	230
(-) Juros sobre o Capital Próprio	40.375	47.500
<b>Constituição da Reserva de Retenção de Lucros</b>	<b><u>147.828</u></b>	<b><u>143.191</u></b>

**32. Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica**

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (*)		MWh (*)		Receita Bruta	
	2005	2004	2005	2004	2005	2004
Residencial	1.564.770	1.514.443	3.325.136	3.139.144	1.290.561	1.117.797
Industrial	57.531	55.092	5.842.308	6.397.095	1.532.934	1.385.913
Comercial	160.305	154.125	2.069.030	1.907.915	756.485	634.203
Rural	213.942	209.346	1.522.604	1.422.713	278.898	236.125
Poder Público	16.025	15.767	277.234	265.608	97.640	83.146
Iluminação Pública	315	306	427.580	428.584	90.130	81.021
Serviço Público	1.667	1.625	224.343	231.972	57.415	51.371
<b>Total do Fornecimento</b>	<b><u>2.014.555</u></b>	<b><u>1.950.704</u></b>	<b><u>13.688.235</u></b>	<b><u>13.793.031</u></b>	<b><u>4.104.063</u></b>	<b><u>3.589.576</u></b>
Suprimento de Energia	<u>5</u>	<u>5</u>	<u>215.852</u>	<u>253.042</u>	<u>14.230</u>	<u>14.027</u>

(\*) Não auditado

### 33. Outras Receitas Operacionais

<u>Descrição</u>	<u>2005</u>	<u>2004</u>
Renda da Prestação de Serviços (a)	18.917	18.649
Serviço Taxado (b)	6.123	6.302
Rescisão Contratual Tupy	9.915	-
Outras Receitas	241	114
<b>Total</b>	<b>35.196</b>	<b>25.065</b>

#### a) Renda da Prestação de Serviços

Receita derivada de serviços prestados por solicitação de terceiros, excetuando-se os serviços taxados, com base no custo apurado por meio de Ordens de Serviços.

#### b) Serviço Taxado

É a receita dos serviços prestados ao consumidor, tais como: vistoria; ligação e religamento de unidades de consumo; aferição de medidor; reaviso de vencimento de conta; emissão de segunda via de conta, verificação do nível de tensão e outros que venham a ser estabelecidos pelo Órgão Regulador.

#### c) Rescisão Contratual Tupy

O valor de R\$9.915 refere-se a rescisão antecipada do contrato de fornecimento de energia elétrica celebrado entre a Celesc e a Tupy Fundições Ltda. (Processo ANEEL nº 48500.003114/05-85). Conforme estabelecido em reunião realizada em 24 de novembro de 2005, entre Celesc, Tupy Fundições Ltda. e ANEEL ficou consignado em ata o entendimento da ANEEL de que a Celesc poderá descontar dos Contratos de Comercialização em Ambientes Regulados – Ccear a integralidade da carga da Tupy Fundições Ltda.

### 34. Custos e Despesas Operacionais

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

<u>Descrição</u>	<u>2005</u>						
	<u>Custo do Serviço de Energia Elétrica</u>			<u>Despesas Operacionais</u>			
	<u>Custo com Energia Elétrica</u>	<u>Custo de Operação</u>	<u>Custo do Serviço Prestado a Terceiros</u>	<u>Com Vendas</u>	<u>Gerais e Administrativas</u>	<u>Outras</u>	<u>Total</u>
Pessoal (a)	-	157.773	1.278	34.834	129.778	6.664	330.327
Administradores (a)	-	-	-	-	843	-	843
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	15.564	-	15.564
Material	-	22.324	14	974	13.340	-	36.652
Serviços de Terceiros	-	34.284	36	46.585	33.742	-	114.647
Energia Elétrica Comodada para Revenda (b)	1.450.131	-	-	-	-	-	1.450.131
Encargo de Uso da Rede Elétrica	229.588	-	-	-	-	-	229.588
Conta Consumo de Combustível – CCC	-	-	-	-	-	190.795	190.795
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	-	-	-	-	-	109.377	109.377
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-	-	-	-	7.256	-	7.256
Compensação Financ. p/ Util. Rec. Hídricos	-	-	-	-	-	2.753	2.753
Pesquisa & Desenv. e Eficiência Energética	-	-	-	-	-	26.769	26.769
Depreciação	-	83.437	-	-	8.640	14	92.091
Amortização	-	-	-	-	4.040	-	4.040
Provisões	-	-	-	53.450	6.553	18.611	78.614
Reversão de Provisões	-	-	-	(6676)	-	(25.901)	(32.577)
Outras despesas (c)	-	1.844	3	1.678	9.079	9.485	22.089
<b>Total</b>	<b>1.679.719</b>	<b>299.662</b>	<b>1.331</b>	<b>130.845</b>	<b>221.579</b>	<b>345.823</b>	<b>2.678.959</b>



Descrição	2004						
	Custo do Serviço de Energia Elétrica			Despesas Operacionais			
	Custo com Energia Elétrica	Custo de Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal (a)	-	151.747	117	33.100	130.435	-	315.399
Administradores (a)	-	-	-	-	847	-	847
Entidade de Previdência Privada	-	2	-	-	14.368	-	14.370
Material	-	23.956	-	747	12.784	-	37.487
Serviços de Terceiros	-	35.374	-	44.256	31.304	-	110.934
Energia Elétrica Comprada para Revenda (b)	1.288.813	-	-	-	-	-	1.288.813
Encargo de Uso da Rede Elétrica	180.244	-	-	-	-	-	180.244
Conta Consumo de Combustível - CCC	-	-	-	-	-	184.997	184.997
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	-	64.298	64.298
Taxa de Fiscalização - TFSEE	-	-	-	-	-	4.559	4.559
Compensação Financ. p/ Util. Rec. Hídricos	-	-	-	-	-	2.232	2.232
Pesquisa & Desenv. e Eficiência Energética	-	-	-	-	-	11.178	11.178
Depreciação	-	79.058	-	-	7363	55	86.476
Provisões	-	-	-	91.288	-	93.477	184.765
Reversão de Provisões	-	-	-	(4.704)	(39)	(54.074)	(58.817)
Outras despesas (c)	-	3.712	-	14.513	(6.162)	17.459	29.522
<b>Total</b>	<b>1.469.057</b>	<b>293.849</b>	<b>117</b>	<b>179.200</b>	<b>190.900</b>	<b>324.181</b>	<b>2.457.304</b>

a) Despesas com Pessoal (Empregados e Administradores)

	2005	2004
Remunerações	132.785	128.063
Décimo Terceiro Salário	14.312	13.347
Férias	32.578	34.842
Encargos Sociais	69.071	62.770
Participação nos Lucros ou Resultados	8.626	7.976
Benefícios Assistenciais	18.238	15.689
Benefício Pós-Emprego (Planos Previdenciário e Assistenciais)	35.589	47.087
Indenizações Trabalhistas	6.882	100
Outros	13.089	6.372
<b>Total</b>	<b>331.170</b>	<b>316.246</b>

b) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2005		2004	
	R \$	G W h	R \$	G W h
Tractebel	679.537	7.331	561.384	7.685
Eletrobrás	263.590	3.213	282.748	3.163
Copel	361.450	3.374	264.854	2.761
Petrobras	117.811	1.139	108.630	1.142
Maesa	23.170	489	30.885	490
Lages Bioenergética	28.805	193	20.249	114
Chesf	5.956	88	5.313	88
Mafras	-	-	100	2
Cisframa	-	-	1.559	12
Cenaee	1.908	10	1.466	9
Heidrich	991	12	882	12
Santa Maria	1.065	18	845	15
Parque Eólico	148	1	139	1
Hidrelétrica Roncador Ltda	385	5	-	-
Outros	20.586	-	58.974	-
"Parcela A" - CVA	115.948	-	93.388	-
Créditos PIS/PASEP e COFINS	(171.219)	-	(142.603)	-
<b>Total</b>	<b>1.450.131</b>	<b>15.873</b>	<b>1.288.813</b>	<b>15.494</b>

c) <b>Outras Despesas Operacionais</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Arrendamento e Aluguéis	5.196	7.789
Seguros	1.069	1.119
Tributos	3.431	2.908
Doações, Contribuições e Subvenções	1.128	890
Recuperação de Despesas	(15.219)	(29.244)
Perdas Recebimento Créditos	662	13.270
Benefícios a Aposentados	8.505	7.427
Indenizações Cíveis	3.838	6.252
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.840	3.574
Propaganda e Publicidade	3.024	1.781
Outros	6.615	13.756
<b>Total</b>	<b>22.089</b>	<b>29.522</b>

### 35. Resultado Financeiro

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicações Financeiras	13.508	4.439
Juros sobre Contas a Receber do Estado	3.018	3.362
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Vendida	40.807	44.497
Variações Monetárias	46.277	32.466
Atualização "Parcela A" – CVA	25.680	69.910
Juros sobre Contas a Receber de Consumidores	15.426	13.556
Ganhos com Participações Societárias	2.024	1.175
Outras Receitas Financeiras	15.057	1.429
	<b>161.797</b>	<b>170.834</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos de Dívidas	(59.041)	(54.053)
Juros sobre Capital Próprio	(40.375)	(47.500)
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	2.880	(13.499)
Variações Monetárias	(19.173)	(56.477)
Atualização PAES	(16.858)	(241)
CPMF	(17.250)	(14.533)
Liquidação de Empréstimos de Curto Prazo	(9.237)	-
Atualização de Débitos Energia MAE	(3.940)	-
Reversão da Provisão da CSLL	-	20.051
Outras Despesas Financeiras	(13.170)	(117)
	<b>(176.164)</b>	<b>(166.369)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(14.367)</b>	<b>4.465</b>

### 36. Instrumentos Financeiros

A Instrução CVM nº 235 de 23 de março de 1995 estabeleceu mecanismos para a divulgação do valor de mercado e das condições pactuadas dos instrumentos financeiros, em nota explicativa. A Celesc não realizou, até 31 de dezembro de 2005, operações com características de instrumentos financeiros na forma definida pela referida Instrução.

Todos os demais ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras etc.) não representam desvios significativos entre o valor de mercado e o contábil.

### 37. Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e estão evidenciadas a seguir:

PARTES RELACIONADAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	NOTA EXPLICATIVA	CURTO PRAZO		LONGO PRAZO	
			2005	2004	2005	2004
<b>A RECEBER</b>						
Governo Est. Santa Catarina	Empréstimo	15	-	-	26.726	32.036
	Rede Subterrânea	15	-	-	4.262	4.262
Casan	Participação Societária	16	-	-	29.448	86.537
PCH – Fundo de Investimento	Participação Societária	16	-	-	2.000	-
<b>Total a Receber</b>			-	-	<b>62.436</b>	<b>122.835</b>
<b>A PAGAR</b>						
Celos	Reserva Matemática	22	25.832	20.408	408.536	408.162
	Aquisição de Imóvel	22	3.246	3.119	18.934	21.834
	Repasse de Convênios	22	6.586	9.679	-	-
<b>Total a Pagar</b>			<b>35.664</b>	<b>33.206</b>	<b>427.470</b>	<b>429.996</b>

### 38. Imposto de Renda e Contribuição Social – Taxa Efetiva

Em atendimento à Norma e Procedimento Contábil Ibracon nº 25 de maio de 1998, e à Deliberação CVM nº 273 de 20 de agosto de 1998, a Empresa está divulgando a conciliação das provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social, calculadas pelas respectivas alíquotas nominais, com os valores constantes da Demonstração do Resultado do Exercício, conforme quadro demonstrativo a seguir:

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2005	2004	2005	2004
<b>Lucro Antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>255.367</b>	<b>206.500</b>	<b>255.367</b>	<b>206.500</b>
<b>Adições/Exclusões Permanentes</b>				
Patrocínios – Lei Rouanet	898	890	1.098	890
Realização IPC/BTNF	-	-	11.503	13.759
Multas	143	442	143	442
Plano Verão/Lucro Inflacionário	-	(201)	-	(201)
Dividendos Recebidos	(2.024)	(1.175)	(2.024)	(1.175)
Outros	4.392	248	4.392	9
<b>Base Tributável</b>	<b>258.776</b>	<b>206.704</b>	<b>270.479</b>	<b>220.224</b>
Alíquota	25%	25%	9%	9%
Total do Exercício	<b>64.694</b>	<b>51.676</b>	<b>24.343</b>	<b>19.820</b>
Outros	(1.067)	(3.301)	294	(15.164)
<b>Total no Resultado</b>	<b>63.627</b>	<b>48.375</b>	<b>24.637</b>	<b>4.656</b>

### 39. Resultado Não Operacional

	<u>2005</u>	<u>2004</u>
<b>Receitas Não Operacionais</b>		
Ganhos na Alienação Bens/Direitos	722	937
Ganhos (Almoxarifado)	6.560	7.430
Outras Receitas	7.549	5.039
	<b>14.831</b>	<b>13.406</b>
<b>Despesas Não Operacionais</b>		
Perdas na Desativação Bens/Direitos	(9)	(56)
Provisões Não Operacionais	(62.101)	(1.228)
Reversão Provisões Não Operacionais	4.974	6.239
Perdas na Alienação Bens/Direitos	(1)	(37)
Outras Despesas	(3.461)	(3.645)
	<b>(60.598)</b>	<b>1.273</b>
<b>Resultado Não Operacional</b>	<b><u>(45.767)</u></b>	<b><u>14.679</u></b>

Em 2005, a Celesc provisionou R\$57.089 para desvalorização das ações da Casan, conforme laudo de avaliação.

### 40. Seguros

Os Seguros contratados estão de acordo com a política da Celesc com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerado suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

<b>Riscos</b>	<b>Data da Vigência</b>	<b>Limite Máximo de Indenização ou Limite de Responsabilidade (em mil)</b>	<b>Prêmio</b>
Transporte Aéreo e Terrestre			
Internacional	01.11.2005 a 01.11.2006	US\$2.000	Variável
Nacional	01.11.2005 a 01.11.2006	US\$2.000	Variável
Prédio Edifício Sede	11.08.2005 a 11.08.2006	R\$23.500	R\$4
Subestações e Usinas	05.05.2005 a 05.05.2006	R\$10.000	R\$1.150
Veículos Próprios	02.08.2005 a 02.08.2006	R\$155	R\$6

**Subestações e Usinas** – na apólice contratada foram incluídas as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possuem cobertura securitária básica, tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e de informática.

**Transporte Aéreo e Terrestre** - visam garantir os danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. O prêmio varia conforme o volume transportado. Os limites máximos de coberturas estão contratados em dólares norte-americanos.

**Veículos Próprios** – visam garantir danos aos veículos próprios destinados à diretoria da Celesc.

**Prédio Edifício Sede** – visam garantir danos ao edifício sede administrativa da Celesc.

## 41. Segregação do Resultado por Atividades

Objetivando atender às determinações da ANEEL, efetuamos uma segregação dos resultados do exercício de 2005 pelas atividades de geração e distribuição com base em análises e levantamentos internos.

Essas análises foram feitas de forma estimada, baseadas em critérios razoáveis, em função da capacidade de geração de energia e na quantidade de pessoas alocadas na atividade de geração, sendo praticamente todas as contas rateadas devido à receita bruta ou aos gastos com pessoal. Todo o restante do resultado foi atribuído à atividade de distribuição, uma vez que não ocorreram fatos contábeis nesse exercício que pudessem ser atribuídos a outras atividades.

Em atendimento aos Ofícios Circulares ANEEL, nº 838 de 29 de dezembro de 2000, e nº 91 de 14 de fevereiro de 2002, a Celesc elaborou a Demonstração de Resultado, segregada por atividade, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005:

	<b>Geração</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Total</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>26.549</b>	<b>4.338.640</b>	<b>4.365.189</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	26.549	4.077.514	4.104.063
Suprimento de Energia Elétrica	-	14.320	14.320
Disponibilização da Rede Elétrica	-	77.795	77.795
Encargo de Capacidade Emergencial	-	99.471	99.471
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	(48)	(48)
Arrendamento e Aluguéis	-	34.392	34.392
Outras Receitas Operacionais	-	35.196	35.196
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL</b>	<b>(2.456)</b>	<b>(1.368.273)</b>	<b>(1.370.729)</b>
ICMS	-	(892.175)	(892.175)
PIS/PASEP	(438)	(72.103)	(72.541)
COFINS	(2.018)	(321.652)	(323.670)
ISS	-	(110)	(110)
Quota para RGR	-	(14.309)	(14.309)
Encargo de Capacidade Emergencial	-	(67.924)	(67.924)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>24.093</b>	<b>2.970.367</b>	<b>2.994.460</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(10.385)</b>	<b>(1.970.327)</b>	<b>(1.980.712)</b>
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>(2.077)</b>	<b>(1.677.642)</b>	<b>(1.679.719)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.450.131)	(1.450.131)
Encargo de Uso do Sistema	(2.077)	(227.511)	(229.588)
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>	<b>(8.299)</b>	<b>(291.363)</b>	<b>(299.662)</b>
Pessoal e Administradores	(5.295)	(152.478)	(157.773)
Material	(319)	(22.005)	(22.324)
Serviço de Terceiros	(1.579)	(32.705)	(34.284)
Depreciação	(1.091)	(82.346)	(83.437)
Outras Despesas	(15)	(1.829)	(1.844)
<b>CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS</b>	<b>(9)</b>	<b>(1.322)</b>	<b>(1.331)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL BRUTO</b>	<b>13.708</b>	<b>1.000.040</b>	<b>1.013.748</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(9.277)</b>	<b>(688.970)</b>	<b>(698.247)</b>
DESPESAS COM VENDAS	-	(130.845)	(130.845)
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	(6.252)	(215.327)	(221.579)
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	(3.025)	(342.798)	(345.823)
<b>RESULTADO DO SERVIÇO</b>	<b>4.431</b>	<b>311.070</b>	<b>315.501</b>
<b>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</b>	<b>(4.846)</b>	<b>(9.521)</b>	<b>(14.367)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>(415)</b>	<b>301.549</b>	<b>301.134</b>
<b>RECEITA NÃO OPERACIONAL</b>	<b>20</b>	<b>14.811</b>	<b>14.831</b>
<b>DESPESA NÃO OPERACIONAL</b>	<b>-</b>	<b>(60.598)</b>	<b>(60.598)</b>
<b>LUCRO ANTES DO I. RENDA E C. SOCIAL</b>	<b>(395)</b>	<b>255.762</b>	<b>255.367</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	(54.332)	(54.332)
Provisão para Contribuição Social	-	(20.874)	(20.874)
Imposto de Renda Diferido	-	(9.295)	(9.295)
Contribuição Social Diferida	-	(3.763)	(3.763)
<b>Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>(395)</b>	<b>167.498</b>	<b>167.103</b>
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	-	40.375	40.375
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>(395)</b>	<b>207.873</b>	<b>207.478</b>

#### 42. Ajuste de Exercícios Anteriores

De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, que estabelece critérios para a aplicação de recursos em Programas de Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética, a Celesc efetuou Ajustes de Exercícios Anteriores em 31 de dezembro de 2005, conforme demonstrado a seguir:

	<b>Pesquisa &amp; Desenvolvimento</b>	<b>Eficiência Energética</b>	<b>Total</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	11.217	43.545	<b>54.762</b>
Ajuste Fiscal - IRPJ e CSLL	<u>(3.814)</u>	<u>(14.805)</u>	<u><b>(18.619)</b></u>
<b>Reflexo do Ajuste de Exercícios Anteriores no P.L.</b>	<b>7.403</b>	<b>28.740</b>	<b>36.143</b>

### 43. Resumo das Diferenças entre as Práticas Contábeis Adotadas No Brasil (“Princípios Contábeis Brasileiros”) e o U.S. GAAP

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que diferem em certos aspectos dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP). O quadro a seguir demonstra a conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP do Patrimônio Líquido, para os períodos findos em 31 de dezembro de 2005 e de 2004:

Descrição dos Ajustes de U.S. GAAP	Período findo em	
	31.12.2005	31.12.2004
		Conforme reapresentado
<b>Patrimônio Líquido conforme os Princípios Contábeis Brasileiros</b>	<b>1.043.075</b>	<b>921.016</b>
Ajuste (nota 43. q)	-	36.143
<b>Patrimônio Líquido conforme os Princípios Contábeis Brasileiros (ajustado)</b>	<b>1.043.075</b>	<b>884.873</b>
<b>Investimentos</b>	<b>(2.777)</b>	<b>(2.777)</b>
Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M	684	684
Provisão para perdas em incentivos fiscais	(3.053)	(3.053)
Reversão de juros nos investimentos	(408)	(408)
<b>Imobilizado</b>	<b>32.978</b>	<b>41.569</b>
<u>Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M</u>	<u>47.431</u>	<u>56.215</u>
Custo, líquido das baixas	155.115	157.058
Depreciação, líquida das baixas	(107.684)	(100.843)
<u>Amortização de “softwares”, desde sua data de ativação</u>	<u>(11.259)</u>	<u>(12.444)</u>
<u>Juros e Encargos Próprios</u>	<u>(39.722)</u>	<u>(46.247)</u>
Reversão do custo, líquido das baixas	(105.883)	(107.188)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	66.161	60.941
<u>Custos Administrativos</u>	<u>(63.722)</u>	<u>(60.099)</u>
Reversão do custo, líquido das baixas	(82.536)	(75.527)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	18.814	15.428
<u>Capitalização de Encargos Financeiros</u>	<u>100.250</u>	<u>104.144</u>
<u>Reversão do critério adotado no Brasil</u>	<u>(28.889)</u>	<u>(30.288)</u>
Custo, líquido das baixas	(37.116)	(37.391)
Depreciação, líquida das baixas	8.227	7.103
<u>Reconhecimento do critério adotado no U.S. GAAP</u>	<u>129.139</u>	<u>134.432</u>
Custo, líquido das baixas	171.904	169.430
Depreciação, líquida das baixas	(42.765)	(34.998)
<b>Obrigações Especiais</b>	<b>106.852</b>	<b>92.853</b>
<u>Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M</u>	<u>(9.940)</u>	<u>(10.686)</u>
Custo, líquido das baixas	(13.649)	(13.823)
Depreciação, líquida das baixas	3.709	3.138
<u>Custo</u>	<u>116.792</u>	<u>103.538</u>
Depreciação acumulada	81.477	70.830
Baixas	35.315	32.709
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>-</b>	<b>(3.115)</b>
Valor de mercado não reconhecido nos livros locais	-	(3.115)
<b>Plano de Pensão e Assistência Médica</b>	<b>(149.730)</b>	<b>(128.473)</b>
Complemento do Plano de Pensão	(113.832)	(102.888)
Complemento da Assistência Médica	(35.898)	(25.585)
<b>Outros - Não sujeitos a impactos fiscais</b>	<b>8.901</b>	<b>230</b>
Dividendos propostos	8.901	230
<b>Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP</b>	<b>(3.776)</b>	<b>287</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes de U.S. GAAP</b>	<b>4.310</b>	<b>(19)</b>
<b>Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP, Líquidos do IRPJ e CSLL</b>	<b>534</b>	<b>268</b>
<b>Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP</b>	<b>1.043.609</b>	<b>885.141</b>

O quadro a seguir demonstra a conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP do Resultado do Exercício, para os exercícios findos em 2005 e 2004:

Descrição dos Ajustes de U.S. GAAP	Período findo em	
	31.12.2005	31.12.2004
		Conforme reapresentado
<b>Lucro Líquido conforme os Princípios Contábeis Brasileiros</b>	<b>207.478</b>	<b>200.969</b>
Ajuste (nota 43. q)		21.755
<b>Lucro Líquido conforme os Princípios Contábeis Brasileiros (ajustado)</b>		<b>179.214</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>(8.591)</b>	<b>(1.385)</b>
<u>Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M</u>	<u>(8.784)</u>	<u>(8.378)</u>
Custo, líquido das baixas	(1.943)	(2.916)
Depreciação, líquida das baixas	(6.841)	(5.462)
<u>Amortização de softwares não reconhecida nos livros locais</u>	1.185	<u>(3.401)</u>
<u>Juros e Encargos Próprios</u>	<u>6.525</u>	<u>6.548</u>
Reversão do custo, líquido das baixas	1.305	1.958
Reversão da depreciação, líquida das baixas	5.220	4.590
<u>Custos Administrativos</u>	<u>(3.623)</u>	<u>(2.375)</u>
Reversão do custo, líquido das baixas	(7.009)	(4.840)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	3.386	2.465
<u>Capitalização de Encargos Financeiros</u>	<u>(3.894)</u>	<u>6.221</u>
<u>Reversão do critério adotado no Brasil</u>	<u>1.399</u>	<u>1.308</u>
Custo, líquido das baixas	275	305
Depreciação, líquida das baixas	1.124	1.003
<u>Reconhecimento do critério adotado no U.S. GAAP</u>	<u>(5.293)</u>	<u>4.913</u>
Custo, líquido das baixas	2.474	11.835
Depreciação, líquida das baixas	(7.767)	(6.922)
<b>Obrigações Especiais</b>	<b>13.998</b>	<b>13.568</b>
<u>Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M</u>	<u>745</u>	<u>1.151</u>
Custo, líquido das baixas	174	365
Depreciação, líquida das baixas	571	786
<u>Custo</u>	<u>13.253</u>	<u>12.417</u>
Depreciação acumulada	10.647	10.665
Baixas	2.606	1.752
<b>Instrumentos Financeiros</b>	<b>3.115</b>	<b>(3.115)</b>
Valor de mercado não reconhecido nos livros locais	3.115	(3.115)
<b>Plano de Pensão e Assistência Médica</b>	<b>(21.257)</b>	<b>(45.230)</b>
Complemento do Plano de Pensão	(10.944)	(34.417)
Complemento da Assistência Médica	(10.313)	(10.813)
<b>Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP</b>	<b>(12.735)</b>	<b>(36.162)</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os ajustes de U.S. GAAP</b>	<b>4.330</b>	<b>12.295</b>
<b>Subtotal dos ajustes de U.S. GAAP, líquidos do IRPJ e CSLL</b>	<b>(8.405)</b>	<b>(23.867)</b>
<b>Lucro Líquido conforme U.S. GAAP</b>	<b>199.073</b>	<b>155.347</b>
Lucro líquido por lote de mil ações em reais	258,06	201,38

A mutação do Patrimônio Líquido, de acordo com o U.S. GAAP é como segue:

Descrição	Período findo em	
	31.12.2005	31.12.2004
<b>Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP – início do período</b>	885.141	791.682
Ajuste (nota 43. q)	-	(14.388)
<b>Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP – início do período (ajustado)</b>	885.141	777.294
Lucro Líquido do período	199.073	155.347
Juros sobre capital próprio	(40.375)	(47.500)
(-) Dividendos pagos	(230)	-
<b>Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP – final do período</b>	<b>1.043.609</b>	<b>885.141</b>

Abaixo é demonstrado o resumo das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP:

#### a) Atualização Monetária em 1996 e 1997

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc cessou a correção monetária dos efeitos da inflação em 31 de dezembro de 1995. A partir de 1º de janeiro de 1996, o valor contábil de todos os ativos e passivos não monetários passaram a ser representados pelo custo histórico como base de valor. De acordo com o U.S. GAAP, até dezembro de 1997 o Brasil era considerado um país de economia hiperinflacionária e, conseqüentemente, a Celesc continuou a registrar os efeitos inflacionários de tais ativos e passivos pelo IGP-M até 1997.

Os ajustes de conciliação de U.S. GAAP representam a amortização da correção monetária do ativo imobilizado, de investimentos e obrigações especiais, resultante da correção monetária aplicada durante os anos de 1996 e 1997.

Para fins de conciliação do U.S. GAAP, o Patrimônio Líquido foi acrescido em R\$38.175 e R\$46.213, em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, respectivamente, em função dos ajustes de correção monetária de 1996 e 1997, e líquidos de depreciação e baixas, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos da correção monetária pelo IGP-M até 31 de dezembro de 1997	Obrigações			Total
	Investimentos	Imobilizado	Especiais	
<b>Em 31 de dezembro de 2004</b>	<b>684</b>	<b>56.215</b>	<b>(10.686)</b>	<b>46.213</b>
Baixas	-	(1.943)	174	(1.769)
Depreciação e amortização	-	(6.841)	572	(6.269)
<b>Em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>684</b>	<b>47.431</b>	<b>(9.940)</b>	<b>38.175</b>

#### b) Investimentos em Incentivos Fiscais

Esses investimentos, aprovados pelo Governo brasileiro para regiões subdesenvolvidas do Brasil ou para projetos específicos, estão disponíveis sem custo adicional sobre o pagamento de impostos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são registrados como um ativo, com um crédito correspondente em uma reserva no patrimônio líquido. Para fins de conciliação com o U.S. GAAP, este crédito é estornado contra os respectivos investimentos.

### **c) Amortização de “Softwares”**

A Celesc não estava calculando a amortização de “softwares” nos livros locais, pois isso dependia da aprovação da ANEEL e não foi requerida pela Celesc para reconhecer tal despesa de amortização na tarifa de energia dos consumidores.

A partir do trimestre findo em 30 de junho de 2005, a Celesc obteve a aprovação da ANEEL sobre o requerimento, para reconhecer a despesa de amortização na tarifa de energia dos consumidores. A amortização foi reconhecida para demonstrar a vida útil dos “softwares” a uma taxa de 20% a.a., retroativamente a 1<sup>o</sup> de janeiro de 2005.

Para fins de U.S. GAAP, tal amortização foi reconhecida para demonstrar a vida útil dos “softwares”, a uma taxa de amortização de 20% a.a, desde sua adição original.

### **d) Capitalização de Juros e Encargos Próprios**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc capitalizou os custos de juros de empréstimos, as variações cambiais provenientes de empréstimos indexados em moeda estrangeira e os juros atribuídos aos recursos dos acionistas aplicados na construção em curso, até 31 de dezembro de 2001. De acordo com o U.S. GAAP, em conformidade com o “Statement of Financial Accounting Standards” (Pronunciamento sobre Princípios de Contabilidade) SFAS nº 34 - “Capitalization of Interest Cost” (Capitalização dos Custos de Juros), os juros incorridos sobre os empréstimos são capitalizados na medida em que tais empréstimos não excedam as construções em curso. Os juros atribuídos ao recurso dos acionistas, bem como as variações cambiais provenientes de empréstimos indexados em moeda estrangeira, não são capitalizados.

### **e) Capitalização de Custos Administrativos**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc capitalizou custos administrativos indiretos até o limite de 10% das despesas diretas com pessoal e serviço de terceiros, atribuíveis ao imobilizado em curso. Esta prática não é aceita pelo U.S. GAAP e, conseqüentemente, seus efeitos foram revertidos para fins da conciliação ao U.S. GAAP.

### **f) Obrigações Especiais**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc apresenta as obrigações especiais que representam as contribuições de consumidores ao custo de expansão dos sistemas de distribuição, como redutora do ativo imobilizado. Essas obrigações não estão sujeitas à amortização com base nas vidas úteis aplicáveis aos respectivos ativos e baixas. De acordo com o U.S. GAAP, as contribuições recebidas de consumidores são consideradas como reembolso de custos de construção e são creditadas contra o custo do respectivo ativo. Para fins de conciliação com o U.S. GAAP, a depreciação é ajustada pelos efeitos da amortização e baixas das obrigações especiais vinculadas à concessão, calculados pelas taxas de depreciações aplicáveis à classe correspondente de imobilizado adquirido com tais contribuições dos consumidores.

### **g) Instrumentos Financeiros**

Com o objetivo de minimizar os custos financeiros atrelados à energia adquirida de Itaipu (denominado em dólares), a Celesc iniciou operações de “swap”, cujo objetivo é obter proteção contra a variação da taxa de câmbio, trocando o indexador da dívida (dólar) com Itaipu por reais, indexados pela variação do CDI. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, qualquer diferencial a ser pago ou recebido, oriundo de contratos, é registrado como um ativo ou como um passivo, em contrapartida ao resultado financeiro. O valor de mercado de contratos não foi reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Celesc.

Em junho de 1998, o Financial Accounting Standards Board (FASB) emitiu o SFAS nº 133 – “Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities” (Contabilização de Instrumentos Derivativos e das Atividades de Hedge). O SFAS nº 133, aditado pelo SFAS nº 138 “Accounting for Certain Derivative Instruments and Certain Hedging Activities” (Contabilização para Certos Instrumentos Derivativos e Certas Atividades de Hedge) e pelo SFAS nº 149, “Amendment of Statement nº 133 on Derivative Instruments and Hedging Activities” (Emenda ao SFAS nº 133 Sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedge), estabelece a contabilização e as práticas de apresentação requeridas para todos os instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial, aplicável tanto para um ativo quanto para um passivo, determinado a valor de mercado. O SFAS nº 133 requer que as mudanças relativas ao valor de mercado dos derivativos sejam reconhecidas no resultado, a menos que alguns critérios específicos de contabilização do “hedge” sejam determinados. Para operações qualificadas como “hedges”, os ganhos ou as perdas com derivativos podem ser compensados com o respectivo resultado do item com a opção de “hedge” no resultado do exercício. Entretanto, para que as operações com instrumentos financeiros derivativos possam ser qualificadas dessa forma, a Celesc deve, formalmente, documentar e demonstrar a efetividade das transações que estão sujeitas a contabilização de “hedge”. O SFAS nº 133 deve ser aplicado para instrumentos derivativos e alguns instrumentos derivativos embutidos em contratos híbridos que foram emitidos, adquiridos ou substancialmente modificados após 31 de dezembro de 1997.

Como os contratos de “swap” da Celesc não se enquadram como contabilização de “hedge”, de acordo com o U.S. GAAP, alterações no valor de mercado desses contratos foram reconhecidas no resultado do período corrente.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, os contratos de “swap” em aberto foram liquidados pela Celesc e não foram firmados novos contratos.

### **h) Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a cada final de exercício o Conselho de Administração deve propor a distribuição de dividendos a partir do lucro ajustado do período e efetuar sua provisão nas Demonstrações Contábeis da Celesc. Contudo, esta proposta pode ser ratificada ou modificada em Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Para fins de conciliação ao U.S. GAAP, dividendos provisionados não foram considerados declarados na data do balanço patrimonial e, desta forma, o montante inicialmente provisionado foi revertido.

Em junho de 2005 a Celesc pagou o montante de R\$230 referente ao saldo de dividendos ainda em aberto.

Tanto no U.S. GAAP quanto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, os Juros sobre o Capital Próprio são considerados obrigações no momento em que são anunciados, sendo provisionados nessa ocasião.

### **i) Imposto de Renda e Contribuição Social**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos passivos são reconhecidos com base no montante estimado de impostos a pagar no futuro. O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos ativos, relativos a diferenças temporárias dedutíveis (despesas que são provisionadas, porém são indedutíveis até sua realização em períodos seguintes) ou a prejuízos fiscais, são reconhecidos quando existe uma razoável certeza de que a Empresa gerará lucros a serem utilizados para a compensação dos referidos ativos.

De acordo com o U.S. GAAP, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos, relativos a diferenças temporárias ou prejuízos fiscais, são sempre reconhecidos e, se necessário, uma provisão para realização é reconhecida se houver possibilidade de não realização dos ativos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os efeitos do Imposto de Renda Diferido relativo à indexação de ativos permanentes aplicada para fins contábeis, mas não aplicada para fins fiscais, são registrados no Patrimônio Líquido.

De acordo com o U.S. GAAP, essa obrigação como Imposto de Renda Diferido deve ser alocada na Demonstração do Resultado do Exercício.

### **j) Lucro por Ação**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o lucro líquido por ação é calculado pelo número de ações em circulação na data do Balanço. De acordo com o U.S. GAAP, pelo SFAS nº 128 “Lucro por Ação”, o lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível para as ações, pela média das ações disponíveis no período. Para todos os períodos apresentados, a Celesc não possuía qualquer potencial de dissolução das ações, conseqüentemente, o lucro diluído por ações é igual ao lucro básico por ações.

### **k) Contabilização de Efeitos Regulatórios**

De acordo com o U.S. GAAP, devido ao resultado de várias ações tomadas pelo Governo Federal e pela ANEEL em 2001, a Celesc está sujeita aos efeitos do SFAS nº 71 “Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation” (Contabilização de Efeitos de Certos Tipos de Regulamentação). A estrutura de ajuste tarifário no Brasil passou a prover a recuperação dos custos permitidos à Empresa, incluindo aqueles resultantes das determinações do Governo Federal relacionados às medidas do racionamento de energia impostas em 2001.

Desta forma, a Celesc capitaliza os custos incorridos permitidos como ativos regulatórios diferidos quando há uma provável expectativa de que as receitas futuras iguais aos custos incorridos serão faturadas e recebidas por meio da inclusão destes custos numa tarifa crescente reajustada definida pela ANEEL anualmente. O ativo regulatório diferido é eliminado quando a Celesc recebe os custos relacionados por meio do faturamento aos consumidores. Se a ANEEL excluir a totalidade ou parte dos custos da revisão, a parcela do ativo regulatório diferido deverá ser objeto de provisão para perda, sendo reduzida na extensão dos custos excluídos.

O Acordo também contempla os custos da “Parcela A” que cada Empresa distribuidora está autorizada a diferir e repassar aos seus consumidores mediante futuros ajustes tarifários. Os custos da “Parcela A” são definidos pelos contratos de concessão como sendo o custo da energia comprada e outros custos e taxas. A ANEEL tem garantido reajustes tarifários para recuperar uma parte dos custos anteriormente diferidos como custos da “Parcela A”. Entretanto, devido a incertezas relativas à economia brasileira, a ANEEL tem adiado a aprovação de certos reajustes tarifários da “Parcela A”. O acordo definiu um mecanismo de compensação contábil, criado em outubro de 2001, para registrar a variação dos custos da “Parcela A” com o objetivo de calcular os ajustes tarifários. Para fins de U.S. GAAP, referente a contabilização de efeitos regulatórios, nenhum ajuste foi requerido. Os ativos e passivos regulatórios estão apresentados nas notas 12 e 13.

#### **l) Contabilização de Provisão para Perda em Ativos de Longo Prazo**

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o valor registrado dos ativos de longo prazo é reduzido ao seu valor de realização quando é esperado que tais ativos não serão realizados quando comparados com o resultado futuro das projeções de fluxo de caixa descontado. O U.S. GAAP, pelo pronunciamento SFAS nº 144 – “Accounting for the Impairment of Long-Lived Assets and Long-Lives Assets to be Disposed of” (Contabilização de Provisão para Perda em Ativos de Longo Prazo a Serem Baixados), determina que a provisão deve ser reconhecida sempre que eventos específicos ou quaisquer mudanças eventuais indiquem, mediante a análise do fluxo de caixa descontado estimado a ser gerado por seus ativos em operação, que o valor registrado dos ativos de longo prazo não possam ser recuperados. Para efeitos de ajustes de U.S. GAAP, não foi necessário constituir a referida provisão para nenhum dos períodos apresentados.

Conforme descrito na nota 16 – Investimentos Temporários, a Celesc mantém investimento na Casan, o qual é resultante de uma negociação de débitos ocorrida em 1999. O valor do investimento é de R\$110.728, antes da provisão para perdas, a qual foi reconhecida pela Celesc nos montantes de R\$ 81.280 e R\$ 24.191, em 31 de dezembro de 2005 e de 2004, respectivamente.

De acordo com o U.S. GAAP, transações de quitação de débitos devem ser normalmente reconhecidas a valor de mercado dos ativos recebidos ou dados em troca, se rapidamente disponíveis. Adicionalmente, como o investimento está abaixo de 20% de participação e não há influência significativa exercida pela Empresa na Casan, o investimento deve ser classificado como disponível para venda, como definido pelo SFAS nº 115 - “Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities” (Contabilização de Certos Investimentos em Dívidas ou Participações Acionárias), se as ações da Casan tiverem um valor de mercado determinável. Como a Casan não possui ações negociadas em mercado, o investimento deve ser avaliado ao valor de mercado na data da aquisição, avaliado por outro método que não seja o de provisão para Investimentos Temporários. Nesse sentido, a Celesc decidiu adotar o método do Fluxo de Caixa Descontado para calcular o valor de mercado para o Investimento Temporário, o qual foi preparado por consultores contratados.

Desta forma, a Celesc efetuou provisão adicional para desvalorização do investimento Casan, no valor de R\$57,0 milhões, conforme laudo elaborado tomando-se como base às informações econômico-financeiras da Casan em 31 de julho de 2005, reconhecendo tal provisão também para fins de BR GAAP.

### m) Plano de Pensão e Outros Benefícios

Conforme apresentado nas notas 22 e 23, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até 31 de dezembro de 2000, os efeitos do Plano de Pensão e outros benefícios foram reconhecidos quando o plano foi fundado. O Plano de Pensão da Celesc foi alterado de Plano de Benefícios Definido para Plano de Contribuições Definidas a partir de 1998. Em decorrência desse processo, a Celesc registrou em 1998 provisão no total do valor. A Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, determinou que a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, as empresas devem registrar os planos de pensão e os efeitos dos benefícios pós-aposentadoria pelo regime de competência.

De acordo com o U.S. GAAP, as disposições do SFAS nº 87 – “Employers Accounting for Pensions” (Contabilização de Planos de Pensão pelo Empregador) e do SFAS nº 106 – “Employers’ Accounting for Postretirement Benefits other than Pensions” (Contabilização pelo Empregador dos Benefícios Pós-Aposentadoria que não sejam Plano de Pensão) requerem o reconhecimento dos custos em um regime de competência mais abrangente. Adicionalmente, o U.S. GAAP requer o reconhecimento tanto do ativo quanto da obrigação, conforme apropriado, relativo à diferença entre as obrigações projetadas dos benefícios futuros (conforme definido no SFAS nº 87 e SFAS nº 106) e os ativos do plano. Esses ativos devem ser apresentados a valor de mercado e ajustados por alguns itens de conciliação.

O quadro abaixo apresenta as informações requeridas pelo SFAS nº 132 R (Revisado) “Employer’s Disclosures about Pensions and Other Postretirement Benefits an amendment of FASB Statements nº 87, nº 88 e nº 106”:

#### Plano de Pensão e Aposentadoria:

	<b>Período findo em</b>	
	<b>31.12.2005</b>	<b>31.12.2004</b>
<b><u>Alterações nas obrigações com benefícios</u></b>		
Obrigações com benefícios no início do exercício	1.526.901	1.361.869
Custo dos serviços	1.934	1.939
Custo dos juros	160.041	152.757
Perdas atuariais	(1.192)	82.364
Benefícios pagos durante o exercício	(83.870)	(72.028)
Obrigações com benefícios no final do exercício	<u>1.603.814</u>	<u>1.526.901</u>
<b><u>Alterações nos ativos do plano</u></b>		
Valor de mercado dos ativos do plano no início do exercício	1.065.304	930.121
Retorno real dos ativos do plano	124.531	203.046
Contribuição dos participantes	442	458
Contribuição da Empresa	42.455	3.707
Benefícios pagos durante o exercício	(83.870)	(72.028)
Valor de mercado dos ativos do plano no final do exercício	<u>1.148.862</u>	<u>1.065.304</u>
Posição dos Fundos:	(454.952)	(461.597)
Perdas (Ganhos) atuariais diferidos	(113.832)	(108.740)
Montante registrado conforme U.S. GAAP	<b>(568.784)</b>	<b>(570.337)</b>
Valor reconhecido conforme BR GAAP	454.952	467.449
Ajuste acumulado requerido pelo U.S. GAAP	<b><u>(113.832)</u></b>	<b><u>(102.888)</u></b>

Os componentes do Custo de Benefício Periódico Líquido foram:

	Período findo em	
	31.12.2005	31.12.2004
Custo dos serviços	1.934	1.939
Custo dos juros	160.041	152.757
Expectativa de retorno dos ativos do plano	(123.976)	(112.894)
Contribuições dos empregados	(442)	(458)
<b>Custo do benefício periódico líquido</b>	<b>37.557</b>	<b>41.344</b>

As premissas atuariais consideradas foram:

	Período findo em	
	31.12.2005	31.12.2004
Taxa de desconto anual	10,24%	10,24%
Retorno anual estimado dos ativos	10,24%	10,24%
Aumento salarial anual	5,04%	5,04%
Ajustes anuais sobre benefícios	0,00%	0,00%
Inflação de longo prazo	4,00%	4,00%

As informações para o plano de pensão com obrigações de benefício acumulado são como segue:

	Período findo em	
	31.12.2005	31.12.2004
Obrigações com benefícios projetados	462.419	364.832
Obrigações com benefícios acumulados	389.944	307.651

#### Ativos do Plano

Em 31 de dezembro de 2005, a alocação dos ativos dos planos de pensão da Empresa, por categoria de ativo, é como segue:

Participações acionárias	9,66%
Aplicações em renda fixa	48,13%
Mercado imobiliário	2,41%
Outros	6,94%
Recebíveis (*)	32,86%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>

(\*) A Celesc adotou, em 1<sup>a</sup> de janeiro de 1997, o novo plano de benefícios da Celos, denominado “Plano Misto”, prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para esse novo plano. A principal alteração em relação ao plano anterior foi à mudança de benefício definido para contribuição definida relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. Em decorrência desse processo, a Empresa firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento, em 277 parcelas mensais e sucessivas, do saldo consolidado com a incidência de juros anuais à taxa de 6% a.a. de juros e atualizado pela variação do IGP-M.

Os administradores do plano de pensão da Celos procuram equiparar os vencimentos dos ativos do plano com a vida útil estimada das obrigações. Isto é alcançado mediante investimentos em aplicações de renda fixa que apresentam um risco menor e tendem a alcançar um retorno anual consistente aproximado do INPC mais 6%.

Os fundos de pensão brasileiros estão sujeitos a certas restrições relacionadas à realização de investimentos em ativos estrangeiros e, por consequência, acabam por investir principalmente em títulos brasileiros. Os planos de pensão da Celesc são monitorados pelo Comitê do Plano de Pensão da Celos, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados, e tem a responsabilidade de analisar e aprovar as recomendações de investimentos realizadas pelos administradores da Celos. Os administradores da Celos determinaram que a expectativa global da taxa de retorno a longo prazo dos ativos é de 6%, baseados em análises do histórico de desempenho do fundo.

Abaixo estão demonstradas as estimativas dos benefícios a serem pagos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2006	83.870
2007	82.998
2008	82.076
2009	81.104
2010	80.083
2011 a 2015	390.691

Plano de Assistência Médica aos Aposentados:

	<u>Período findo em</u>	
	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2004</u>
Posição dos Fundos:		
Empregados ativos	(85.718)	(72.530)
Aposentados	(112.094)	(103.745)
	(197.812)	(176.275)
Ganhos (perdas) atuariais diferidas	(879)	(2.606)
Provisão conforme U.S. GAAP	<b>(198.691)</b>	<b>(178.881)</b>
Provisão de acordo com o BR GAAP	162.792	153.296
Ajuste acumulado requerido pelo U.S. GAAP	<b>(35.899)</b>	<b>(25.585)</b>
<u>Alterações nas obrigações com benefícios:</u>		
Obrigações com benefícios no começo do exercício	176.275	162.463
Custo dos serviços	2.145	1.759
Custo dos juros	20.256	18.050
Perdas (ganhos) atuariais	(864)	(5.997)
Obrigações com benefícios no final do exercício	<b>197.812</b>	<b>176.275</b>

Os componentes do custo das obrigações com benefícios foram:

	<u>Período findo em</u>	
	<u>31.12.2005</u>	<u>31.12.2004</u>
Custo dos serviços	1.759	2.404
Custo dos juros	18.051	16.636
Custo do benefício periódico líquido	<b>19.810</b>	<b>19.040</b>

O impacto de 1,0% de aumento na taxa de tendência dos custos médicos e hospitalares é o seguinte:

	<b>Período findo em</b>	
	<b>31.12.2005</b>	<b>31.12.2004</b>
Benefícios acumulados	18.849	16.797
Custo dos serviços	169	139
Custo dos juros	1.043	1.043

O impacto de 1,0% de redução na taxa de tendência dos custos médicos e hospitalares é o seguinte:

	<b>Período findo em</b>	
	<b>31.12.2005</b>	<b>31.12.2004</b>
Benefícios acumulados	(15.967)	(14.229)
Custo dos serviços	(124)	(102)
Custo dos juros	(793)	(707)

As premissas utilizadas para 2005 e 2004 foram as seguintes:

	<b>Período findo em</b>	
	<b>31.12.2005</b>	<b>31.12.2004</b>
Taxa de desconto anual	10,24%	10,24%
Retorno anual estimado dos ativos	10,24%	10,24%
Custo da assistência médica	7,12%	7,12%
Aumento na adesão	6,08%	6,08%
Mortalidade	AT49	AT49
Inativos	Light Média	Light Média
Rotatividade	0,00%	0,00%
Idade de aposentadoria	100% na primeira exigibilidade do benefício	100% na primeira exigibilidade do benefício

#### **n) Informações por Segmento do Negócio**

Os segmentos operacionais da Celesc são internamente organizados em única Entidade jurídica. Em conformidade com o SFAS nº 131. "Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information" (Divulgações sobre Segmentos de uma Empresa e Informações Relacionadas) a Celesc agrupou segmentos operacionais similares em dois segmentos a serem divulgados: Distribuição e Geração. Os segmentos de Distribuição e Geração da Celesc estão descritos nas notas 1 e 2.

A Empresa analisa o desempenho dos segmentos e lhes aloca recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as vendas e o resultado operacional os principais indicadores financeiros. As práticas contábeis dos segmentos reportados são as mesmas descritas na nota 5. A informação dos segmentos de negócios da Empresa está descrita na nota 41, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### o) Diferenças na Classificação do Resultado

Conforme descrito na nota 18 - Imobilizado Líquido, a Celesc classifica ganhos e perdas provenientes de baixas e alienação de ativos fixos no resultado não operacional. De acordo com o U.S. GAAP, esses itens são classificados como receita ou despesa operacional. O montante relativo aos ganhos (perdas) líquidos, na baixa de ativo fixo, foi de (R\$9.621) e (R\$17.633) para os períodos findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, respectivamente.

### p) Conciliação da Receita Operacional e do Total de Ativos

A conciliação entre as práticas contábeis brasileiras e o U.S. GAAP para as receitas operacionais e para o total de ativos, para os anos apresentados, são como segue:

	Período findo em	
	31.12.2005	31.12.2004
	Conforme reapresentado	
<b>Resultado Operacional conforme os Princípios Brasileiros</b>	<b>301.134</b>	<b>191.821</b>
Ajuste (Nota 43. q)	-	(21.755)
<b>Resultado Operacional conforme os Princípios Brasileiros (ajustado)</b>	<b>301.134</b>	<b>170.066</b>
Juros sobre o capital próprio	40.375	47.500
Perda com baixas do ativo permanente	(9.621)	(17.633)
Imobilizado - correção monetária de 1996 e 1997	(8.784)	(8.378)
Amortização de "softwares"	1.185	(3.401)
Capitalização de encargos	(3.894)	6.221
Reversão de juros capitalizados	6.525	6.548
Reversão do rateio de custos administrativos capitalizados	(3.623)	(2.375)
Obrigações especiais líquidas	13.998	13.568
Valor de mercado dos instrumentos financeiros	3.115	(3.115)
Plano de pensão, assistência médica e outros benefícios	(21.257)	(45.230)
<b>Resultado Operacional ajustado pelos efeitos do U.S. GAAP</b>	<b>319.153</b>	<b>163.771</b>

	Período findo em	
	31.12.2005	31.12.2004
<b>Total do Ativo conforme os Princípios Brasileiros</b>	<b>3.358.753</b>	<b>3.117.850</b>
<b>Investimentos</b>	<b>(2.777)</b>	<b>(2.777)</b>
Correção monetária de 1996 e 1997	684	684
Provisão para perdas	(3.053)	(3.053)
Reversão de juros e encargos nos investimentos	(408)	(408)
<b>Imobilizado</b>	<b>32.978</b>	<b>41.569</b>
Correção monetária de 1996 e 1997	47.431	56.215
Amortização de "softwares"	(11.259)	(12.444)
Reversão de juros e encargos	(39.722)	(46.247)
Reversão do rateio de custos administrativos	(63.722)	(60.099)
Capitalização de encargos	100.250	104.144
<b>Obrigações Especiais</b>	<b>106.852</b>	<b>92.853</b>
Correção monetária de 1996 e 1997	(9.940)	(10.686)
Depreciação e baixas	116.792	103.539
<b>Total dos Ajustes</b>	<b>137.053</b>	<b>131.645</b>
<b>Total do Ativo em U.S. GAAP</b>	<b>3.495.806</b>	<b>3.249.495</b>

A descrição detalhada da natureza de cada ajuste na conciliação acima está incluída nos tópicos relacionados anteriormente.

**q) Reapresentação do Lucro Líquido e Patrimônio Líquido de acordo com U.S. GAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2004**

Conforme descrito na nota 42, subsequente à emissão das Demonstrações Contábeis da Celesc referente ao exercício de 31 de dezembro de 2004, a administração, com base na Resolução Normativa ANEEL nº 176 de 28 de novembro de 2005, reconheceu os efeitos do Programa de Eficientização Energética e do Programa de Pesquisa & Desenvolvimento no Lucro Líquido e Patrimônio Líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, e reapresentou os montantes na reconciliação de Lucro Líquido e Patrimônio Líquido daquele exercício. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tais efeitos foram registrados como ajustes de exercícios anteriores no Patrimônio Líquido de 31 de dezembro de 2005.

	<u>Período findo em 31.12.2004</u>	
	<u>Conforme apresentado anteriormente</u>	<u>Conforme reapresentação</u>
Lucro líquido	177.102	155.347
Patrimônio Líquido	921.284	885.141

**r) Novos pronunciamentos contábeis**

Em Março de 2005, o FASB emitiu a FASB Interpretation nº 47, “Contabilização das obrigações condicionais de ativos baixados”, uma interpretação do FASB Statement nº 143 (FIN 47). A FIN 47 determina que uma entidade reconheça um passivo com base no valor de mercado de uma obrigação condicional incorrida sobre um ativo baixado caso esse passivo possa ser razoavelmente estimado. A FIN 47 também interpreta quando uma entidade teria informação suficiente para estimar razoavelmente o valor de mercado da obrigação sobre um ativo baixado. O FIN 47 é efetivo para o ano fiscal finalizado após 15 de dezembro de 2005. A administração não espera que a adoção do FIN 47 tenha impacto nas suas Demonstrações Contábeis.

Em Maio de 2005, o FASB emitiu o SFAS nº 154 “Contabilização de Mudanças e Correções de Erros” o qual substitui o APB nº 20 “Contabilização de Mudanças”, e o SFAS nº 3 “Mudanças contábeis em Demonstrações Financeiras Interinas”, e fornece guia sobre a contabilização para mudanças e correções de erros. O SFAS nº 154 aplica para todas as mudanças voluntárias em princípios contábeis e requer a aplicação retroativa (um termo definido por este SFAS) para as demonstrações contábeis anteriores, ao menos que seja impraticável para determinar o efeito da mudança. Aplica-se também a mudanças requeridas por um pronunciamento contábil que não inclui transições específicas. Adicionalmente, SFAS nº 154 redefine reapresentação como a revisão de demonstrações financeiras emitidas anteriormente para refletir a correção de um erro. Este pronunciamento é efetivo para mudanças contábeis e correções de erros feitas em anos fiscais iniciados após 15 de dezembro de 2005. A Administração não espera que a adoção deste SFAS terá impactos nas suas Demonstrações Contábeis, além dos já refletidos na nota 43.q.



Celesc  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

## **DIRETORIA**

Miguel Ximenes de Melo Filho  
Diretor Presidente

Gerson Pedro Berti  
Diretor Econômico-Financeiro  
e de Relações com Investidores

José Affonso da Silva Jardim  
Diretor de Gestão Corporativa

Eduardo Carvalho Sitonio  
Diretor Técnico

José Braulino Stähelin  
Contador  
CRC - SC 018996/0-8

## **Parecer dos Auditores Independentes**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc  
Florianópolis - SC

1. Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, levantado em 31 de dezembro de 2005 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As informações suplementares, contidas na demonstração do fluxo de caixa, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis. Referidas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, baseados em nossos exames, não temos conhecimento de quaisquer modificações relevantes que devam ser feitas para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Empresa mantém registrado, no ativo realizável a longo prazo, créditos no montante de R\$46.409 mil, relacionados ao ativo regulatório das contribuições para o PIS/PASEP e da COFINS oriundos dos custos adicionais incorridos em função da majoração das alíquotas das citadas contribuições, não contempladas nos reajustes tarifários. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante processo de revisão dos critérios utilizados para apuração dos referidos créditos, consignados no memorando nº 467/2005 - SFF/ANEEL e homologados conforme a Nota Técnica nº 225/05 - SRE/ANEEL, de 25 de julho de 2005, reconheceu à Empresa, preliminarmente, o montante de R\$9.870 mil. Tendo em vista as diferenças apuradas, decorrentes dos critérios utilizados na apuração dos créditos, a Empresa solicitou a ANEEL revisão dos procedimentos adotados, sendo que, eventuais ajustes, somente serão reconhecidos após a conclusão dos trabalhos de revisão e compensados a partir do próximo reajuste tarifário.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 43, em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para o Nível II de Governança Corporativa, a Empresa preparou conciliação que apresenta os efeitos decorrentes da adaptação das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2005 e 2004, aos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“United States Generally Accepted Accounting Principles” - U.S. GAAP). Baseados em nossa Revisão Especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante, para que os itens componentes da conciliação mencionada na nota explicativa nº 43, representem adequadamente as diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

7. As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, apresentadas para fins de comparação, foram por nós examinadas. Nosso parecer, datado de 18 de março de 2005, foi emitido contendo: (a) parágrafo de ênfase quanto a dificuldade de determinar o valor de mercado do investimento temporário mantido na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan. Tendo em vista a conclusão de trabalhos específicos, desenvolvidos por consultores técnicos especializados, esta ênfase não é mais requerida; (b) parágrafo de ênfase quanto a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ter fixado, provisoriamente, o percentual de reposicionamento tarifário da Celesc, aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica a partir de 07 de agosto de 2004. Face à conclusão, por parte da ANEEL, do processo de revisão tarifária e o registro dos valores decorrente da diferença entre o reposicionamento tarifário provisório e o definitivo, esta ênfase não é mais requerida; e, (c) parágrafo de ênfase quanto ao mesmo assunto descrito no quarto parágrafo deste Parecer.

Florianópolis (SC), 17 de março de 2006.

**Boucinhas & Campos + Soteconti**  
**Auditores Independentes S/S**  
**CRC - SP - 005.528/O - 2 - “S” - SC**

**Toshio Nishioka**  
**Contador**  
**CRC - 1SP - 104.690/S - SC**

### **Manifestação do Conselho de Administração**

O Conselho de Administração tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e documentos da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, após análise e esclarecimentos prestados pela Diretoria, consoante os pareceres dos Auditores Independentes, aprova os referidos documentos, por unanimidade, e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 27 de março de 2006.

Glauco José Corte

Miguel Ximenes de Melo Filho

Vicente Donini

Alaor Francisco Tissot

Pedro Paulo Hings Colin

Içuriti Pereira da Silva

Adélcio Machado dos Santos

Sueli Berselli Marinho

Isolde Espíndola

Adermo Francisco Crispim

Ricardo Moritz

Osni Luis Sens

Jair Maurino Fonseca

### **Parecer do Conselho Fiscal**

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, dando cumprimento ao que dispõem os incisos I, II, III, IV e VII, do artigo 163, da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, examinou as Demonstrações Contábeis da Companhia, apresentadas sob o título Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2005, elaboradas de acordo com o estabelecido nos capítulos XV e XVI do citado diploma legal, compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstração dos Resultados, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005, complementadas por notas explicativas às Demonstrações Contábeis e Relatório Anual da Administração.

Fundamentado no exame realizado e no parecer dos Auditores Independentes - Boucinhas & Campos Soteconti Auditores Independentes, bem como nos esclarecimentos por eles prestados, considerando, também, os aspectos abordados e registrados em ata de reunião específica para apreciação do Balanço Patrimonial da Celesc, realizada em 28 de março de 2006, o Conselho Fiscal é de parecer que as mencionadas demonstrações representam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Celesc e os resultados das suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 28 de março de 2006.

Ricardo Campos Marques

Célio Goulart

Alfredo Felipe da Luz Sobrinho

Humberto Dalsasso